



GABRIELA SERENINI PRADO SANTOS SALGADO

**IDEIAS, VALORES E CONCEITOS SOBRE A LÍNGUA DE SINAIS
NO DISCURSO DE INTÉRPRETES DE LIBRAS ATUANTES EM
VARGINHA/MG: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVISTA**

Três Corações, MG

2019



GABRIELA SERENINI PRADO SANTOS SALGADO

**IDEIAS, VALORES E CONCEITOS SOBRE A LÍNGUA DE SINAIS
NO DISCURSO DE INTÉRPRETES DE LIBRAS ATUANTES EM
VARGINHA/MG: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVISTA**

Versão de defesa entregue ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Vale do Rio Verde como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Renan Belmonte Mazzola

Três Corações, MG

2019

81'221.24

S164i SALGADO, Gabriela Serenini Prado Santos

Ideias, valores e conceitos sobre a língua de sinais no discurso de intérpretes de libras atuantes em varginha/mg: uma análise interpretativa / Gabriela Serenini Prado Santos Salgado. – Três Corações: Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações, 2019.

114 f.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Renan Belmonte Mazzola.

Dissertação (mestrado) - UNINCOR / Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações / Mestrado em Letras, Linguagem, Cultura e Discurso - Área de concentração - Linguística, 2019.

1. Libras. 2. Língua Brasileira de Sinais. 3. Ideologia linguística. 4. Línguas minoritarizadas. 5. Intérprete - libras. . I. Mazzola, Renan Belmonte, orient. II. Universidade Vale do Rio Verde. III. Título.

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM LETRAS

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, sob a presidência do Prof. Dr. Renan Belmonte Mazzola (UNINCOR), e com a participação dos membros Prof.^a Dr.^a Débora Felício Faria (UNIFAL) e Prof.^a Dr.^a Cilene Margarete Pereira (UNINCOR), foi realizada a defesa da dissertação **“IDÉIAS, VALORES E CONCEITOS SOBRE A LÍNGUA DE SINAIS NO DISCURSO DE INTÉRPRETES DE LIBRAS ATUANTES EM VARGINHA: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVISTA”**, da mestrand **Gabriela Serenini Prado Santos Salgado**, aluna do Programa de Mestrado em Letras. Após arguição do candidato, a banca deliberou pela (X) APROVAÇÃO () APROVAÇÃO COM ALTERAÇÕES () NÃO APROVAÇÃO. Eu, secretária, lavro a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Três Corações, 29 de março de 2019.


Prof. Dr. Renan Belmonte Mazzola
Presidente


Prof.^a Dr.^a Cilene Margarete Pereira
Membro da Banca


Prof.^a Dr.^a Débora Felício Faria
Membro da Banca


PI Prof. Dr. Ricardo Junqueira Del Carlo
Pró-reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão


Prof.^a Esp. Francislaine Santos Silva do Rosário
Secretária Geral

DEDICATÓRIA

Dedico esse estudo à comunidade surda e àqueles que acreditam em uma sociedade igualitária.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por me ensinarem a diferença entre o ter e o ser e a lutar por justiça social.

À Beatriz e à Angélica, por serem meu ar e o motivo de nunca desistir de sonhar.

Ao Ivanei, por entender minhas ausências, apoiar minha caminhada e não me deixar desistir.

À Helena e à Raquel, por me ouvirem e dizerem as palavras certas quando eu precisava.

À tia Sílvia, por me apresentar a Libras e ser inspiração para continuar estudando.

À professora Dra. Thayse Figueira Guimarães, minha orientadora em grande parte do estudo, por ter caminhado junto na pesquisa e pela mediação durante a escrita, mesmo depois da saída do quadro de docentes do programa.

Ao professor Dr. Renan Belmonte Mazzola, meu orientador no percurso final da pesquisa, pelo acompanhamento, incentivo e respeito às escolhas realizadas.

Aos meus colegas de sala, Adriana, Barbara, Carine, Gizeli, Jane, Mariana, Nivaldo e Stephany pela amizade, pelas conversas, debates e aprendizado.

Aos professores Dra. Maria Alzira Leite, Dra Cilene Margarete Pereira, Dr. Luciano Marcos Dias Cavalcanti e Dra. Terezinha Richartz Santana pelos ensinamentos acadêmicos e para a vida.

À CAPES, pelo financiamento dessa pesquisa.

RESUMO

Ao falarmos sobre uma língua, não estamos comunicando apenas palavras no mundo, mas falando de uma posição particular, que nos coloca ideologicamente em relação a essa língua e aos sujeitos que a utilizam. Decorrente dessa visão, está a compreensão de que a língua é um projeto discursivo orientado por ideologias e, assim como qualquer língua, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), em meio aos embates, está sujeita à dinâmica social e a interesses conflituosos. Desse ponto de vista, as ideias que os intérpretes têm da Libras mobilizam modelos socioculturais da língua em uso e podem influenciar na produção do conhecimento sobre essa língua e colaborar para mudanças de crenças historicamente arraigadas. O objetivo desta pesquisa é compreender as ideias, os valores e os conceitos sobre a Libras mobilizados nos discursos de intérpretes de Libras. A pesquisa tem como *corpus* um conjunto de entrevistas semiestruturadas realizadas com três intérpretes, atuantes em Varginha, Minas Gerais, em 2017 e 2018. As participantes são Márcia, intérprete e professora de Libras há cinco anos; Luana, intérprete há sete anos e Paula, intérprete há quatro anos. Situada no escopo da Linguística Aplicada, esta pesquisa mobiliza conceitos teóricos de língua/linguagem advindas dos estudos de Bakhtin (Volóchinov) (2012), Bakhtin (2016), Volóchinov (2017) e Moita Lopes (2013), das reflexões da Sociolinguística sobre línguas minoritizadas e sobre o mito do monolingüismo no Brasil com Bagno (2011, 2012), Cavalcanti (1999) e Cavalcanti; César (2007) e dos estudos sobre surdez com Quadros (2003, 2004, 2006, 2009), Gesser (2009, 2012), Lacerda (2009) e Santana (2007). Como instrumental analítico, há utilização, também, das pistas de natureza sociolinguísticas de Gumperz (2002) e dos processos de referenciação no discurso de Mondada; Dubois (2003). Os procedimentos metodológicos do estudo se encaminham para uma pesquisa qualitativa interpretativista, com um viés etnográfico. Foram necessárias inúmeras (re) leituras do *corpus*, transcrição dos dados e um diário de campo com vistas a conhecer o que é construído sobre a Libras nos discursos das intérpretes e a representação que fazem de si e do outro enquanto mediadoras da comunicação. Os resultados da pesquisa demonstram que as intérpretes reconhecem a Libras como a língua oficial da comunidade surda brasileira porém, afirmam ser necessário o reconhecimento por parte da comunidade ouvinte. A língua se torna um signo linguístico, para elas, apenas no momento da atuação profissional, situação que se dá tardiamente em função da falta de contato com a língua. Além disso, foi possível perceber que as funções do profissional intérprete de Libras ainda não estão definidas nos espaços educacionais e religiosos, ocorrendo, na maioria das vezes, de forma intuitiva e assistencialista. Desse modo, espera-se que essa pesquisa possa contribuir para estudos no campo das pesquisas aplicadas, assim como para os estudos da surdez, proporcionando uma melhor compreensão do sujeito intérprete e sua relação com a Língua Brasileira de Sinais.

Palavras-chave: Intérprete de Libras; Língua Brasileira de Sinais (Libras); Línguas minoritizadas; Discurso; Ideologia linguística.

ABSTRACT

When we speak about a language, we are not only communicating words in the world, but speaking from a particular position, which places us ideologically in relation to that language and the subjects who use it. From this view, there is the understanding that language is a discursive project oriented by ideologies and, like any language, the Brazilian Sign Language (Libras), amid the clashes, is subject to social dynamics and conflicting interests. From this point of view, the ideas the interpreters have of Libras mobilize sociocultural models of the language in use and can influence the production of knowledge about that language and contribute to historically ingrained belief changes. The purpose of this research is to understand the ideas, values and concepts about Libras mobilized in the discourse of interpreters of Libras. The research has as *corpus* a set of semi-structured interviews carried out with three interpreters, currently working in Varginha, Minas Gerais, in 2017 and 2018. The participants are Márcia, interpreter and teacher of Libras for five years; Luana, seven-year interpreter, and Paula, four-year interpreter. In the scope of Applied Linguistics, this research mobilizes theoretical concepts of language/speech from the studies of Bakhtin (Volóchinov) (2012), Bakhtin (2016), Volóchinov (2017) and Moita Lopes (2013) on minoritized languages and on the myth of monolingualism in Brazil with Bagno (2011, 2012), Cavalcanti (1999) and Cavalcanti; César (2007) and the studies on deafness with Quadros (2003, 2004, 2006, 2009), Gesser (2009, 2012), Lacerda (2009) and Santana (2007). As an analytical tool, there is also the use of Gumperz's (2002) sociolinguistic signs and Mondada and Dubois's (2003) processes of referral in discourse. The methodological procedures of the study go in the direction of an interpretative qualitative research, with an ethnographic bias. Numerous (re) readings of the *corpus*, data transcription, and a field diary were necessary in order to know what is built in the speeches of the interpreters about Libras and the representation they make of themselves and others, as mediators of communication. The results of the research demonstrate that the interpreters acknowledge Libras as the official language of the Brazilian deaf community, but state that recognition by the hearing community is necessary. Language only becomes a linguistic sign, for them, at the moment of professional performance, a situation that is belated due to their lack of contact with the language. In addition, it was possible to notice that the attributions of the professional interpreter of Libras are still not defined in the educational and religious spaces, occurring, in most cases, in an intuitive and assistencialist way. Thus, it is hopeful that this research may contribute to studies in the field of applied research, as well as to the studies on deafness, providing a better understanding of the interpreters as subjects and their relation with the Brazilian Sign Language.

Keywords: Libras Interpreter, Brazilian Sign Language (Libras); Minority languages; Discourse; Linguistic ideology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. ESTUDOS IDEOLÓGICOS DA LINGUAGEM, LÍNGUAS MINORITÁRIAS E ESTUDOS SURDOS	17
1.1 Língua e linguagem: contribuições teóricas	17
1.2 Ideologia e discurso	22
1.3. Políticas linguísticas homogeneizadoras: o poder de uma língua só.....	26
1.4. A língua de sinais como língua minoritarizada	31
1.5. Língua de sinais e intérprete de Libras: uma história em construção.....	35
2. ANÁLISE QUALITATIVA INTERPRETATIVISTA DO <i>CORPUS</i>	40
2.1 Márcia: “o português é a língua majoritária pra quem ouve... pra quem não ouve é a Libras”	40
2.2. Luana: “eu acho que o intérprete está com os dias contados dependendo do presidente”	58
2.3. Paula: “não são gestos meu deus do céu... não são gestos”	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	103
ANEXO A: DECRETO Nº 9.659/2018	107
APÊNDICE A: ROTEIRO PARA ENTREVISTA.....	109

INTRODUÇÃO

A temática que envolve a pesquisa me acompanha há dez anos, quando tive contato, pela primeira vez, com a Língua Brasileira de Sinais (Libras)¹ em um curso básico ofertado pelo Centro de capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), órgão vinculado ao Governo de Minas Gerais. Em 2017, ao ingressar no Programa de Mestrado em Letras da Universidade Vale do Rio Verde, portanto, tive contato com outros temas, os quais poderiam se tornar, facilmente, objetos de pesquisa. No entanto, ainda carregava esperanças em realizar estudos que envolviam a língua de sinais ao longo do curso.

No momento de sermos direcionados aos futuros orientadores e orientadoras, fui encaminhada à professora Dr^a. Thayse Figueira Guimarães, cujos interesses são pesquisas que possuam temáticas de gêneros e sexualidade, pois minha ideia para a dissertação era outra, naquele momento. Ao apresentar minhas ideias para a pesquisa, tive a satisfação de receber um retorno positivo, pois ela aceitou acompanhar a pesquisa na área que me interessava desde o início. Ela dizia, no entanto, que deveríamos encontrar um objeto de pesquisa que se situasse na linha de pesquisa do programa, Discurso e Produção de Sentido. Escolhemos, assim, o discurso dos intérpretes e demos início à elaboração do projeto de pesquisa ao mesmo tempo em que buscávamos as teorias que subsidiariam a pesquisa.

Para pesquisar sobre a Libras, há vasta bibliografia consistente sobre o tema, das quais foram escolhidas Ronice Quadros, Cristina Lacerda e Audrei Gesser. No entanto, esta pesquisa se propõe a olhar para o outro lado do processo linguístico entre surdos e ouvintes. Aqui, serão considerados os mediadores da comunicação entre cidadãos de um mesmo país, porém, usuários de línguas diferentes: o intérprete e o discurso sobre a Libras. Será objeto desta pesquisa a construção discursiva do intérprete, personagem quase sempre ignorado nos estudos do tema, conforme dados apresentados na justificativa da pesquisa.

Vivemos em um país que carrega, tradicionalmente, uma cultura ouvinte monolíngue cercada por outras tantas culturas linguísticas que são ignoradas pelos próprios cidadãos brasileiros. Oficialmente, o Brasil é regido por duas línguas oficiais: a Língua Portuguesa e a Libras. Neste sentido, são vários os participantes desse cenário linguístico, no qual se inserem ouvintes, surdos, surdos-cegos e intérpretes de Libras.

¹ A partir daqui será utilizada a sigla Libras para Língua Brasileira de Sinais.

Para tanto, esta pesquisa se situa no escopo da Linguística Aplicada (doravante LA), tendo em vista o comprometimento com uma produção de conhecimento que seja responsiva à vida e ao envolvimento do diálogo entre diversas áreas do saber e diferentes modos de produção do conhecimento. Também articula uma perspectiva de língua como fato discursivo à visão de linguagem advinda dos estudos bakhtinianos. Nesse escopo, discutiremos o mito do monolingüismo no Brasil e a questão das Línguas de Sinais como língua minoritária. Em reconhecimento ao fato de que áreas do saber diferentes da Linguística podem ter muito a nos dizer sobre a ação constitutiva da linguagem no mundo social, apresentamos também a perspectiva dos estudos sobre surdez.

Os estudos acerca da língua apresentam teorias que transitam entre o caminho aberto por Saussure (1969), que apontava a clássica dicotomia entre língua² e fala, e a continuidade dos estudos de maneira mais ampla com Bakhtin e seu Círculo, cujos trabalhos discutiam a complexidade da língua, sendo ela um fato social que se forma no processo comunicativo e na interação entre sujeitos. A linguística saussureana, vista como uma das principais representantes do objetivismo abstrato, foi criticada por Bakhtin e o Círculo por pensar a língua como um sistema de regras abstratas, desconsiderando o fato de que os sentidos não emanam da língua em si, mas são o resultado de uma construção dialógica e histórica entre os sujeitos de uma interação social. Para Bakhtin (2016, p. 23), o objetivismo abstrato não alcançava a complexidade da língua. Para ele, essa teoria dá “uma noção absolutamente deturpada do processo complexo e amplamente ativo da comunicação discursiva”. (BAKHTIN, 2016, p. 24).

Se, de fato, o sentido é o resultado de uma construção sociohistórica de sujeitos em interação social, vale nos questionar sobre a relação indissociável entre linguagem e ideologia. A natureza da linguagem é dialógica e ideológica, uma vez que a alternância entre os sujeitos discursivos contribui para a construção de um enunciado “firme, rigorosamente delimitado de outros enunciados”, conforme apontou Bakhtin (2016, p. 35). Nessa perspectiva, o autor defende que o enunciado é “um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2016, p. 26), portanto carrega consigo elementos históricos que o fazem possuir marcas ideológicas e individuais. Para Costa (2017, p. 133), o signo é carregado de ideologia, sendo assim, a palavra só existe nesta condição de elemento ideológico da linguagem.

² Língua é “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”. (SAUSSURE, 1974, p. 17)

O reconhecimento linguístico da Libras foi marcado pelos estudos do linguista americano William Stokoe, em 1960. Em seus estudos, o linguista apontou os níveis fonológico e morfológico da língua de sinais, além de determinar três parâmetros que fundam os sinais: “configuração de mão (CM), ponto de articulação (PA) e locação (L)” (GESSER, 2009, p. 14).

Estudar a língua de sinais é entrar em um universo que contempla duas línguas de modalidades distintamente diferentes. A primeira, uma língua natural de modalidade oral-auditiva, e a segunda, uma língua, de modalidade visual-espacial. Um universo composto por tais línguas compõe uma esfera de poder que ultrapassa a concepção de língua majoritária (ouvintes) *versus* língua minoritária (surdos) e inclui igualdade de direitos, acesso à educação e ao mercado de trabalho e à inclusão social.

O embate que existe entre as línguas orais e as Línguas de Sinais é denso e histórico. A Libras configura o surdo para longe do quadro patológico e o insere em uma sociedade igualitária, o que significa, segundo Gesser (2009, p. 10), que a legitimidade da Libras “desvia a surdez como deficiência – vinculada às lacunas na cognição e no pensamento – para uma concepção da surdez como diferença linguística e cultural”. (GESSER, 2009, p. 10)

A pesquisa considera a língua no seu contexto social e ideológico. Bakhtin (Volóchinov) (2012, p. 99) afirma que a “língua, no seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida” portanto, nada mais relevante do que pesquisar a língua de sinais em seu ambiente social, trazendo à luz das teorias já citadas, contribuições consideráveis para este campo de estudo. (BAKHTIN (VOLÓCHINOV), 2012, p. 99)

Neste universo duplo - visual-espacial e oral-auditivo – algumas questões emergem das inquietações e se tornam maiores com as leituras. Neste cenário, considerando que o Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) faz uso de uma língua que não é a sua língua natural e se insere em outro universo linguístico de características peculiares, uma questão central surge para esta investigação: como se dá a construção discursiva da língua de sinais por profissionais intérpretes em Varginha, Minas Gerais³? As seguintes perguntas estão relacionadas à principal: a) Como o intérprete de Libras compreende e valora a língua de sinais? b) Como essas representações apontam para a construção identitária desses intérpretes de Libras?

A partir dessa questão, foram estabelecidos os objetivos que irão nortear a pesquisa, trazendo para o centro das discussões o discurso dos intérpretes de Libras. Como objetivo geral, busca-se compreender as ideias, os valores e os conceitos sobre a língua de sinais que perpassam

³ A pesquisa está vinculada ao Grupo de Pesquisa Minas Gerais Diálogos, da Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR, cadastrado no Diretório de Pesquisas do CNPQ, liderado pelos professores Dra. Cilene Pereira e Dr. Luciano Cavalcanti.

os discursos de um grupo de tradutores e intérprete de Libras atuante na cidade de Varginha, Minas Gerais. Para os objetivos específicos, espera-se buscar, nos discursos dos intérpretes de Libras, as compreensões, as crenças ou sentimentos sobre a língua de sinais, conhecer o processo de construção discursiva sobre a Libras no discurso dos intérpretes e, por fim, reconhecer quais representações os intérpretes de Libras fazem de si e do outro enquanto mediadores de comunicação, assim como da língua.

Nessa direção, a Libras, em meio a grandes embates para se legitimar, está sujeita à dinâmica social e a interesses conflituosos. O pressuposto é que, ao falarmos sobre uma língua, não estamos comunicando apenas palavras no mundo, mas falando de uma posição particular, que nos coloca ideologicamente em relação a essa língua, mobilizando modelos socioculturais da língua em uso (MOITA LOPES, 2013; BAGNO, 2011, 2012). Desse ponto de vista, as ideias que os falantes e intérpretes têm da Libras poderiam influenciar na produção do conhecimento sobre essa língua e nas mudanças de crenças arraigadas.

As buscas nas bases digitais da Capes e da Scielo mostraram que as pesquisas com a palavra-chave “Intérprete de Libras” são restritas e focam, principalmente, na atuação do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais no contexto educacional⁴.

Os dados evidenciam que os estudos sobre a construção discursiva da língua de sinais por profissionais interpretes de Libras são reduzidos e carecem de muitas pesquisas. Desta forma, faz-se necessário pesquisar a dupla língua de sinais e intérprete de Libras, perpassando pela conceituação de língua permeada pela ideologia, pelas crenças e pelas representações que fazem da língua e de si mesmos enquanto profissionais bilíngues.

A pesquisa se situa no escopo da LA, ou seja, uma área transdisciplinar, pois não buscamos “contribuições de outras áreas, mas sim, a participação ativa de pesquisadores das áreas envolvidas, a fim de dar conta da problematização que a abordagem do objeto de estudo” solicita. (CELANI, 1998, p. 133) Essa escolha levou ao percurso metodológico que inclui a definição do *corpus* e da metodologia de interpretação dos dados.

⁴ A plataforma Scielo apresentou oito resultados com a palavras-chave “Intérprete de Libras”, no entanto apenas duas traziam no título os termos pesquisados. Foram elas: *O intérprete universitário da Língua Brasileira de Sinais na cidade de Curitiba* e *Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil*. As outras seis abordavam o surdo e a educação de surdos. Na plataforma da Capes foram encontrados trinta e sete resultados com a palavras-chave “intérprete de Libras”, no entanto, apenas a pesquisa *Acesso lexical no bilinguismo bimodal: um estudo sobre o efeito de interferência semântica em intérpretes de Libras – Língua Portuguesa* trouxe o intérprete no *corpus*. Os outros trabalhos localizados pela plataforma possuem temáticas variadas como educação de surdos, aquisição de linguagem por estudantes surdos e gramática da Libras. Os dados foram pesquisados em 04/09/2017.

Ao realizar pesquisa em LA, é fundamental considerar o outro como participante, uma vez que os dados serão construídos conjuntamente entre pesquisadora e participantes. Ao escolher o universo da língua de sinais como cerne, começamos a desenhar quem seriam os sujeitos, como seriam reunidas as informações a serem analisadas e quais as contribuições teóricas utilizadas. A delimitação desse universo passou por diversas experimentações. O trabalho com sujeitos participantes não é um caminho firme, pois existem diversos fatores complicadores e dificultadores, como a insegurança destes em estarem em uma pesquisa acadêmica, a disponibilidade para coletar os dados depende do ritmo de vida pessoal e profissional de cada participante, além de não ampliar excessivamente o *corpus*.

Moita Lopes (1994, p. 330) explica que, no Brasil, há grande predomínio por pesquisas positivistas, consideradas como uma forma legítima de produzir ciência, e que a legitimação desse saber se dá em forma de um conhecimento denominado verdade científica. No entanto, os conhecimentos gerados no âmbito da LA “são construídos pelo homem, que o interpreta e re-interpreta o mundo a sua volta, fazendo assim, com que não haja uma realidade única, mas várias realidades” (MOITA LOPES, 1994, p. 331). Nesta perspectiva é que se encaixa nossa pesquisa, pois a partir de uma posição interpretativista, há uma possibilidade significados vindos de um olhar amplo para os dados.

Um traço distintivo da LA é o seu comprometimento com uma produção de conhecimento que seja responsiva à sociedade. Tem-se aí a compreensão de que fazer pesquisa é gerar um novo conhecimento e torná-lo acessível à sociedade. Dessa forma, ao escolher um tema e delimitar um *corpus*, faz-se necessário refletir sobre a melhor maneira de devolver os resultados à comunidade. Assim, o retorno pode se dar em forma de publicações em revistas, apresentação em eventos científicos, acadêmicos, além de palestras e cursos de formação. A agenda política e social da LA incita ao resgate da aproximação crítica entre sujeitos e pesquisadores, tendo em vista que a produção do conhecimento depende de uma relação de confiança. É importante salientar que todas as áreas teóricas buscam deixar acessíveis os resultados alcançados. A LA, no entanto, precisa reforçar este posicionamento por dividir espaços com pesquisas estruturalistas e por ser uma área recente no campo das teorias linguísticas.

Esta pesquisa carrega também um viés de pesquisa etnográfica, pois leva em conta a cultura do outro, considerando essencialmente o “estudo de práticas culturais e sociais de determinado grupo de indivíduos” (RODRIGUES JUNIOR, 2007, p. 531). Ao escolher os participantes, percebemos que este *corpus* poderia contribuir grandemente para os estudos linguísticos que perpassam pela inclusão social, minorias linguísticas e ideologia.

Ao definirmos os objetivos da pesquisa, compreendemos que o material analítico deveria ser construído, pois, nas buscas realizadas por trabalhos já apresentados cujo intérprete de Libras era objeto de estudo, poucos resultados foram encontrados, como mostrado anteriormente. Em sua grande maioria, a língua de sinais é o objeto de pesquisa mais estudado e, em seguida, os surdos e sua cultura e comunidade. Definimos, portanto que os intérpretes seriam o objeto de nosso estudo pela escassez de pesquisas encontradas.

Foi preciso delimitar um universo para buscar profissionais que pudessem participar da pesquisa, pois existem intérpretes nas mais variadas áreas e instituições. Escolhemos, portanto, que poderiam participar intérpretes de qualquer área de atuação e que tivesse, no mínimo, três anos de experiência. Inicialmente, foram contatados dez participantes, no entanto, o retorno positivo para participação na pesquisa foi reduzido para três. Assim, demos início à escolha dos temas e à construção das questões que comporiam a entrevista, método de pesquisa escolhido. Portanto, o *corpus* da pesquisa é formado pelo resultado das entrevistas realizadas com três mulheres intérpretes de Libras, atuantes na cidade de Varginha, no Sul de Minas. O material coletado gerou duas horas e meia de gravação e trinta páginas de transcrição.

As participantes são Paula, Márcia e Luana⁵. Paula é intérprete há quatro anos em espaços religiosos e algumas participações em ambientes institucionalizados, tem formação em curso superior. Márcia é intérprete há cinco anos e atua, também, como professora de Libras em instituições de ensino. Luana é intérprete há sete anos em espaços educacionais e, também, possui formação superior.

As coletas foram realizadas em locais distintos. Na entrevista de Paula, a sua residência foi o espaço escolhido para a primeira fase da coleta de dados e seu local de trabalho, para a segunda fase de coleta. Duarte (2002, p. 145) afirma que “este tipo de entrevista flui mais tranquilamente quando realizada na residência da pessoa entrevistada, Em ambiente doméstico, privado, parece haver mais liberdade para expressão das ideias e menos preocupação com o tempo”. Já na entrevista de Márcia, o local indicado pela participante também foi o seu local de trabalho. Duarte (2002, p. 145) mostra que, nessas situações, há mais chances de interrupções e “costuma aguçar a ansiedade com relação ao tempo de duração do depoimento, interrompendo o livre fluxo de ideias [...]”, no entanto, o ambiente de trabalho não ofereceu muitas interrupções e foi possível realizar a entrevista na íntegra. Na entrevista de Luana também foi escolhido o ambiente residencial, por questões de logística e acesso. Em se tratando de uma pesquisa

⁵ Os codinomes foram escolhidos para garantir o anonimato das intérpretes participantes da pesquisa conforme previsto no Código de Ética da Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR.

interpretativista, nossas impressões são registradas em um diário de campo, o qual é utilizado também como fonte de dados contextuais.

A construção do *corpus* foi realizada por meio de entrevistas coletadas individualmente “que combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto”. (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75) A entrevista semiestruturada, portanto, colabora

muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa. (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75)

Esta escolha proporciona maior espaço de fala para as participantes e, assim, não há respostas fechadas tampouco respostas certas ou erradas para os tópicos questionados. Dessa forma, poderemos enxergar os ditos e não ditos delas buscando, da melhor maneira possível, amplas contribuições para o campo de pesquisa em que este trabalho se insere.

A entrevista como método de pesquisa qualitativa traz como resultados um grande volume de dados significativos que necessitam ser organizados. No caso dessa pesquisa, as entrevistas coletadas geraram um grande volume de material. Todas essas informações precisaram ser organizadas e categorizadas segundo alguns critérios, como palavras-chave e temáticas das perguntas.

Como método de geração de dados analíticos, a entrevista se faz pertinente em virtude do caráter dialógico presente na pesquisa. Ainda, assim, este método pode ser caracterizado, em um primeiro olhar, como

um processo de interação entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas através de um *roteiro de entrevista* constando de uma lista de pontos *ou* tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida. O processo de interação contém quatro componentes que devem ser explicitados, enfatizando-se suas vantagens, desvantagens e limitações. São eles a) o entrevistador; b) o entrevistado; c) a situação da entrevista; d) o instrumento de captação de dados, ou roteiro de entrevista. (HAGUETTE, 1997, p. 86)

Quando submetida aos cânones científicos, a entrevista possui aspecto muito formal e estanque, sem espaço para reformulações e reconstruções, tampouco para interpretações diversas. Se compreendida no aspecto dialógico, a entrevista se torna um método de grande

espectro, sendo capaz de fornecer dados que, até então, não estavam explícitos, ou seja, abre espaço para a subjetividade na pesquisa.

As pesquisas em ciências humanas compreendem o objeto de pesquisa não como um objeto em si, mas como um sujeito que possui voz e formações diversas, sendo assim pesquisadora e participante se colocam juntas na construção do conhecimento e abrem-se para o diálogo. Para Mondada (1997, p. 59), os interlocutores de uma entrevista constroem de forma coletiva uma versão do mundo, sendo esta uma ação solidária. Portanto, “a entrevista não é simplesmente um instrumento neutro de pesquisa ou um método [...]. Pelo contrário, sua eficácia é profundamente ligada à concepção de linguagem e de discurso pressuposta [...] no desenvolvimento [...] com o informante”. (MONDADA, 1997, p. 59)

A entrevista foi organizada em três partes: contato inicial, a língua de sinais e a representação da língua. As perguntas foram apenas uma orientação para que pudéssemos abrir outros questionamentos e comentários que viessem a surgir durante a conversa que, por sua vez, poderia ser a mais natural e descontraída possível. Com essa divisão, as análises foram realizadas por bloco de questões. Para se proceder à análise, utilizamos os estudos da referenciação propostos por Mondada e Dubois (2003), assim como as pistas de contextualização estudadas por Gumperz (2002)⁶ e as contribuições dos estudos da surdez com Gesser (2009; 2012), Lacerda (2009), Quadros (2004; 2009), Santana (2007).

Para a organização desse trabalho, optamos por dividir as temáticas em dois capítulos, além da introdução e das considerações finais.

Capítulo 1: Apresentação dos conceitos de língua, discurso e ideologia linguística, incluindo o mito do monolinguismo, o percurso histórico de reconhecimento da Libras como língua oficial e do intérprete, categorizando-o e especificando seu papel perante a comunidade surda.

Capítulo 2: Serão apresentadas as análises dos discursos dos intérpretes feitas a partir dos estudos ideológicos da linguagem e dos estudos da surdez, com contribuições dos processos de referenciação e das pistas de contextualização.

Nas considerações finais apresentaremos uma reflexão conciliando os objetivos iniciais com os efetivamente alcançados na pesquisa, além de buscar contribuir para o campo em que o trabalho se insere.

⁶ Mondada e Dubois (2003) e Gumperz (2002) não integram o aporte teórico do trabalho, mas são instrumentais utilizados nas análises apresentadas no capítulo 2.

1. ESTUDOS IDEOLÓGICOS DA LINGUAGEM, LÍNGUAS MINORITÁRIAS E ESTUDOS SURDOS

Como apresentado na Introdução desta dissertação, este capítulo se destina à discussão dos conceitos teóricos que embasam a pesquisa: língua, discurso, ideologia linguística, processos referenciais e pistas de contextualização e o/a intérprete de Libras. Tais definições serão discutidas a partir das teorias da linguagem com destaque para as perspectivas advindas das teorias do Círculo de Bakhtin. Além destas, serão utilizadas também as discussões realizadas por Luiz Paulo da Moita Lopes (2013). Estudos de Marcos Bagno (2011, 2012) e Marilda Cavalvanti (1999, 2007) vão contribuir na construção (ou na desconstrução) do mito do monolinguismo no Brasil que defende a exclusividade de uma única língua. Também será apresentado o percurso histórico da Libras e do intérprete de língua de sinais por meio dos estudos surdos de Quadros (2003, 2004, 2006, 2009), Gesser (2009, 2012) e Lacerda (2009).

1.1 Língua e linguagem: contribuições teóricas

As primeiras pesquisas tendo a língua como objeto de uma abordagem científica surgiram com Ferdinand Saussure no início do século XX. Esses estudos forjaram as bases de um campo que viria a ser, posteriormente, conhecido como “estruturalismo”. Saussure é considerado o responsável pelo que se conhece hoje como linguística contemporânea, ou seja, a linguística como ciência da linguagem. Para esse campo de estudo, a linguagem foi categorizada em campos dicotômicos⁷, cujos conceitos são discutidos a partir de ideias contrapostas. Neste sentido, a dicotomia que nos interessa aqui é entre língua e fala.

O estudo a partir das dicotomias é entendido por Bagno (2012, p. 44) a partir da ótica platônica, “uma vez que cada par tinha uma entidade concreta/empírica/perceptível, oposta a uma entidade abstrata/dedutível/idealizável”, sendo os pares a base dos estudos saussurianos. Saussure busca definir a linguística como uma ciência autônoma que se preocupa com a *langue*⁸ e não com a *parole*⁹, e também opera um recorte sobre a sincronia da língua, em seu momento

⁷ São outras dicotomias: significado x significante; sincronia x diacronia, paradigma x sintagma. (BAGNO, 2012, p. 45)

⁸ *Langue*: sistema abstrato, homogêneo, composto de todas as realizações potenciais de expressão, formado por unidades que se opõem entre si, compartilhado por todos os falantes de um grupo social; é invariável pois não pode ser alterado por nenhum falante individual. (BAGNO, 2012, p. 46)

⁹ *Parole*: manifestações individuais particulares, heterogêneas, das potencialidades do sistema; apresenta variação, mas essa variação não prejudica a intercompreensão dos falantes, uma vez que todos eles reconhecem que, por trás das formas variantes, existe, num nível mais abstrato, uma forma comum, geral. (BAGNO, 2012, p. 45)

estanque e suspende - embora não ignore essa abordagem - as interferências históricas de formação.

Para Saussure (1969, p. 16), a linguística deve se preocupar em estudar a língua separadamente da fala, pois “é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem” (SAUSSURE, 1969, p. 16). Com esse conceito, ele entende que, como titulares de uma faculdade da linguagem, o ser humano somente tem como praticá-la através de uma condição natural, que é a língua.

A partir desse posicionamento, o linguista define seu objeto de pesquisa – a língua – estudada em separado, como um sistema fechado em si mesma, que não considera as contribuições externas. As pesquisas estruturalistas apresentam a definição de língua como “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” e o que se entende a partir disto é que língua e fala não são interdependentes, pois a língua é “um todo por si” (SAUSSURE, 1969, p. 17). Ao considerar que a língua é social, adquirida, Saussure compreende que seu funcionamento não está relacionado com a consciência individual do falante.

Marcos Bagno (2012, p. 60) critica a posição estruturalista do estudo da língua e explica que, nesse viés, a língua foi transformada em algo por si e em si. Ele afirma que

o estruturalismo transformou a língua numa ‘coisa em si’ – objetivo explicitado pelas últimas palavras do Curso de linguística geral [...] ‘A linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma’. [...] Renegando o falante e sua inserção numa comunidade, a linguística estrutural renegou no mesmo gesto o social, o cultural, o político e o ideológico – em suma, tudo que é caracteristicamente humano. (BAGNO, 2012, p. 60. Grifos do autor)

A partir de outro entendimento, os pesquisadores Volóchinov e Medviédev integraram um círculo de intelectuais que se reunia em torno de Mikhail Bakhtin, na Rússia, entre 1895 e 1975. O grupo possui obras que colaboraram muito para o entendimento da língua enquanto fato social, vinculado ao falante. Os filósofos entendiam que a consciência individual do falante não poderia ser estudada separadamente da fala, pois tudo que se produz por meio da fala é construído historicamente e carrega as interferências recebidas nesse processo. Para Volóchinov (2017, p. 175), a língua só pode ser considerada um sistema de normas centrada em si mesma, se este for o “*modus* de existência da língua para cada um dos membros dessa coletividade linguística”. Portanto, uma concepção diferente do que apresentavam os

defensores estruturalistas em que o processo comunicacional era entendido como uma via de mão única na qual o falante era visto como o sujeito ativo e o ouvinte, como o sujeito receptor do discurso.

Bakhtin, na obra *Os gêneros do discurso* (2016, p. 24), critica fortemente essa forma de concepção de estudo. Diz ele que ainda existem

na linguística burguesa *ficções* como o “ouvinte” e o “entendedor” (parceiros do “falante”, do fluxo da fala, etc.). Tais ficções dão uma noção absolutamente deturpada do processo complexo e amplamente ativo da comunicação discursiva. Nos cursos de linguística geral [...] aparecem com frequência representações evidentemente esquemáticas de dois parceiros da comunicação discursiva – o falante e o ouvinte (o receptor do discurso); sugere-se um esquema de processos ativos de discurso no falante e de respectivos processos passivos de recepção e compreensão do discurso no ouvinte. Não se pode dizer que esses processos sejam falsos e que não correspondam a determinados momentos da realidade; contudo, quando passam ao objetivo real da comunicação discursiva eles se transformam em ficção científica. (BAKHTIN, 2016, p. 24)

Os estudos do Círculo preconizam que a língua é parte do enunciado, sendo este concreto, único, irrepitível e carregado de ideologia. Tais concepções demonstram a complexidade dos estudos advindos dessa teoria em contraponto com as teorias estruturalistas cujos pressupostos separavam a língua da fala. Os embates entre os estudiosos russos e os formalistas/objetivistas se dão pelo pensamento de que a língua é um sistema de regras abstratas que independe da realidade social e não considera que o sentido se faz a partir da interação entre sujeitos. (COSTA, 2017, p. 92)

O processo interacional entre sujeitos não fazia parte do entendimento de língua para os estruturalistas. A língua era vista separada do processo comunicacional e se dava internamente, apenas na cabeça do sujeito. Seus pensamentos eram elaborados mentalmente e considerados apenas como tal, não tendo a fala um papel de propagação dessas ideias externamente. A partir dessas ideias abstratas de língua, Bakhtin e os pesquisadores russos passaram a questionar a validade do conceito de língua que não tinha o falante como parte desse funcionamento.

Ainda de acordo com as proposições defendidas, esse processo comunicacional no qual os estruturalistas acreditavam não corresponde ao efetivo processo de comunicação, pois seria uma posição abstrata em relação à compreensão responsivamente ativa do falante. Para o Círculo, essa abstração pode ser justificada por uma condição:

a de ser nitidamente compreendida apenas como abstração e não ser apresentada como fenômeno pleno concreto e real; caso contrário, ela se

transforma em invenção. É exatamente o que acontece na linguística, uma vez que esses esquemas abstratos, mesmo não sendo apresentados diretamente como reflexo da comunicação discursiva real, tampouco são completados por alusões a uma maior complexidade do fenômeno real. (BAKHTIN, 2016, p. 26)

Para a existência de um processo comunicacional, o diálogo deve reger a troca de turnos. Esse posicionamento, denominado dialogismo, considera que todo contato entre sujeitos se dá de forma interativa. Há, entre os falantes, uma troca de turnos de fala, cujo objetivo é o de dar vez a todos os sujeitos participantes do processo de interação verbal. Para o grupo, o sujeito pode, inclusive, realizar interação consigo mesmo, atuando com sua consciência. O enunciado produzido a partir da interação entre os sujeitos é reconhecidamente concreto. O enunciado é

uma unidade de comunicação discursiva, portanto, só existe em sua relação dialógica com enunciados anteriores e posteriores [...]. [Também] são unidades concretas produzidas por sujeitos particulares, autores com identidades socioideológicas (*sic*) ligadas às esferas de produção, recepção e circulação. (GRILLO; COSTA, 2013, p. 153)

Ao conceituar enunciado, compreende-se que ele se torna concreto no processo da interação verbal. Sendo assim, os sujeitos produtores do discurso se situam histórica, política e socialmente. No entanto, o processo dialógico do Círculo não é apenas entre dois sujeitos falantes, mas entre discursos ditos anteriormente em outro momento histórico. Silva (2013, p. 54) entende que o dialogismo se dá na relação entre vozes, também conhecidas como discursos, que podem aparecer explicitamente ou não.

A partir dos estudos de Bakhtin e do Círculo, compreendeu-se, portanto, que a língua e a fala não poderiam ser vistas separadamente, pois ambas são carregadas de características que determinam as crenças e as formações sociais e culturais do falante. Passou-se, então, a compreender a língua como fato ideológico, que não se desvincula, de forma alguma, do que o sujeito discursivo acredita e o demonstra a partir da língua e da fala.

Na concepção de língua como fato ideológico, todo sujeito falante participante do processo de interação verbal é constituído de ideologia. As construções verbais e não verbais estarão ideologicamente marcadas por traços da sua formação social, política, entre outras e podem aparecer indiretamente no discurso. A ideologia no discurso é fortemente defendida pelos estudiosos do Círculo pois ela é indissolúvel do sujeito interacional. A interação realizada por meio da língua de sinais se dá por meio de construções não verbais, justamente por ela ser uma língua de modalidade visual-espacial, constituída de sinais estruturados gramatical, sintático, fonético e fonologicamente.

Quadros (2003, p. 5) explica que as associações de surdos foram criadas como espaços de convivência para os surdos utilizarem a língua de sinais, já que nas aulas, dentro das escolas regulares, eram obrigados a aprender a língua na modalidade oral. Por isso, podemos compreender a Libras como um

movimento de resistência por parte dos surdos a um processo social, político e lingüístico (sic passim) que privilegiou o parâmetro do normal. Portanto, a aquisição da linguagem é fundamental para que o sujeito surdo possa reescrever-se através da interação social, cultural política e científica 10. (QUADROS, 2003, p. 5)

Na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin (Volóchinov) (2012, p. 93-95) defende que os pesquisadores estruturalistas entendiam a língua como uma unidade abstrata e afirma que “os representantes dessa orientação acentuam constantemente que o sistema lingüístico constitui um fato objetivo externo à consciência individual e independente desta”, mas que é impossível fazer tal separação pois a língua é subjetiva e há uma “evolução ininterrupta das normas da língua”. O locutor se utiliza da língua para produzir seus discursos por meio dos enunciados concretos e efetivar o processo comunicacional, por isso “o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas [...] num dado contexto concreto”.

Toda produção discursiva do falante está envolta em suas formações sociais, culturais, profissionais, familiares, entre outras esferas do cotidiano. Os seus argumentos são formados de discursos construídos historicamente, portanto o signo lingüístico¹¹ é atravessado por conteúdos ideológicos do mundo histórico social. (COSTA, 2017, p. 92). Nesse ponto, o Círculo compreende que os enunciados concretos são inerentemente dialógicos e que a consciência do sujeito não é individual, mas formada pela coletividade social.

Pode-se compreender que o enunciado é vivo e “de natureza ativamente responsiva”, o que significa dizer que todo enunciado requer uma resposta e, nesse processo, o falante passa a ser ouvinte e na troca de turno o ouvinte passa a ser o falante e assim sucessivamente. O processo de troca que ocorre mediante a inversão de turnos de fala traz para o discurso as formações ideológicas e sociais do sujeito falante e do sujeito respondente. (BAKHTIN, 2016, p. 25)

¹⁰ O conceito de normalidade compreende o sujeito falante usuário da língua portuguesa na modalidade oral.

¹¹ Volóchinov compreende como signo “qualquer produto ideológico [...] que reflete e refrata outra realidade que se encontra fora dos seus limites”, dessa forma, “tudo o que é ideológico possui significação: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um *signo*”. (VOLÓCHINOV, 2017, p 91)

Nessas concepções, os estudos do Círculo caminham no sentido de demonstrar que signo e ideologia estão intrinsecamente entrelaçados. Volóchinov (2017, p. 91) afirma que “sem signos não existe ideologia”, pois dominar o signo significa dominar a ideologia. Assim, chegue-se no nível do signo, da palavra: o cerne de toda comunicação social.

1.2 Ideologia e discurso

No início do século XX, as primeiras bases de interesse do Círculo estavam em formação e emergiam muitas correntes e movimentos culturais na sociedade russa, sendo mais expressivos os representantes do simbolismo, futurismo, acmeísmo, filosofia da vida, positivismo, fenomenologia, neokantismo, psicanálise e, por fim, o marxismo, grande influenciador das ideias do Círculo. Inicialmente, Medviédev e Volóchinov se dedicavam às pesquisas no campo de uma “ciência das ideologias”, enquanto Bakhtin se debruçava sobre a ética, a cultura e a vida, mas nada impedia que suas ideias se encontrassem e se distanciassem no ponto em comum acerca dos estudos sobre a estética e a linguagem, espaço no qual a ideologia tem grande importância. (COSTA, 2017, p. 43)

O interesse em aprofundar os estudos no campo da ideologia se fez por dois motivos, conforme apresenta Costa:

[...] primeiro, pela proeminência dessa corrente [marxismo] no processo revolucionário em curso, constituindo-se uma espécie de interlocutor obrigatório para todas as outras posições; segundo, pelo fato de se tratar indiscutivelmente da mais importante fonte do conceito de ideologia, cuja reelaboração será um dos aspectos da concepção de linguagem do Círculo. (COSTA, 2017, p. 43)

É considerável apontar que as ideias do marxismo estavam presentes nas discussões do Círculo, pois, entre as décadas de 1920 e 1930, a Rússia passava por uma grande transformação política e social. As pesquisas de Medviédev e Volóchinov se mostram claras quanto à consonância com os ideais marxistas; quanto a Bakhtin, por mais críticas que existam sobre seu real posicionamento em relação ao marxismo russo, era impossível que se permanecesse “imune aos impactos do processo revolucionário na vida social, política e cultural da Rússia”, conclusão à qual se pode chegar com a leitura de seus trabalhos. (COSTA, 2017, p. 46)

Nesse percurso histórico marcado por ideologias e disputas por sentido, os trabalhos com relação aos estudos da língua viva e sua utilização não vão passar ilesos. Assim, o Círculo focaliza temas como a natureza da linguagem e a criação estética, buscando aliar à concepção

linguística, “uma visão de ideologia elaborada no seio de um longo processo”. (COSTA, 2017, p. 53). Os trabalhos produzidos pelo Círculo irão abordar aspectos da língua enquanto código interacional, o discurso como forma de manutenção de uma ideologia, assim como a estética da criação verbal, em que serão discutidos os conceitos de discurso, esferas de atuação humana, dialogismo entre outros.

No século XIX, o conceito de ideologia, também, vai ser defendido por diversos teóricos europeus. O marco inicial se dá na França, no mesmo século, com Desttut De Tracy, com um viés positivo, ao afirmar que ideologia “designa a ciência cujo propósito é explicar a constituição das ideias de um ponto de vista materialista”. (COSTA, 2017, p. 52) No entanto, Napoleão, “passando a designar algo como uma visão distorcida e distanciada da realidade” compreende a ideologia negativamente. (COSTA, 2017, p. 52) Já a visão de Marx, cujo entendimento vai ao encontro da nossa pesquisa, considera que a ideologia se faz a partir de um “conjunto de ideias, crenças, valores, representações, referências éticas, estéticas e cognitivas” de uma sociedade de classes, assim como aqueles que buscamos nos discursos das intérpretes. (COSTA, 2017, p. 53) Os intérpretes são profissionais que atuam na mediação da informação e do conhecimento entre sujeitos surdo e ouvintes, uma vez que ficam na “fronteira entre os sentidos de uma língua de origem e da língua alvo”. (LACERDA, 2009, p. 8) Ser intérprete, portanto, é transitar entre as duas línguas – neste caso, a Língua Portuguesa e a língua de sinais –, buscando transmitir as informações de maneira fiel e verdadeira.

Sobre o intérprete de Libras, vale trazer algumas contribuições de pesquisadores do campo da surdez para contextualizar o papel fundamental desse profissional que medeia a relação que existe entre o surdo e a língua de sinais na sociedade ouvinte. Quadros (2004, p. 27) conceitua que o intérprete é “aquele que domina a língua de sinais e a língua falada do país”, além de possuir qualificação para exercer tal atividade. Além disso, conceitua que o ato de interpretar é cognitivo-linguístico, pois

é um processo em que o intérprete estará diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas e que utilizam línguas diferentes. O intérprete está completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação. Ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos. (QUADROS, 2004, p. 27)

Além de envolver processos complexos, envolve toda carga ideológica existente entre os discursos produzidos pelo falante da língua fonte e que será traduzida e interpretada pelo profissional intérprete de Libras na língua alvo. De toda maneira, as formações ideológicas desses sujeitos estarão circulando entre os discursos produzidos na situação comunicacional, uma vez que toda palavra (ou sinal) possui representação de significado ideológico. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 181)

Considerando que o interesse perpassa pelas crenças do intérprete sobre a língua de sinais, o sentido de ideologia apresentado por Marx compactua com as concepções de ideologia para o Círculo, pois

o modo como os intelectuais marxistas russos, envolvidos em diferentes graus no processo revolucionário em andamento na Rússia no início do século XX, lidaram com esse problema e pensaram a ideologia [...] constitui um dos momentos mais importantes da história do conceito e afeta diretamente a sua apropriação pelo trabalho do Círculo de Bakhtin, que, em grande medida, pode ser visto como uma tentativa de explorar, na teoria da linguagem e da estética, aportes teóricos do marxismo sem necessariamente aderir às inclinações mecanicistas de algumas de suas correntes. (COSTA, 2017, p. 57)

Na discussão sobre ideologia nos estudos da teoria da linguagem, Volóchinov (2017, p. 98) se debruça sobre algumas questões importantes acerca do signo ideológico e da palavra enquanto signo por excelência vinculadas à filosofia do marxismo. Para ele, a base da formação marxista está diretamente ligada à filosofia da linguagem, pois inexistente um signo que não seja ideológico. A formação ideológica do sujeito se mostra por meio da escolha de palavras para compor o seu discurso, portanto “acompanha e comenta todo ato ideológico” (BAKHTIN (VOLÓCHINOV) 2012, p. 38). Por outro lado, a palavra também é neutra. Esta disparidade se dá no nível das esferas, visto que as palavras se adaptam aos diversos campos de atividade humana¹² carregando consigo a ideologia aplicável a cada uma delas. Ao tratar da neutralidade, o pesquisador russo explica que a palavra é “o mais representativo e puro dos signos”, pois ela pode transitar em qualquer campo de comunicação e assumir “qualquer função ideológica específica” como também, não assumir nenhuma função enquanto não esteja sendo utilizada. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 99) A neutralidade da palavra se explica por ela ser um signo que,

¹² Campos de atividade humana ou esferas de atividade humanas “estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos de atividades humanas, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos por integrantes desse ou daquele campo de atividade humana”. (BAKHTIN, 2011, p. 261)

ao ser escolhido pelo falante, assume as roupagens do seu discurso, enquanto se altera consideravelmente nas escolhas discursivas de outro falante.

Ao construir os estudos do campo da ideologia linguística, Volóchinov (2017, p. 100) conceitua que a palavra interior, ou seja, a palavra que serve como um “signo interior [...] sem ser plenamente expressa no exterior”, é uma das questões de maior importância dentro da filosofia da linguagem, pois nenhum fenômeno ideológico pode acontecer sem a participação do discurso interior. O que o filósofo explica, em suma, é que a consciência individual já é ideológica por natureza e que em toda manifestação do falante ela vai aparecer.

Assim, as escolhas de palavras mostram as formações histórico-sociais que o sujeito carrega consigo. Em uma esfera como a religiosa, por exemplo, a palavra é o principal meio de propagação das ideias e das crenças, o que é claramente evidenciado nos cultos, missas e reuniões. Cada escolha carrega uma infinidade de ideias que reforçam os ideais da instituição religiosa na qual o sujeito se insere. Não apenas a religiosa, mas a educacional é outro espaço de uso da palavra como forma de ensinamento, aprendizagem e troca de conhecimento entre sujeitos interativos. Os livros, os educadores e as educadoras são sujeitos ideológicos e demonstram as suas crenças a partir das escolhas que fazem para nortear o ensino de suas disciplinas. A atuação dos educadores e educadoras em sala de aula pode realizar transformações significativas em seu público a partir dos ideais transmitidos pela palavra. Em um espaço, portanto, a palavra adquire uma determinada carga valorativa, em outro espaço, seu valor pode se transformar; tudo vai depender do meio utilizado para a construção do discurso.

A esfera religiosa aparece no discurso de Paula ao se referir à Libras, pois termos religiosos como igreja, congregava e Deus, como apresenta o excerto *A Libras, pra mim, começou como um momento evangelístico e aí, eu orei a Deus, e pedi pra Deus uma oportunidade de aprender Libras* e outros excertos ao longo da entrevista mostram a sua relação com os espaços religiosos. No excerto, é possível verificar que a primeira escolha discursiva utilizada para relatar seu contato inicial com a Libras é feita pela referência religiosa. Ao referir-se a esse primeiro contato como *momento evangelístico*, a intérprete não está apenas respondendo a uma pergunta realizada pela entrevistadora, está também construindo sua relação com a Libras e, conseqüentemente, sua identidade de intérprete no universo das práticas religiosas.

A intérprete Márcia apresenta em seu discurso diferentes formações ideológicas, mas que, em um ponto, acabam se encontrando com o de Paula. Márcia diz que seu contato inicial com a Libras foi na universidade, no curso de Letras. No entanto, ela se explica: *fiz o [curso] básico de 120, fiz um intermediário e depois o avançado eu não fiz porque eu achava que [...] eu não*

tinha dom. Ao construir um discurso acadêmico, Márcia se afasta da ideia de intérprete formado em espaços religiosos, mas não consegue se afastar por completo da ideia divina da sabedoria.

Esse é um dado importante, tendo em vista a compreensão de que, segundo Mondada e Dubois (2003, p 34), “não se pode mais considerar nem que a palavra ou a categoria adquirida é decidida à priori ‘no mundo’, anteriormente a sua enunciação”, de modo que os objetos do mundo são também objetos do discurso. Nesse sentido, a existência de uma língua é estabelecida e negociada discursivamente. Nestas circunstâncias, a língua de sinais passou a circular em esferas de produção discursivas variadas mesmo não havendo a intenção explícita se posicionar desta maneira.

Volóchinov (apud COSTA, 2017, p. 135) defende que a palavra está ligada ao interior e ao exterior do sujeito e no enunciado concreto ela carrega características subjetivas e objetivas. Para ele, “a palavra [...] é uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam acentos sociais de orientações diversas. A palavra na boca de um indivíduo isolado é produto da interação viva de forças sociais”. Compreende-se, portanto, que as palavras escolhidas para serem proferidas ou escritas por determinado sujeito em uma determinada esfera social não são aleatórias; pelo contrário, são pensadas e escolhidas de maneira a atingir o seu receptor de maneira específica.

A língua carregada de signos ideológicos marca e define, portanto, o processo comunicacional. O discurso, produzido a partir das escolhas de palavras do falante, é a representação das suas crenças, dos seus valores históricos construídos socialmente. Ao compreender que nenhum discurso é aleatório, a carga valorativa sobre a palavra passa a ser maior em uma sociedade ou menor em outra. A língua de sinais é um exemplo de disputa de valor linguístico em uma sociedade e historicamente ela vem buscando o seu reconhecimento social por meio de movimentos políticos e de representação de seus usuários majoritários, os surdos. A partir dessa discussão, a seção seguinte mostra como se deu o poderio da língua portuguesa sobre outras línguas utilizadas no Brasil.

1.3. Políticas linguísticas homogeneizadoras: o poder de uma língua só

O Brasil nunca foi um país de uma língua só, pois habitavam aqui os indígenas que possuíam um idioma materno, próprio de cada comunidade, de cada região. Com a invasão dos portugueses, esses povos tiveram seu idioma roubado, usurpado à força de catequização e de dominação econômica. Havia aqui, aproximadamente, 1.078 línguas indígenas, o que mostra a pluralidade linguística existente. No entanto, ao longo de 500 anos, esse quantitativo reduziu para, aproximadamente, 170 línguas. É notório que a invasão portuguesa em terras brasileiras

não visava apenas à exploração de reservas naturais, mas inserir os nativos em sua cultura e língua. Assim, inseriram políticas linguísticas homogeneizadoras que tinham por objetivo a eliminação de qualquer outro idioma que não aquele da colônia portuguesa. (OLIVEIRA, 2009, p. 1-2)

A política linguística adotada pela Coroa era a de implementação, a qualquer custo, do idioma lusófono usando o que Gilvan Müller de Oliveira (2009, p. 2) denomina de glotocídio, ou seja, o assassinato das línguas originais dos povos indígenas ou o seu deslocamento, substituição pelo português de Portugal. Não foram apenas os índios que sofreram com a aniquilação de seu idioma; os africanos, que foram escravizados pelos brancos, também foram vítimas de políticas linguísticas truculentas.

No entanto, políticas homogeneizadoras não foram exclusividade do período colonial. Durante o Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas (1937-1945), ficou estabelecido o crime idiomático, uma política tão homogeneizadora quanto à anterior. Nesse período, o governo tinha como objetivo integrar os estrangeiros à cultura brasileira. Dessa forma, tornou-se obrigatório o uso da Língua Portuguesa em todos os espaços, fossem públicos ou privados, e proibido o uso dos idiomas dos imigrantes estrangeiros. No sul do país, região de maior população alemã da época, as ações do governo incluíram o fechamento de jornais, igrejas, escolas como forma de coibir o uso de outro idioma que não o pátrio. (FRITZEN; RISTAU, 2013, p. 262)

O poder conseguido pelo uso da língua ultrapassou séculos de dominação portuguesa alcançando seu apogeu máximo no reconhecimento oficial da língua do país invasor, em 1988, com a publicação da Constituição Federal. Seu artigo 13 diz que “a Língua Portuguesa é idioma oficial da República Federativa do Brasil” (BRASIL, 1988). Desde então, a Língua Portuguesa atua majoritariamente sobre todas as outras formas linguísticas existentes no país.

Essa atuação caracteriza o Brasil como um país monolíngue, ou seja, uma nação cujo idioma é único em todo território. O país reafirma esse posicionamento não apenas interna, mas também externamente, o que o insere no grupo de nações que possui o português como língua única oficial, assim como Portugal. Posicionamentos político-linguísticos como esses excluem quaisquer outras línguas, dialetos e culturas linguísticas existentes. Ao postular um único idioma brasileiro, o Estado exclui “as mais de cento setenta línguas nacionais indígenas, as mais de cerca de trinta línguas de imigração [e] a Libras” (CAVALCANTI; CÉSAR, 2007, p. 50).

O prestígio de uma língua sobre outra provoca graves consequências sociais, pois a

repercussão dessas ideologias se nota na necessidade de se alcançar uma competência linguística baseada, em sua grande parte, no modelo de um falante ‘nativo’, preconizado como o de falante ‘ideal’ de ‘uma língua nacional’ e na subalternização de falantes que não atingem, satisfatoriamente, essa competência. (SANTO; SANTOS, 2018, p. 153. Grifos dos autores)

Ao legitimar um falante ideal e deslegitimar outro com a intenção de valorizar a língua do primeiro, cria-se uma sociedade cada vez mais segregada, com disparidades educacionais e econômicas. O que se tem no Brasil é a contradição entre o ensino da Língua Portuguesa nas escolas e o crescimento do desemprego, da desigualdade social. (CAVALCANTI; CÉSAR, 2007, p. 51)

Vale ressaltar ainda que a denominação da Língua Portuguesa como tal se deu muito antes das invasões lusitanas em terras brasileiras. Envolve, na verdade, disputas históricas entre Portugal e Espanha que, conforme Marcos Bagno (2011, p. 36)¹³, fizeram com que esse idioma fosse resultado de problemas de natureza política, cultural, ideológica e econômica.

Oliveira (2009, p. 2) também apresenta dados sobre a política de homogeneização linguística que atuou no território brasileiro durante o império.

O Estado Português e, depois da independência, o Estado Brasileiro, tiveram por política, durante quase toda a história, impor o português como a única língua legítima, considerando-a companheira do Império [...]. A história linguística (*sic*) do Brasil poderia ser contada pela seqüência (*sic*) de políticas linguísticas homogeneizadoras e repressivas e pelos resultados que alcançaram: somente na primeira metade deste século, segundo Darcy Ribeiro, 67 línguas indígenas desapareceram no Brasil - mais de uma por ano, portanto [...] Das (*sic*) 1.078 línguas faladas no ano de 1500 ficamos com cerca de 170 no ano 2000, (somente 15% do total) e várias destas 170 encontram-se já moribundas, faladas por populações diminutas e com poucas chances de resistir ao avanço da língua dominante. (OLIVEIRA, 2009, p. 2)

¹³ O linguista esclarece que a questão política vai ser determinante para designar as línguas. “A Galiza passou a formar parte da coroa de Castela e Leão em 1230 e a partir de aí foi perdendo a sua autonomia política a favor de Castela. Esse quadro político apresenta, de um lado, a Galiza: um território sem governo próprio durante 750 anos, uma região que é em tudo tributária e dependente de um Estado central espanhol, marcado, ao longo de sua história, por uma forte política de silenciamento das identidades étnicas sub-estatais, de esmagamento das lutas em favor da autonomia dos povos submetidos à sua coroa e de substituição planejada das línguas locais pela língua oficial, castelhana, que deixa de ser um dialeto local, o dialeto de Castela, para receber o título nobiliárquico de ‘língua espanhola’. Do outro lado, literalmente do outro lado do rio Minho, fronteira natural que sempre demarcou os dois territórios, está Portugal: país independente, reino autônomo desde o século XII, Estado soberano, inimigo secular de Castela, sempre muito cioso de preservar sua liberdade política diante da vizinha Espanha, mais poderosa e maior. Sem poder se expandir para além do território conquistado até 1249, os portugueses se lançam ao mar, empreendendo as grandes navegações que vão fazer de Portugal o pioneiro do colonialismo e do imperialismo modernos, além do reintrodutor da economia escravagista na idade moderna. Com isso, temos uma língua, o português, língua de um Estado soberano, e temos o galego, que sempre viveu no inferno do não-ser, porque lhe falta precisamente um Estado soberano [...]”. (BAGNO, 2011, p. 36)

Vê-se que a Língua Portuguesa apenas se tornou o que é hoje (ou o que era quando chegou ao Brasil, em 1500), após disputas territoriais e econômicas. Portanto, o processo de apagamento das línguas nativas indígenas em 500 anos é resultado das políticas homogeneizadoras trazidas nas embarcações.

Tais políticas também são o reflexo do que se concebe como norma culta e norma (ou língua) popular. O privilégio do registro escrito sobre o oral também contribui para que formas variantes de um mesmo idioma sejam segregadas. Pinto (2013, 9. 133) aponta que a hierarquia linguística dos falantes acontece a partir da valorização de uma variante sobre outra. Assim, diz ela que

os falantes que importam são aqueles que se aproximam do ‘sistema linguístico’ europeu, este também um disfarce da tradição escrita e gramatical do nacionalismo europeu. Partindo de um controle de homogeneidade de grupo de falantes, essa prefiguração perfoma aquilo que afirma descrever, atribuindo características relevantes para grupos recortados como relevantes. Assim, a ‘norma culta’ pertence ao ‘grupo culto’, e a ‘norma popular’ é falada por ‘grupos populares’. De maneira nada incidental, a ‘norma culta’ é utilizada como parâmetro para definir a ‘norma popular’ como dialeto, e suas inteseções regionais, raciais, sexuais como ‘variedades’ ou ‘dialetos menores’ da norma principal, esta sim considerada como língua. (PINTO, 2013, p. 133. Grifos da autora.)

A separação entre norma culta e norma popular compreende um escopo muito maior do que a língua dos falantes do português. Todas as implicações resultantes das desigualdades sociais e culturais, valorizando os falantes de posições hierarquicamente elevadas como sendo os detentores do português “adequado”, são formas de segregação e de minoritarização de variantes, dialetos, línguas indígenas, as línguas de sinais em todo o mundo, as línguas de imigração, entre outras.

Como mostraram Cavalcanti e César (2007, p. 55), as línguas minoritárias são aquelas apagadas pelo poderio da língua dominante, majoritária no país. Nesse escopo, encontra-se a Língua Brasileira de Sinais, língua da comunidade surda brasileira. Dada a prevalência da Língua Portuguesa sobre todas as outras manifestações linguísticas, a comunidade surda buscou pelo reconhecimento da Libras e obteve sucesso na homologação da Lei 10.436/2002. Até então, a língua de sinais era uma forma de comunicação de um grupo excluído social e

linguisticamente, depois passou a ser pesquisada e disseminada nas universidades e ganhou um pouco de espaço¹⁴.

Quanto à exclusão dos surdos, mesmo após o reconhecimento da língua, a grande maioria da população brasileira reconhece como língua apenas aquela que veio da Colônia. Os surdos continuam esquecidos e à margem da sociedade, uma vez que sua língua não é inserida nos espaços comunicacionais da sociedade ouvinte. As instituições de ensino superior foram os primeiros espaços a receberem a língua de sinais e a se debruçarem sobre suas particularidades linguísticas, sociais, identitárias e culturais, dando a ela alguma visibilidade social. (GESSER, 2009, p. 26-27).

No âmbito das línguas minoritarizadas, a língua de sinais carrega estereótipos¹⁵ que há anos vêm sendo reproduzidos, mas hoje são tratados como mitos¹⁶, pois já foram provados pelos pesquisadores como sendo inverdades. (GESSER, 2009, p. 9-10). Essa carga pejorativa sobre as línguas minoritarizadas colaboram para, cada vez mais, seus usuários também se tornarem subalternizados. A entrevista de Márcia deixa claro que a Libras é uma língua, mesmo que não tenha o valor que deve ter. Ela diz que *o que falta hoje é informação* e afirma que *o português é a língua majoritária [...] pra quem ouve [...] pra quem não ouve é a Libras*.

Ao trazer essa afirmação para a pesquisa, é possível perceber que, mesmo nos espaços em que o surdo está inserido, a língua dominante prevalece. A falta de informação a que Márcia se refere, sobre o *status* linguístico da língua de sinais, reflete o posicionamento do Ministério da Educação quanto à política linguística que prevalece no país. A Língua Portuguesa ainda é o único idioma oficial ensinado na maioria das escolas do país, principalmente nos grandes centros urbanos.

De todo o percurso histórico sobre as políticas homogeneizadoras apresentadas nesta seção, resta uma temática que precisa ser debatida e trazida à tona por pesquisadores do campo da Linguística, especialmente o da Linguística Aplicada: o mito do monolinguismo no Brasil. Cavalcanti (1999, p. 387) é enfática ao afirmar que “existe um mito de monolinguismo no Brasil” e explica que “esse mito é eficaz para apagar as minorias, isto é, as nações indígenas, as comunidades imigrantes e, por extensão, as maiorias tratadas como minorias, ou seja, as

¹⁴ Desde a década de 1970, mas principalmente a partir da homologação da Lei 10.436, em 2002, autores como Lucinda Ferreira Brito, Ronice Muller de Quadros, Carlos Skliar, Gladis Perlin, Cristina Broglia Feitosa de Lacerda e Audrei Gesser se dedicam às pesquisas sobre a Língua Brasileira de Sinais e educação de surdos.

¹⁵ Termos utilizados pela comunidade ouvinte criam padrões negativos relacionados à comunidade surda e aos surdos, tais como, gestos, linguagem de sinais, surdo-mudo, mudinho, entre outros.

¹⁶ São alguns mitos relacionados à Libras: língua de sinais universal, língua artificial, língua agramatical, língua como código secreto dos surdos, o alfabeto manual ser a representação da língua de sinais, língua de sinais como versão sinalizada da Língua Portuguesa, entre outros, desmistificados por Audrei Gesser. (GESSER, 2009, p. 5)

comunidades falantes de variedades desprestigiadas do português”. O bilinguismo está presente em praticamente todos os países do mundo, mas é o monolinguismo que “representa a norma, é o monolinguismo que é a base para os estudos linguísticos”, quando deveria ser o contrário. (CAVALCANTI, 1999, p. 387)

Além disso, é fundamental considerar que os contextos monolíngues estão ao lado dos contextos bilíngues. Normalmente, os contextos de produção de línguas estigmatizadas são considerados assim por terem passado por um processo de apagamento da sua língua natural, ou da sua língua materna, mas continuam buscando pela sua ascensão. Não diferente das políticas de nacionalização do governo Vargas, as comunidades surdas também sofreram as forças dessas atuações ostensivas. A língua foi proibida e restrita aos lares e os surdos obrigados a aprender a língua do país em sua modalidade oral.

Ainda hoje, a língua de sinais possui o estigma de língua de menor valor, mas pesquisadores como Quadros (2004, 2009), Lacerda (2009), Gesser (2009, 2012), e esta pesquisadora, mesmo em sua caminhada inicial, contribuem para que os olhares se voltem à língua oficial da comunidade surda brasileira e possam, então, trazer o reconhecimento ao qual ela faz jus.

1.4. A língua de sinais como língua minoritarizada

Como o descrito anteriormente, a língua de sinais é a língua oficial da comunidade surda brasileira. Gesser (2009, p. 37) explica que a Libras se originou da língua de sinais francesa, pois contam os registros que Dom Pedro II teria solicitado a vinda de um professor surdo francês ao Brasil – Ernest Huet –, em 1855, para instalar a primeira escola de surdos. O motivo pelo qual o monarca desejava fundar a escola para surdos não é certo e há duas explicações: a primeira dá conta de que havia uma criança surda na família real e a outra possibilidade seria em função de uma visita da corte à Universidade de Gallaudet, nos Estados Unidos, para negociar a instalação de uma escola similar no Brasil.

No entanto, a história da educação de surdos mostra um percurso de desvalorização da língua de sinais privilegiando a língua oral. As decisões sobre qual modalidade de língua a comunidade surda deveria usar partiram de um congresso realizado em Milão, na Itália, no ano de 1880, que ficou marcado, entre outras deliberações, pela proibição do uso de sinais pelos surdos. No Congresso, participaram representantes de destaque da sociedade da época. Lá foram discutidas as abordagens para a educação dos surdos a partir de três vertentes: da língua de sinais, do oralismo ou de um método denominado misto. Apesar de tais temáticas, a

discussão maior se voltou para a língua de sinais e o oralismo. Com uma votação de 160 votos a 4, ficou proibido o uso da língua de sinais, substituindo-se então, os métodos já utilizados na educação de surdos que privilegiavam o uso dos sinais, por metodologias que praticavam técnicas de oralidade inclusive à força. Um personagem de destaque no Congresso foi Alexandre Graham Bell, que defendia que a surdez era uma aberração humana. (GESSER, 2012, p. 85)

Disto, decorre que a língua dos surdos não possuía espaço para crescimento, nem para que os próprios usuários se conectassem e fizessem com que ela fosse propagada. Gesser (2009, p. 25-26) explica que a história dos surdos foi de privação de uso da língua durante séculos, além da difícil relação dos surdos com a língua majoritária e também com a sociedade ouvinte. A língua de sinais era proibida em locais públicos, pois uma vez que esses sujeitos não tinham seus direitos reconhecidos, tampouco teriam possibilidade de utilizar uma língua própria em um espaço dominado por usuários de línguas orais.

Portanto, todo contexto de violação dos direitos de uso da língua da comunidade surda mostra a desvalorização pela qual passaram esses sujeitos durante séculos na sociedade ouvinte. Gesser (2012, p. 85) ainda explica que “os surdos eram vistos e representados como anormais por conta de sua deficiência auditiva e de sua suposta limitação para adquirir língua e desenvolver a fala oral. A surdez era tratada como uma aberração da raça humana na sociedade”. Esse estereótipo se arrastou por anos a fio, fazendo com que a disputa de poder e de valor entre sujeitos surdos e ouvintes continue sendo tema de debates e pesquisas como esta.

Os estudos empreendidos por Cavalcanti (1999, p. 387) sobre línguas minoritárias mostram que o poder majoritário dos usuários de línguas orais vai prevalecer enquanto não houver uma valorização dos espaços bi/multilíngues. A autora inclui, em seus trabalhos, os sujeitos pertencentes às comunidades surdas brasileiras e afirma que “quando se focalizam os contextos bilíngües (*sic*) não se pode esquecer das comunidades de surdos que, geralmente, são criadas em escolas instituições e que estão espalhadas pelo país” (CAVALCANTI, 1999, p. 387). A autora se refere à inclusão dos surdos nas escolas regulares, em salas de aulas comuns, com o apoio do profissional intérprete de Libras. Afirma ainda que todos esses contextos “contemplam alguma variedade de baixo prestígio do português ou de outra língua lado a lado com a variedade do português convencionada como padrão”. (CAVALCANTI, 1999, p. 387)

No caso específico da Língua Brasileira de Sinais, ela convive em ambientes educacionais com a Língua Portuguesa em uma disputa de valores contínua. Mesmo que esta não seja a primeira língua do surdo, é a de todos os outros estudantes da sala de aula. Enquanto as políticas educacionais não reconhecerem efetivamente que a língua dos surdos deve ser inserida nos

espaços de aprendizagem, continuaremos enfrentando o seu desconhecimento e a sua deslegitimação.

Cavalcanti (1999, p. 392) questiona o índice de pessoas com deficiência auditiva no mundo, uma vez que a população de surdos é grande. De acordo com a Agência Brasil¹⁷, dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostram que “cerca de 466 milhões de pessoas no mundo hoje sofrem com problemas auditivos - sendo 34 milhões crianças -, enquanto há cinco anos o número total de casos era de 360 milhões” e, ainda de acordo com o órgão, até 2050 esse número pode chegar a 900 milhões de pessoas. Os números mostram a emergência da difusão da língua de sinais entre os diversos públicos, buscando sempre meios eficazes de fazer com que um maior número de pessoas possa conhecê-la e, assim, possa respeitá-la.

Sempre houve propostas para que a língua de sinais fosse reconhecida pela sociedade ouvinte e desse espaço ao surdo, respeitando a sua língua materna. Os movimentos surdos buscaram, há anos, leis que proporcionem aos surdos direitos mínimos como educação, saúde e lazer. Todos eles são perpassados pela necessidade de uma língua que os represente e que os insira efetivamente na sociedade. Algumas dessas leis já foram aprovadas e, hoje, estão galgando espaço entre todas as outras que lutam para serem cumpridas fora dos procedimentos burocráticos da justiça, ou seja, que sejam colocadas em prática na sociedade.

Somente em 1960, a língua de sinais teve reconhecido seu *status* linguístico e, ainda hoje, mais de 50 anos depois, é preciso repetir e defender pesquisas sobre o tema para reafirmar a legitimidade dessa língua. O reconhecimento tem como marco os estudos linguísticos de William Stokoe, já que, antes disso, os sinais não eram vistos como uma língua verdadeira, que possuía a sua própria estrutura gramatical.

A primeira lei que reconheceu a língua brasileira de sinais foi a Lei 10.436, do ano de 2002. A lei dispõe sobre a língua de sinais e traz em seu artigo primeiro:

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002)

¹⁷ Agência Brasil, aceso em 01/03/2018.

Neste momento, portanto, após 161 anos da instalação da primeira escola para o ensino de sinais no Brasil, o país teve o reconhecimento da língua utilizada pelos surdos brasileiros. Este dado mostra que a política de homogeneização linguística praticada no país desde a invasão lusitana perdurou por mais de um século, passando por momentos de educação de surdos orientada por ouvintes e chegando até o seu efetivo reconhecimento legal.

Outro documento oficial que dá suporte à comunidade surda em prol da valorização de sua língua é o Decreto 5.626, do ano de 2005. Esse decreto regulamenta a Lei 10.436 e o artigo 18 da Lei 10.098, de 2000, que trata da acessibilidade e da inclusão de pessoas com necessidades especiais. Nesse decreto, tem-se um maior detalhamento da importância da língua de sinais para os surdos e de políticas públicas de acesso e garantia de direitos. São regulamentados a inclusão da Libras como disciplina curricular nos cursos superiores, a formação dos professores e instrutores de Libras, a formação dos intérpretes de língua de sinais, o fomento e a difusão da Libras e a garantia de acesso dos surdos à saúde e à educação e o papel do poder público quanto à presença de intérprete de Libras. Esse decreto é considerado pela comunidade surda o documento de maior relevância desde a aprovação do primeiro documento oficial. A lei mais recente é a do reconhecimento da profissão de intérprete de Libras, que foi aprovada em 2010¹⁸.

A língua de sinais tem leis sólidas que dão total reconhecimento em âmbito nacional, no entanto, de nada adianta documentos oficiais se a sociedade não aceitar o idioma como língua oficial. Os surdos são uma parte expressiva da população mundial, com línguas de sinais reconhecidas no mundo todo, porém, carregam um ranço de segregação ao serem considerados diferentes do modelo de sujeito eurocêntrico. Gesser (2009, p. 25-26) explica que os surdos foram proibidos de usar sua língua por séculos e quando desobedeciam eram castigados tendo as mãos amarradas. Tais castigos foram resquícios das orientações do Congresso de Milão, em 1880.

Dessa forma, com todo o histórico de apagamento da língua da comunidade surda brasileira, em conjunto com políticas educacionais monolíngues, essa discussão vem comprovar que, apesar de todo esforço empreendido, a língua de sinais ainda é uma língua minoritarizada por aqueles constroem uma “imagem firmada de um país monolíngue onde,

¹⁸ O projeto de Lei 9.382, apresentado na Câmara dos Deputados, em Dezembro de 2017, dispõe sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras, revogando a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.

além da língua dita padrão, sequer uma variedade do português é reconhecida”. (CAVALCANTI, 1999, p. 394).

A língua de sinais, sua história de lutas e conquistas, juntamente com o intérprete de Libras, serão os temas da próxima seção.

1.5. Língua de sinais e intérprete de Libras: uma história em construção

A Língua Brasileira de Sinais é a língua da comunidade surda brasileira, cujo reconhecimento legal veio com a Lei 10.436, de 2002. Posteriormente, em 2005, o Decreto 5.626 a regulamenta, assim como regulamenta a Lei 10.098, de 2000, que em seu capítulo V aborda, especificamente, a Língua Brasileira de Sinais.

Ao reconhecer a língua de sinais, a Lei 10.436/2002 forneceu condições para que a comunidade surda pudesse ter garantido o direito irrestrito de uso de sua língua, ou seja, “ganhou legitimidade e passou a ser possível, com base na lei, buscar respaldo no poder público para o acesso à educação e a outros serviços públicos através da Libras” (LACERDA, 2009, p. 23). Além de legitimar uma língua que já estava em uso desde muito antes, também houve ganhos no campo educacional e nos serviços públicos para os membros da comunidade surda, uma vez que a lei obriga que essas instituições forneçam atendimento adequado por pessoas capacitadas. Os cursos de licenciatura e de fonoaudiologia tiveram a disciplina de Libras incluída na grade curricular obrigatória. Com esse ganho, a Libras passou a ser uma língua em ascensão valorativa, assim como a comunidade surda também.

O Decreto 5.626/2005 regulamentou a Lei 10.436 somente três anos depois de sua homologação, dessa forma, nesse hiato, todos os encaminhamentos ficaram estacionados. A partir de 2005, portanto, começaram as movimentações de adequação dos espaços públicos e instituições educacionais para atender às exigências da Lei. Isso proporcionou que novos campos de trabalho fossem abertos, além de ampliar as possibilidades do surdo de ingressar na educação formal e no mercado de trabalho.

No Capítulo V, o Decreto 5.626/2005 aborda a formação e a atuação do tradutor e intérprete de língua de sinais. No artigo 17, afirma que este profissional deve ter formação em nível superior com curso de tradução e interpretação em Libras e Língua Portuguesa. Há possibilidade de formação em nível médio por meio de instituições credenciadas com oferta de cursos de extensão ou formação continuada. Ao reconhecer que o intérprete é um profissional necessário no processo de regulamentação da Libras, há uma igualdade de valores linguísticos e profissionais com todos os outros tradutores e intérpretes de línguas estrangeiras.

De acordo com Lacerda (2009, p. 24), no Brasil, a formação do intérprete vem se dando na atuação prática, mesmo com essa possibilidade de formação acadêmica ou continuada. A autora mostra que, em 2005, foram oferecidos os primeiros cursos em nível acadêmico para a área de língua de sinais e interpretação. No entanto, para ela, a formação acadêmica é necessária, mas precisa ser complementada, pois

a formação fundamental para o tradutor/intérprete vai além do conhecimento das línguas, que deve ser uma formação plural e interdisciplinar, visando a seu trânsito na polissemia das línguas, nas esferas de significação e as possibilidades de atuação frente à difícil tarefa de tradução/interpretação. (LACERDA, 2009, p. 25)

O que há entre os intérpretes que se formaram na experiência prática é certa defasagem cultural da própria língua de sinais, ou seja, saber da história, das lutas, das conquistas da condição do surdo na sociedade ouvinte. Posicionar-se frente a uma plateia para sinalizar o ouvinte ou oralizar o surdo não faz do intérprete um profissional qualificado.

No Brasil, o reconhecimento da profissão de intérprete de Libras veio em 2010, com a Lei 12.319. No documento, este profissional é definido como alguém com “competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa” (BRASIL, 2010) e que será formado em nível médio. Esse artigo que trata da formação profissional, coincide com o artigo 18 do Decreto 5.626, de 2005, no entanto, não abrange o artigo anterior que define a formação do intérprete em nível superior.

Em função dessa regulamentação, os cursos superiores de tradução e interpretação de Libras/Língua Portuguesa foram criados e regulamentados pelo Ministério da Educação em parceria com universidades federais e a CAPES¹⁹. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi a primeira instituição a ofertar turmas em nível de licenciatura e bacharelado (QUADROS, 2009, p. 169). Os públicos são diferentes, assim como a formação oferecida. Aos licenciados, é conferido o título de docente em Libras tanto primeira quanto segunda língua. Especificamente, no bacharelado, acontece a formação do tradutor e intérprete de Libras em nível superior e espera-se que o profissional esteja “apto para atuar como Tradutor e como Intérprete de Libras em diferentes contextos sociais” (UFSC, 2006?, n.p). O curso visa à

¹⁹ CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

formação de professores e bacharéis que possuam o domínio das línguas estudadas bem como de fatos relativos às suas culturas, de modo a exercer de maneira plena as atividades de professor, pesquisador, crítico literário, tradutor, intérprete, revisor de texto, roteirista, assessor cultural, lexicógrafo, entre outras, enfim, atividades de profissionais das letras inseridos nos atuais contextos promovidos pelo advento da globalização. (UFSC, 2006?, n.p)

Com a formação em nível superior, iniciou-se o cumprimento das legislações apresentadas, de modo a capacitar e instrumentalizar, com arcabouço teórico, os profissionais que atuam ou que viriam a atuar na comunidade ouvinte, a fim de inserir o surdo e garantir seus direitos de cidadão.

A atuação do intérprete se deu de maneira informal até o momento de reconhecimento da profissão, abarcando pessoas com as mais variadas formações profissionais. Lacerda (2009, p. 27-28) explica que os intérpretes mais fluentes são oriundos de instituições religiosas e realizaram seu aprendizado por meio de catequeses, cultos e ritos em língua de sinais. A estudiosa ainda explica que muitas instituições religiosas possuem material confeccionado em Libras e por isso seja comum que esses profissionais sejam oriundos das igrejas.

Há uma relação entre a fluência e o título, quando o intérprete é qualificado no campo teórico e na experiência prática de tradução e interpretação. Ainda assim, essa discussão merece ser aprofundada, principalmente quando se tem a oferta de cursos superiores para a formação de profissionais usuários da língua de sinais. O Decreto 5.626, em seu artigo 20, diz que, durante dez anos, a partir da promulgação, ou seja, entre 2005 e 2015, o MEC ou as instituições de ensino superior por ele credenciadas iriam promover, anualmente, um exame de proficiência em Libras. Os exames não seguiram o calendário proposto pelo documento, ficando apenas em sete edições, sendo a última realizada no ano de 2015.

No ano de 1988, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) realizou, no primeiro encontro dos profissionais intérpretes da língua de sinais, a discussão para a atuação ética dos intérpretes. Anos depois, na segunda edição do evento, foi redigido o regimento interno da instituição que recebeu o texto final do Código de Ética dos intérpretes. Esse documento tem por finalidade orientar a atuação desse profissional. Assim,

sua existência justifica-se a partir do tipo de relação que o intérprete estabelece com as partes envolvidas na interação. O intérprete está para intermediar um processo interativo que envolve determinadas intenções conversacionais e discursivas. Nestas interações, o intérprete tem a responsabilidade pela veracidade e fidelidade das informações. Assim, ética deve estar na essência desse profissional. (QUADROS, 2004, p. 31).

Dessa maneira, interpretar não é utilizar os sinais da língua para transmitir as informações a um interlocutor, pois as intenções comunicativas dos falantes estão em jogo no momento da interatividade. Em seu discurso, o sujeito surdo tem objetivos e intenções que devem ser respeitadas estritamente no momento da tradução. O código de ética é o documento que rege a atuação do intérprete, portanto aqueles que não o respeitam são criticados pelos membros da comunidade surda por não realizarem, adequadamente, seu papel social e prejudicarem a luta pela valorização da Libras.

No processo de valorização da língua de sinais, o intérprete tem atuação fundamental, pois ele é ponte entre surdos e ouvintes. Dessa forma, não é possível desvincular um e outro da história da língua de sinais no Brasil e no mundo. Como foi apresentado na Introdução dessa pesquisa, os surdos e a própria língua sempre são objetos de pesquisa e o intérprete não recebe o devido destaque.

Buscamos, até aqui, apresentar de que forma os cientistas e filósofos da linguagem puderam se apropriar e questionar os estudos sobre a linguagem defendidos em determinados momentos históricos. A partir desse posicionamento, os cientistas russos aprofundaram os estudos baseando-se na corrente marxista que vigorava na Rússia. A partir da carga ideológica que o movimento apresentava à população daquele país, foram-se construindo conceitos como ideologia linguística, signo ideológico e discurso.

Buscamos, também, apresentar o percurso histórico da língua de sinais e do intérprete de Libras. As contribuições dos estudos bakhtinianos mostram que a língua é um signo ideológico por excelência e que, mesmo que se esforce, não há como separar a ideologia do falante de seu próprio discurso, uma vez que ele é perpassado por discursos construídos historicamente.

Nos discursos das entrevistadas poderá ser possível identificar, individualmente, a carga valorativa que possui a Libras, como mostram alguns trechos a seguir. Márcia define que a Libras é a *forma mais...[...] clara de... [...] comunicação do surdo... é... um mundo de... de oportunidades pro surdo*. Luana entende que *é uma língua importANTE... [...] se ela tem o... devido reconhecimento... isso aí já é outra história... é uma língua que uma parte da população usa... uma parte muito grANde... deveria ser incentivado de todas as formas*. Por fim, Paula diz que *é a língua... fundamental pro contato com os surdos... né... é conhecida como L2 pra nós... ouvintes... né... e pra mim... a Libras... é uma língua extremamente importante*. Para cada entrevistada a Libras é entendida sob uma perspectiva, porém, todas conjugam de um mesmo pensamento: é considerada a língua oficial da comunidade surda brasileira. Assim, Libras se torna um signo ideológico nos discursos construídos pelas intérpretes.

Ainda nos interessou a apropriação dos processos históricos da língua de sinais e dos intérpretes de Libras, pela perspectiva dos estudos da surdez. Dessa forma, reunimos um arcabouço teórico amplo, incluindo os estudos sobre o apagamento das línguas minoritárias, especialmente a Libras, inserida em um cenário de desvalorização e em um processo de minoritarização de línguas de menor prestígio.

2. ANÁLISE QUALITATIVA INTERPRETATIVISTA DO *CORPUS*

O capítulo destina-se à discussão analítica do *corpus*, de acordo com o aporte teórico apresentado na seção anterior aliando, também, as contribuições de Gumperz (2002), sobre as pistas de contextualização, e Mondada e Dubois (2003), sobre os processos de referenciação. As análises foram organizadas por participante, de forma que é possível visualizar as respostas construídas nas questões apresentadas. Os excertos escolhidos serão analisados trecho a trecho, de forma a alcançar os objetivos propostos para a pesquisa.

2.1 *Márcia: o português é a língua majoritária pra quem ouve... pra quem não ouve é a Libras*

Márcia atua como intérprete e professora de Libras há cinco anos e tem licenciatura em Letras, com pós-graduação com Libras. A entrevista aconteceu no seu local de trabalho, em uma sala reservada, em um horário próximo ao término do seu primeiro turno e início do intervalo de almoço. Nas notas de campo foram registradas algumas impressões da pesquisadora sobre o momento, o local e o início da entrevista:

Marcamos de nos encontrar às 10 horas no seu local de trabalho. Ao chegar lá, soube que há poucos instantes a diretora da escola tinha chamado Márcia para uma reunião. Fiquei aguardando por aproximadamente 40 minutos até que ela fosse liberada. Como eu já conhecia todos que estavam no local, a espera não foi cansativa. Ao me ver lá, Márcia se desculpou e me encaminhou para a sala de reuniões. O espaço funciona dentro de uma escola e tem infraestrutura básica. A sala escolhida possuía uma mesa redonda com algumas cadeiras, um quadro branco, armários e algumas carteiras, pois lá também é utilizado como sala de aula. Durante os seis minutos iniciais da gravação conversamos sobre assuntos diversos desde o preenchimento do Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TLCE), sobre seu casamento e até situações de trabalho. [...] Após os trâmites burocráticos, demos início à entrevista. (DIÁRIO DA PESQUISA, 22/03/2018)

Com Márcia foi possível realizar as três partes em apenas um dia de entrevista. Ela relatou com grande detalhamento as muitas situações vivenciadas e isso enriqueceu suas respostas, ampliando, conseqüentemente, o escopo de dados a ser analisado, posteriormente.

A primeira pergunta, “Como foi seu contato inicial com a Libras?” busca saber em que momento se deu o primeiro encontro entre a participante e a língua de sinais e, sendo a pergunta apenas um roteiro, outros temas podem aparecer na resposta. Márcia, então, nos deu um relato

rico em detalhes quanto às primeiras experiências com uma língua completamente diferente da sua e, até aquele momento, desconhecida quanto a seu uso social. Ao ser questionada, então, Márcia nos diz²⁰: *É... então, eu fazia Letras na minha cidade e na segunda-feira eu não tinha aula... só de terça pra frente e tinha um professor que dava aula de Libras e a gente fechou um grupo com ele pra dar aulas pra gente então ele dava aula toda segunda-feira... tinha quatro aulas de Libras aí... deu um total de 120 horas eu fiz o curso básico... Foi meu priMEIro contato com a língua de sinais... na verdade... nem fui muito EU que corri atrás... foi mais uma colega minha que queria MUITO... e aí o professor que tinha mais contato comigo que era da minha cidade... eu fui atrás dele... a gente fechou esse... grupo e ele atendeu... a gente fez esse curso básico de 120... [...] Aí eu fiz esse básico de Libras... depois eu não... continuei mais... não... acho que eu fiz o intermediário... não... acho não... fiz... fiz o básico de 120... fiz um intermediário e depois o avançado eu não fiz porque... eu achava que realmente que... eu não tinha dom... eu achava que não tinha dom... aí fui... parei.. fiquei dois anos sem saber... sem saber não... sem USAR e nem... só encontrava com surdo na minha cidade às vezes né... e... não sabia muita coisa mais... aí surgiu a oportunidade de interpretar pra um menino de seis anos... e eu era a única na cidade que sabia Libras... aí a escola me contratou e.... e fui... interpretar pra ele com o pouco que eu sabia... ele sabia menos do que eu... então eu tinha o apoio do instrutor da cidade de Libras... ele ia na escola... ensinava pra nós dois... então ele trabalhava comigo e eu trabalhava com ele... O contato de Márcia com a língua de sinais acontece já na faculdade, aproximadamente há 13 anos, no ano de 2005, dado que aparece em outro excerto desta primeira pergunta:*

Aqui aparecem algumas pistas a serem analisadas sobre o valor social da língua de sinais para Márcia. Gumperz (2002, p. 152-153) entende que tais marcas são pistas de contextualização, ou seja, marcas linguísticas e paralinguísticas percebidas no momento da interação entre os falantes. Para ele,

são todos os traços linguísticos que contribuem para a sinalização de pressuposições contextuais. Tais pistas podem aparecer sob várias

²⁰ Os trechos transcritos para análise foram incorporados ao texto da pesquisa e destacados em itálico, baseando as normas de transcrição para fatores não textuais em Dino Preti (2009)

... - qualquer tipo de pausa

[] - fala sobreposta

MAIÚSCULA - intensidade na palavra

: - prolongamento de vogal

/ - truncamento

Maiúscula inicial: somente nomes próprios

manifestações linguísticas, dependendo do repertório linguístico, historicamente determinado, de cada participante. [...] Os participantes de uma conversa, por exemplo, têm expectativas convencionais sobre o que é considerado normal e o que é considerado marcado em termos de ritmo, volume da voz, entoação e estilo de discurso. Ao sinalizar uma atividade de fala, o falante também sinaliza as pressuposições sociais em termos das quais uma mensagem deve ser interpretada. (GUMPERZ, 2002, p. 152-153)

Nesse sentido, as marcas linguísticas escolhidas para serem analisadas nos excertos são a referência (direta ou indireta), os marcadores conversacionais, as escolhas lexicais, a repetição e os modalizadores. Como marcas paralinguísticas, temos a ênfase, as pausas e os alongamentos de vogais ou de sílabas, as quais aparecem na transcrição da entrevista.

No relato, vemos que o contato inicial se deu em função de uma terceira pessoa, ou seja, não era de seu interesse o contato com uma língua nova, de modalidade visual e espacial, de uma comunidade que não era a sua, conforme o trecho *nem fui muito EU que corri atrás... foi mais uma colega minha que queria MUITO*. O uso do advérbio de intensidade *muito* no início do trecho, demonstra um pouco de desinteresse de Márcia pela língua, pois se tem a impressão de que a busca pelo instrutor foi incentivada pela colega, e, aparentemente, com alguma insistência. Isso também pode ser percebido pela repetição do advérbio, dando novo sentido à palavra. A análise nos mostra que o maior, senão exclusivo interesse em aprender a língua era da sua colega.

A língua só se torna um signo a partir do momento que passa a fazer significado para o usuário, como defende Bakhtin (Volóchinov) (2012, p. 97), e, até este momento, a Libras ainda era apenas sinal. Somente a partir da oportunidade de interpretar em uma escola foi que a língua passou a ser sígnica para Márcia. Neste momento houve a procura pelo aprendizado mais significativo, assim como a inserção na comunidade surda.

No excerto, Márcia busca retomar, o termo *professor*, uma pista linguística denominada referência, pois apresenta a nomeação de uma pessoa que se encontra no relato de maneira específica. Isso demonstra intenção de Márcia em escolher a palavra certa para identificar um profissional que possui algo a ensinar. No trecho *É... então, eu fazia Letras na minha cidade e na segunda-feira eu não tinha aula... só de terça pra frente e tinha um professor que dava aula de Libras e a gente fechou um grupo com ele pra dar aulas pra gente então ele dava aula toda segunda-feira... tinha quatro aulas de Libras aí... deu um total de 120 horas eu fiz o curso básico... Foi meu priMEIro contato com a língua de sinais... na verdade... nem fui muito EU que corri atrás... foi mais uma colega minha que queria MUITO... e aí o professor que tinha mais contato comigo que era da minha cidade... eu fui atrás dele... a gente fechou esse... grupo*

e ele atendeu, ao se referir pela primeira vez a quem lhe ensinou a língua, Márcia usa o termo *professor*. Em seguida, para fazer a retomada e explicar quem seria a pessoa a ministrar o curso de Libras, é utilizado o pronome pessoal *ele*. Novamente, ao se referir ao educador, repete o substantivo *professor*. Tem-se o uso do pronome possessivo *dele* no momento do discurso em que Márcia explica que foi buscar pelo professor para concretizar a montagem da turma para o curso. Esse pronome possessivo caracteriza o educador como a pessoa cujo domínio da língua era quase exclusivo. Fato que é comprovado pelo trecho dito anteriormente: *e tinha um professor que dava aula de Libras*. A expressão *um professor* comprova o domínio que esse profissional possuía. Por fim, novamente há o uso do pronome *ele* para provar que o curso iria acontecer, pois o pedido foi atendido. Percebe-se que, a cada aparição, o complemento se altera para formar novos sentidos na construção do relato. Com o desenvolvimento da resposta, o professor ganha destaque, pois se não houvesse esse personagem, o curso não teria acontecido.

Analisando a partir dos estudos ideológicos da linguagem e os estudos da surdez, o trecho a seguir mostra o valor religioso que a Libras ainda carrega, mesmo que nesse caso, não tenha sido uma referência direta à instituição religiosa: *a gente fez esse curso básico de 120... (...) Aí eu fiz esse básico de Libras... depois eu não... continuei mais... não... acho que eu fiz o intermediário... não... acho não... fiz... fiz o básico de 120... fiz um intermediário e depois o avançado eu não fiz porque... eu achava que realmente que... eu não tinha dom... eu achava que não tinha dom... aí fui... parei.. fiquei dois anos sem saber... sem saber não... sem USAR*. A carga horária do curso básico é bastante significativa, pois são 120 horas de aulas. Ainda assim, Márcia buscou dar continuidade aos estudos e se inscreveu em um curso de nível intermediário. No entanto, realizou apenas o nível intermediário e, depois, houve uma pausa que foi justificada a partir de uma referência religiosa trazendo um contraponto com seu aprendizado institucional, escolástico.

Márcia afirma que não deu continuidade por não ter o *dom*. O termo é repetido seguidamente: *o avançado eu não fiz porque... eu achava que realmente que... eu não tinha dom... eu achava que não tinha dom*. Aqui, é utilizado o advérbio *realmente* na primeira afirmação, e na repetição ele não aparece. A repetição é entendida por Gumperz (2002, p. 172) como uma pista linguística que demonstra ênfase no contexto e isso pode significar uma convicção pessoal sobre o fato dela não possuir um *dom*, e na repetição, uma tentativa de amenizar o discurso. É importante salientar que a sensação de não ter habilidades ou não ter sido abençoada para aprender a língua, aparece apenas depois de uma segunda tentativa, em um segundo curso. É também reforçada pela afirmação de ter ficado dois anos sem praticar.

Compreende-se, portanto que, se não há um dom que a faça aprender a Libras, não há motivos para colocar a língua em uso.

O discurso de Márcia neste trecho é corroborado por Moita Lopes (2013, p. 20-22) que explica que todo discurso é um “projeto discursivo orientado por ideologias”, pois compreende-se que a língua pode ser entendida “com base em como são situadas em certas práticas sociohistóricas” e, também é compreendida como um significado social. Outra contribuição teórica pertinente é a dos estudos da surdez, pois Rosa (*apud* LACERDA, 2009, p. 27-28) explica que aqui os melhores intérpretes, salvo os filhos de pais surdos, são procedentes das instituições religiosas. Lacerda (2009, p. 28) confirma que muitas religiões oferecem formação em Libras, inclusive os cultos e os ritos religiosos ou, então, possuem a presença do intérprete nessas cerimônias, e “por isso seja tão comum encontrar comunidades surdas vinculadas a organizações religiosas e, esses contextos, a presença mais marcante de ILS²¹”. Isso explica porque Márcia afirma que o dom era importante para que seus estudos fossem continuados.

Em outro trecho, Márcia já se apresenta como um sujeito inserido socialmente quanto ao uso e conhecimento da língua de sinais, pois relata que foi interpretar para um estudante da educação infantil em uma escola do seu município. Ela, então, se coloca em uma posição socialmente maior em relação àquela que começou o seu discurso: *aí surgiu a oportunidade de interpretar pra um menino de seis anos... e eu era a única na cidade que sabia Libras... aí a escola me contratou*. A palavra *única* mostra que, por haver na sua cidade apenas uma pessoa conhecedora da língua da criança, foi contratada pela escola. Esse primeiro excerto apresenta o perfil de uma intérprete que não almejava trilhar o caminho escolhido, mas que foi sendo levada pelas escolhas realizadas em cada momento. Percebe-se, claramente, que a língua de sinais foi ganhando contornos cada vez maiores em sua vida profissional.

O segundo excerto a ser analisado é a resposta à segunda pergunta, que busca saber qual a importância da Libras em sua vida e visa a conhecer como Márcia entende e valoriza a língua de sinais. Pelas respostas dadas, é possível enxergar quais sentimentos e crenças sobre a língua permeiam a intérprete. Márcia diz: *Então... é:::... eu não me vejo hoje fazendo outra coisa... eu gosto muito... eu acho que::: é um mundo totalmente diferente... a gente tem que acabar se adequando a ele... eu falo muito com os alunos... com os meninos que... é... o primeiro... Passo é... um curso básico... eles ah.. mas como que você aprendeu?... eles me perguntam... eu falei ó... eu corri atrás né... eu fui a muito seminário no Rio... onde tinha surdo eu ia... curso que*

²¹ Sigla para Intérprete de Língua de Sinais

tinha... que eu sabia que ia ter surdo.. eu fazia... independente se eu tava necessitando ou não daquele TEma... daquela palestra... daque/... eu ia... então... hoje eu não me vejo fazendo outra coisa... por exemplo... dar aula de português numa turma de aluno de sala regular... eu não me vejo... a língua de sinais ocupou TOdo o meu tempo de trabalho HOje... é voltado pra língua de sinais e eu preTEndo continuar assim... então... é... não me vejo fazendo outra coisa... dei aula de inglês um tempo também... hoje não pretendo voltar também pra aula de inglês... se for pra interpretar eu interpretaria com o maior prazer... é... ou dar aula de Libras ou trabalhar COM aluno surdo.

As escolhas de palavras mostram qual o valor que a Libras possui na vida pessoal e também profissional. Para Volóchinov (2017, p. 91) “tudo que é ideológico possui uma significação: ele representa e substitui algo encontrado fora dele”, dessa forma, a maneira como as respostas vão sendo construídas dão pistas da formação ideológica que se tem acerca da língua de sinais e de todo seu entorno, desde sua a valoração social e linguística, envolvimento com a comunidade surda ou se há, por outro lado, uma visão assistencialista do surdo e sua língua, fato que é muito comum entre os intérpretes. No excerto, fica evidente a importância que a língua de sinais possui na vida pessoal e profissional de Márcia. No trecho *a língua de sinais ocupou todo o meu tempo de trabalho HOje*, a afirmativa de que seu envolvimento profissional não se dá por outro motivo senão pela Libras, qualquer possibilidade de atuação em outro segmento educacional que não seja aquele que envolva os surdos, sua língua e ensino não possui o mínimo interesse. No trecho *hoje não pretendo voltar também pra aula de inglês*, o operador argumentativo *também* reforça a ideia de exclusividade de dedicação à Libras, pois exclui qualquer língua que não seja a da comunidade surda, além de reforçar os sentidos explicitados na oração anterior.

Ao afirmar, no início do excerto, que não teria outra atuação profissional que não a atual, Márcia escolhe palavras que demonstram um sentimento de pertença a um grupo ou comunidade. Assim, ao usar palavras como *Libras* ou *língua de sinais* – e não linguagem de sinais –, *surdo* – e não surdo-mudo ou outras nomenclaturas pejorativas – todas as formas de valoração aparecem para esse signo que está em constante embate político e social de reconhecimento mostrando, portanto, a qual ideologia ela se insere. Moita Lopes entende a ideologia linguística como sendo

compreensões de como a linguagem ou línguas específicas tem sido ou são entendidas com base em como são situadas certas práticas sócio-históricas, inclusive aquelas visões elaboradas por pesquisadores e teóricos da

linguagem, derivadas do espírito intelectual ou da perspectiva epistemológica do seu tempo. (MOITA LOPES, 2013, p. 22)

Ao afirmar que não pretende atuar em outro campo profissional que não seja com o sujeito surdo, Márcia se insere em uma prática social de defesa dos valores que a comunidade surda disputa há décadas. A conquista do reconhecimento da Libras como segunda língua oficial do país e como língua oficial da comunidade surda é resultado de embates históricos de longa data que extrapolam limites continentais, apesar dos discursos construídos historicamente de desvalorização de uma língua de modalidade visual-gestual. Mondada e Dubois (2003, p. 25) compreendem que mudanças no contexto podem ocasionar mudanças no léxico, assim, “a capacidade de nomear uma variedade de novos objetos em situações novas”, pode tornar a língua de sinais um objeto discursivo de valor com reconhecimento pela comunidade ouvinte. (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 25)

Todos os conceitos negativos construídos historicamente sobre a Libras não são considerados por Márcia, pois ela já está inserida neste ambiente e reconhece que é um espaço novo, que é preciso se adaptar e que *é um mundo totalmente diferente... a gente tem que acabar se adequando a ele* e sua adequação começou no contato com a língua, no curso básico. Aqui ela reforça a necessidade de pertença com pessoas do seu convívio profissional, pois atua como professora de Libras, também. Moita Lopes (2013, p. 23) afirma que “nem sempre os participantes demonstram consciência explícita das ideologias linguísticas que geram seus usos”, mas, na construção dos discursos do cotidiano, acabam por disseminar suas ideias e suas crenças sobre um tema.

O discurso, proferido por um sujeito ideológico, também forma aqueles que por ele são perpassados. No papel social de professora da Libras, o ensino não é apenas da língua em si, mas dos aspectos históricos, das conquistas dos surdos, dos aspectos políticos que envolvem inclusive o ensino da língua nos espaços educacionais. Além disso, é importante ressaltar que a Libras não era disciplina obrigatória até a promulgação do Decreto 5.626/2005.

O aprendizado da Libras por Márcia se deu, inicialmente, fora do ambiente educacional e foi sendo ampliado com a participação em eventos acadêmicos como seminários, cursos e palestras, como nos mostra o trecho *eu corri atrás né... eu fui a muito seminário no Rio... onde tinha surdo eu ia... curso que tinha... que eu sabia que ia ter surdo.. eu fazIA... independente se eu tava necessitando ou não daquele TEma... daquela palestra*. Ao considerarmos que Márcia teve contato com a Libras a partir de interferência de terceiros, como ela relata no primeiro

excerto analisado, é visível o lugar que a língua de sinais ocupou na vida dela depois de ter se inserido e sido aceita na comunidade surda.

Para encerrar o primeiro bloco, denominado de contato inicial, buscamos saber sua definição de intérprete de Libras enquanto sujeito. Antes de elaborar sua resposta, Márcia solicitou esclarecimentos quanto ao foco que deveria dar à resposta, ou seja, se o papel do intérprete ou se quem ele é. Ao deixar claro que a resposta seria sobre o intérprete no aspecto amplo do termo, sua resposta foi construída: *Então... o intérprete é aquele QUE... é... o ouvido... do surdo né... e a boca do professor né... em outros casos pode ser também numa situação que não seja de sala de aula né... ou de faculdade... mas na vida é aquela pessoa que faz a ponte... a comunicação entre o surdo e ouvinte né... entre esse mundo que parece ser tão diferente... mas é... na verdade é comum né... é uma ponte... eu vejo o intérprete como uma ponte.* Podemos perceber que sua resposta apresenta uma divisão da atuação do intérprete de Libras, ou seja, em primeiro lugar o intérprete é *o ouvido... do surdo né... e a boca do professor né...* Já em segundo lugar, ele é trazido para a vida, de forma genérica, pois *é aquela pessoa que faz a ponte... a comunicação entre o surdo e o ouvinte né...* Ambas definições são construídas a partir da sua prática de uso da língua e contato com surdos e ouvintes, além de concordar com o que Quadros apresenta sobre quem é o intérprete. Para ela,

é o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. No Brasil, o intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Ele também pode dominar outras línguas, como o inglês, o espanhol, a língua de sinais americana e fazer a interpretação para a língua brasileira de sinais ou vice-versa (por exemplo, conferências internacionais). Além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação. O profissional intérprete também deve ter formação específica na área de sua atuação (por exemplo, a área da educação). (QUADROS, 2004, p. 27-28)

Para Márcia, o intérprete ser a boca e o ouvido do surdo faz com que o profissional seja incorporado à instituição escolar e passe a ser denominado intérprete educacional, ou seja, aquele profissional que se encontra atuando, exclusivamente, em ambientes educacionais mediando a aprendizagem dos estudantes surdos a partir da aula expositiva dos professores, além de atividades e avaliações (Lacerda, 2009, p. 33). No entanto, ao trazer o surdo para o convívio social, cuja expressão *na vida* faz esse papel, percebemos que o intérprete é um sujeito discursivo que extrapola a sala de aula, ou seja, acompanha o surdo na vida em sociedade.

Essa separação que ocorre na fala de Márcia, entre as duas atuações do intérprete, pode nos dar a compreensão de que o profissional precisa se capacitar a se aperfeiçoar constantemente. Lacerda (2009, p. 28) também defende que, quanto mais “a comunidade surda é respeitada e se envolve em atividades políticas e culturais e melhora seus níveis de escolarização, mais é exigido da formação e da qualificação” do intérprete de Libras.

Nos chama atenção, também, o uso do marcador conversacional interativo *né*, que pode ser compreendido como uma tentativa de aprovação da participante acerca do que estava sendo construído discursivamente sobre o intérprete de Libras.

Portanto, ao considerar quem é o intérprete enquanto sujeito, percebemos na construção discursiva de Márcia uma tendência em colocar o intérprete em todos os ambientes nos quais surdos frequentam e, dessa forma, receber acesso à informação, conhecimento e garantir sua inserção na sociedade. O entendimento de Márcia vai ao encontro dos estudos de Bakhtin (Volóchinov), pois para eles uma forma linguística não tem valor linguístico enquanto for um sinal, assim, a forma linguística intérprete de Libras se tornou signo pois é carregado de ideologia linguística. (BAKHTIN (VOLÓCHINOV), 2012, p. 96)

O início do segundo bloco da entrevista, denominado “A Língua de Sinais”, procura conhecer quais conceitos, valores e sentimentos constroem a fala de Márcia. A primeira pergunta concerne em saber o que é a Libras em seu ponto de vista. Ela responde que *a Libras é a forma mais... mais... é... clara de... de... co/... comunicação do surdo... é... um mundo de... de oportunidades pro surdo... não só pra gente que é ouvinte que trabalha nessa área... mas a gente pode trabalhar em inúmeras outras área né... se eu não souber Libras pra mim tudo bem... eu posso trabalhar em outras coisas... mas o surdo se ele não souber Libras... é... tem um prejuízo cognitivo muito grande né... é um prejuízo social muito grande... então eu não vejo só como uma língua... eu vejo como um... como se... abrisse o mundo... uma ferramenta de... de... de... de socialização pro surdo*. Ao apresentar sua definição subjetiva do que é a língua de sinais, novamente a participante faz uma distinção do uso da língua em situações de comunicação nas quais o surdo participa.

Ao afirmar que a Libras *é... um mundo de... de oportunidades pro surdo* e reforçar, ao dizer que não a vê como uma língua, apenas, mas como *se... abrisse o mundo... uma ferramenta de... de... de... de socialização pro surdo*, há uma intenção clara de colocar o surdo como sujeito do seu próprio discurso, mostrando que vão ser a valorização e o reconhecimento da Libras que darão ao surdo o direito de acessar as oportunidades que a vida lhe oferecerá. Podemos entender essas *oportunidades* como sendo o acesso à educação, ao lazer, ao trabalho, à saúde, entre outras garantias básicas, além da oportunidade de *socialização pro surdo*, ou seja, os surdos não

devem ficar escondidos da sociedade, mas devem passar a conviver e utilizar sua língua natural para se comunicar.

É válido trazer para a discussão da pesquisa o ponto de vista de Márcia sobre o uso da Libras e a cognição do surdo. Ela afirma que se o surdo não fizer uso da sua língua vai ter um *prejuízo cognitivo muito grande*, assim como *um prejuízo social muito grande*. A aquisição da linguagem pelo surdo não é o tema da pesquisa, mas está correlacionada a ela, uma vez que as intérpretes lidam com o processo educacional dos estudantes surdos em sala de aula e acabam, indiretamente, sendo sujeitos participantes dele. Assim, compactuando com Márcia,

devemos pensar [...] que uma criança surda não está isolada de rotinas sociais e, portanto simbólicas, cognitivas e significativas. A linguagem é o principal mediador das funções cognitivas, mas não o único. Outros processos de significação não deixam de atuar, mesmo na ausência de uma língua, como os gestos, as expressões faciais. (SANTANA, 2007, p. 210)

Dessa forma, podemos mostrar que a preocupação de Márcia, quanto à posição que o sujeito surdo vai desempenhar na sociedade sem que haja uma língua materna adquirida com êxito, é apropriada, pois demonstra o cuidado com o desenvolvimento intelectual e educacional do surdo. Além disso, nos demonstra que o fato de atuar como professora de Libras possui peso no que se refere à aprendizagem da língua pelos ouvintes e sua consequência positiva na inserção do surdo na sociedade. Bakhtin (Volóchinov) (2012, p. 98) aborda a questão da aquisição de língua estrangeira. Ele afirma que “a assimilação de uma língua dá-se quando o sinal é completamente absorvido pelo signo e o reconhecimento pela compreensão” e Márcia questiona o desenvolvimento cognitivo do surdo na condição de sujeito sem língua materna, sendo uma preocupação já discutida pelos estudiosos russos. Ao possuir uma língua, o surdo poderá se desenvolver na sociedade, participando dela e fazendo suas próprias escolhas. (BAKHTIN (VOLÓCHÍNOV, 2012, p. 98)

Dando prosseguimento à entrevista, questionei Márcia sobre a visão das pessoas, em relação à Libras, nos ambientes que ela frequenta. Em seu relato, houve a retomada dos fatos iniciais da sua aprendizagem da língua de sinais. Ela disse: *Então... quando eu comecei né.. a Libras era... algo assim... como o menino de seis anos por exemplo... algo que::... talvez fosse disciplinar... ele... entendeu?... ele ia ter... ele ia conseguir ficar sentado na carteira... prestar atenção na aula... fazer o que o professor estava pedi::ndo... não era bem visto como:: uma coisa que ia fazer com que ele SE desenvolvesse como pessoa... como se que... que se ele tivesse uma identidade... que ele tivesse uma comunicação... era mais visto como... uma forma dele::... dele ficar quieto na sala... e ser um aluno normal... digamos assim né... HOje ainda é visto*

assim... às vezes... o aluno é jogado pro intérprete como se o intérprete tivesse toda responsabilidade... e não é ass/... a gente sabe que não é assim né... já nos ambientes que eu trabalho hoje... [...] na faculdade... é totalmente diferente... a gente sabe que a Libras não é só pro menino prestar atenção na aula... entender o conteúdo... mas é pra vida dele... pra comunicação... pra identidade... pro desenvolvimento cognitivo... e as pessoas que eu tenho tido conTato... NO meio de trabalho... elas já pensam assim... elas têm essa visão... os alunos não... a gente que aconselhar e conversar e explicar que a Libras não é somente uma disciplina que... que é usada dentro da sala e aula com o menino... mas é pra vida dele também. No começo do excerto temos a Libras colocada como uma forma de controle do estudante, como ela afirma, algo que:... talvez fosse disciplinar... ele.

Com esse depoimento, é possível trazer à análise às discussões acerca da filosofia oralista, acordada no Congresso de Milão, em 1880, que defendia a educação dos surdos por meio da oralidade com terapias da fala além da proibição do uso da língua de sinais em locais públicos, uma vez que esses sujeitos não tinham seus direitos reconhecidos, tampouco a possibilidade de utilizar uma língua própria em um espaço dominado por usuários de línguas orais.

Márcia diz, também, que a Libras não era vista como *uma coisa que ia fazer com que ele SE desenvolvesse como pessoa... como se que... que se ele tivesse uma identidade... que ele tivesse uma comunicação... era mais visto como... uma forma dele::... dele ficar quieto na sala... e ser um aluno normal*, ou seja, a aquisição da linguagem por parte do aluno surdo não tinha objetivos educacionais, mas disciplinares. Para Márcia, a língua de sinais aproxima o surdo de sua condição como pessoa, fazendo como que haja um reconhecimento da sua identidade perante a comunidade surda. Nesse sentido, podemos inferir que há uma relação do substantivo *pessoa* com a história dos surdos nos tempos que eram taxados de loucos e comparados aos animais, justamente por não conseguirem se comunicar com os ouvintes. Outra expressão que nos chama a atenção é *ser um aluno normal*. Precisamos nos questionar qual padrão de normalidade é o esperado nos ambientes escolares, pois com a inserção de estudantes oriundos das escolas especiais muitas pessoas com deficiência passaram a frequentar as escolas regulares. Não temos como objetivo aprofundar na temática, mas vale a reflexão sobre os conceitos de normalidade e anormalidade que podem permear os espaços escolares.

Sobre o conceito de *identidade*, a que Márcia se refere no trecho *uma coisa que ia fazer com que ele [...]tivesse uma identidade*, Gesser (2009, p. 52-55) compreende que surdos e ouvintes são permeados por “múltiplas identidades” e no contexto do surdo, especificamente, percebe como “extremamente significativa no processo de afirmação coletiva de grupos minoritários” a valoração dessa identidade que reconhece o sujeito como surdo, porém sua

contribuição é feita no plural, pois “pensar o surdo no singular, com uma identidade e uma cultura é apagar a diversidade e o multiculturalismo que [o] distingue” (GESSER, 2009, p. 52-55)

Márcia pondera sobre o entendimento recente acerca de importância da Libras na comunidade ouvinte quando diz *a gente sabe que não é assim né... já nos ambientes que eu trabalho hoje... [...] na faculdade... é totalmente diferente... a gente sabe que a Libras não é só pro menino prestar atenção na aula... entender o conteúdo... mas é pra vida dele... pra comunicação... [...] e as pessoas que eu tenho tido conTato... NO meio de trabalho... elas já pensam assim*, ou seja, em ambientes institucionalizados há um reconhecimento de valor da Libras perante a comunidade surda. É considerável perceber que a intérprete afirma que a língua de sinais *é pra vida dele*, ou seja, é a língua de instrução e de comunicação na sociedade a qual pertence o surdo. Além disso, sua atuação, também, como professora de Libras permite chegar o discurso de defesa da Libras aos alunos de cursos superiores, mesmo que, em seu ponto de vista estes ainda não a reconheçam dessa forma e seja necessário contextualizar que a língua de sinais não é somente uma disciplina [...] usada dentro da sala de aula com o menino, o que torna a língua de sinais um signo ideológico, pois desperta nas pessoas ao seu redor os sentidos empreendidos em seu enunciado. (BAKHTIN (VOLÓCHINOV), 2012, p. 99)

Dando continuidade à análise, a pergunta seguinte busca saber o que Márcia entende por língua assim como a importância que esta possui. Ela responde: *então... é... língua é a forma de comunicação... independente né... se é Libras ou se é o português... sem uma língua a gente não tem como comunicar... conversar... explicar... argumentar né... é... aceitar argumentos... então de qualquer forma... a língua É uma forma de comunicação... e EU preciso de uma língua pra desenvolver também minha linguagem... meu cognitivo... assim como surdo precisa de uma língua... então eu não vejo diferença entre as duas... claro QUE... possuem regras distintas... formas de... de... de expressão diferentes... é diferente... são DUAS línguas diferentes né... conforme cada país tem a sua... mas não deixam de ter a essência básica que é a comunicação*. O conceito que a participante constrói sobre língua é, imediatamente, atrelado à língua de sinais em comparação com Língua Portuguesa. Para tanto, afirma que língua *é uma forma de comunicação* e o processo comunicativo pode ocorrer tanto na língua dos surdos quanto na dos ouvintes, independentemente, proporcionando assim o desenvolvimento de uma linguagem. Ao se posicionar como usuária de uma língua, Márcia faz uso do pronome *eu* no trecho *e EU preciso de uma língua para desenvolver também minha linguagem... meu cognitivo*. Novamente o termo cognitivo aparece em seu discurso, o que nos leva a pensar que há uma relação direta

de aquisição da língua com cognição e desenvolvimento intelectual permeando seu discurso sobre o conceito de língua.

Ainda no excerto acima, Márcia afirma: *eu não vejo diferença entre as duas... claro QUE... possuem regras distintas... formas de... de... de expressão diferentes... é diferente... são DUAS línguas diferentes né... conforme cada país tem a sua*. Ao analisar sua resposta, podemos perceber o caminho de construção do pensamento para afirmar que ambas são importantes na sociedade, com a defesa de que não existem diferenças entre elas. A não existência de distinção entre ambas se dá quanto ao status linguístico que a Libras possui em relação à Língua Portuguesa. No entanto, logo há uma tentativa de esclarecer sua resposta a partir do uso da interjeição *claro* acompanhada do pronome relativo *que* e da justificativa *possuem regras distintas*. O trecho quer explicitar que, mesmo que Márcia tenha iniciado a resposta afirmando o contrário, há dois tópicos que as diferenciam: as regras e a maneira de se expressar por meio dessa língua. Portanto, Márcia se corrige: *é diferente... são DUAS línguas diferentes né... conforme cada país tem a sua*. Ao se ratificar, a intérprete assume a diferença entre as línguas justificando a partir da localidade na qual a língua se insere, apontando a variação ente países.

Há, para Márcia, uma disputa de valores entre a Língua Portuguesa e a Libras, principalmente quando o surdo se apresenta como sujeito usuário desta. Ela diz que é preciso mais informação e esclarecimento de forma que os usuários dessas línguas possam se comunicar de maneira assertiva e com igualdade, no sentido da justiça social. Ela afirma, portanto: *acho que na verdade o que eu acho que falta hoje é informação... as pessoas... elas não tem a informação de QUE... português é a língua é... majoritária do nosso país... pra quem ouve né... pra quem não ouve é a Libras... então... acho que falta informação*. Ao afirmar o poderio majoritário da língua portuguesa percebemos certa irritação para com ouvintes, talvez por, repetidamente, ter que reafirmar o valor da Libras pela comunidade surda, seus documentos legais e o reconhecimento desta como língua oficial. E encerra dizendo que a Libras é a língua majoritária para os surdos, portanto, não há dúvidas sobre seu posicionamento em relação à defesa da língua da comunidade surda, só é preciso disseminar informações que colaborem para que seja feito, o que essa pesquisa também quer contribuir. Quanto a isso, Cavalcanti (1999, p. 387) afirma ainda que o mito do monolinguismo é capaz de “apagar as minorias” em função da valorização exacerbada de uma língua de prestígio, assim, é muito válido que se reitere quantas vezes forem necessárias a importância da Libras para a comunidade de surdos do Brasil.

Mondada e Dubois (2003, p. 27) comentam que objetos discursivos naturalizados podem ser “desestabilizados e mudados por decisões políticas ou administrativas”. Os termos surdo-mudo e linguagem de sinais, a partir da Lei 10.436/2002, são exemplos de mudança política,

pois foram institucionalizados e passaram a vigorar como surdo e Língua Brasileira de Sinais. (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 27)

A partir da defesa realizada por Márcia, adentrei ao terceiro bloco, denominado “Representação” para compreender como são vistos intérpretes e surdos, a partir de si e de outros, todos permeados por essa relação linguística. A começar pela inclusão da pessoa surda na educação formal, Márcia acredita em um modelo de educação denominado escola bilíngue. Esse modelo foi formatado para sanar lacunas dos métodos/filosofias educacionais para surdos desenvolvidas até a década de 1970 e se propõe a respeitar “as diferenças linguísticas e culturais, especialmente”, além de modificar o modo como os surdos iriam adquirir a língua de sinais, sendo assim “uma abordagem de ensino que estimula e propõe o acesso e o uso das duas línguas pela criança surda no ambiente escolar. Parte do pressuposto de que a língua de sinais deve ser o meio de comunicação principal e a língua oral deve ser aprendida na modalidade escrita” (GESSER, 2012, p. 88).

Apesar de ser esse o modelo idealizado por Márcia para a educação de surdos, há alguns entraves que necessitam ser resolvidos, os quais ela aponta: *a gente sabe que ainda não tem condições... pelo menos por aqui não... a gente não tem profissiNAIS habilitados pra ter uma escola bilíngue... por exemplo um professor de matemática que saiba Libras e que vai conseguir explicar matemática usando a língua de sinais... a gente ainda tem essa realidade... seria o ideal né.* A realidade vivida pela intérprete é a da falta de profissionais que possam lecionar conteúdos básicos tendo como língua de instrução a Libras, como o exemplo dado da disciplina de matemática. O exemplo nos foi apresentado em forma de questionamento e nos leva à reflexão sobre a realidade encontrada pelos estudantes surdos inseridos na escola regular, pois de acordo com o que ela nos relata *algumas cidades não tem intérpretes... ou tem e o menino não sabe Libras*, assim a proposta bilíngue de educação para surdos na região em que a intérprete se insere é algo apenas no nível do ideal.

Com essa realidade, Márcia questiona a atuação dos intérpretes em sala de aula que, de alguma maneira, acabam por prejudicar a educação de surdos inseridos nas salas de aulas inclusivas das escolas regulares. Ela fala sobre a forma de os intérpretes realizarem seu serviço corretamente. Ela diz: *que que é o serviço correto?... interpretar... ajudar o professor... no que é:::... no respeito da Libras... de como esse menino aprende... é... intervir no caso é... de precisar de um sinal ou outro... não... empurrar com a barriga esse menino pra ele ir passando... porque um intérprete atrapalha o outro... (...) você... tem... que ter as mesmas regras... todos os intérpretes as mesmas regras... to aqui pra ensinar pra ele o que o professor for ensinar... eu vou ensinar... vou passar pra ele... as respostas que ele não souber eu direciono*

pro professor... o professor explica novamente pra que ELE raciocine e ele responda... se ele conseguir um intérprete assim desde o início que vá com ele até o ensino médio... é o ideal de inclusão... eu acredito nesse tipo de inclusão... tem... são poucos... mas tem. Os pontos questionados por Márcia são de grande importância para aqueles que buscam iniciar a carreira profissional como intérpretes, pois são referentes à atuação em sala de aula junto com estudantes surdos da educação básica. Para ela, ao se colocar entre o estudante surdo e o professor, o intérprete precisa conhecer profundamente sua função, que é a de *ajudar o professor... no que é:::... no respeito da Libras... de como esse menino aprende... é... intervir no caso é... de precisar de um sinal ou outro* e não com o objetivo de ajudar o estudante a passar de ano em função da sua condição. O uso do verbo *ajudar* nos mostra qual o seu entendimento em relação às funções do intérprete educacional, que é de colaborar para o desenvolvimento do estudante, deixando claro que quem ensina é o professor.

Ao deixar claro seu ponto de vista sobre como deve ser a inclusão do surdo – no ideal e no real – perguntei pra Márcia como ela enxerga o sujeito surdo na sociedade. Ela afirma: *eu sinto QUE a sociedade ainda tem um preconceito... é o coitadinho... tadinho ele não fala... é mudo... né... mudinho... então assim... as pessoas acabam esquecendo que dentro daquela pessoa que eles chama de mudo... mudinho... tem uma identidade... tem alguém né... que tem um pensamento (...) então eu explico sempre... todo lugar que eu vou que eu posso explicar eu... não é mudo... não é mudinho... é surdo... é libras... (...) então eu explico... mas eu vejo que ainda há um preconceito... ah... tadinho ele é surdo... ah... tadinho ele não fala... né... não é tadinho... é normal... ele é igual a qualquer outra pessoa... ninguém é normal né... ninguém tem cem por cento das habilidades... então... eu ainda vejo que existe um preconceito... um pouco... mas existe.* Nesse excerto aparecem algumas pistas importantes sobre o valor social da língua de sinais e do surdo perante a sociedade ouvinte. O trecho *eu sinto QUE a sociedade ainda tem um preconceito..., mas eu vejo que ainda há um preconceito... e eu ainda vejo que existe um preconceito... um pouco... mas existe...* mostra a repetição da palavra preconceito e a necessidade de Márcia de reiterar que este sentimento está presente na sociedade e que há exclusivamente o reconhecimento da Língua Portuguesa como idioma oficial na prática linguística.

Márcia expõe um sentimento sobre a visão da sociedade, que neste contexto é compreendida como a ouvinte, ao escolher o verbo sentir. Nesta escolha fica claro que a língua de sinais possui um valor sentimental para quem pertence à comunidade surda, como é o caso dela. O uso do advérbio *ainda* pode nos mostrar que há embates sendo vencidos diariamente

para o reconhecimento da Libras como língua da comunidade surda, uma vez que historicamente os usuários dessa língua foram excluídos e ignorados da sociedade.

Outro ponto de relevância no trecho em análise são as escolhas lexicais que ela realiza, cujas construções são oriundas da comunidade ouvinte. O excerto *coitadinho... tadinho ele não fala... é mudo... né... mudinho... [...] ah... tadinho ele é surdo... ah... tadinho ele não fala... né...* apresenta os termos recorrentes que são reproduzidos pela sociedade ouvinte para se referir ao sujeito surdo. Termos como *mudo*, *mudinho*, *tadinho*, *coitadinho* fazem ampliar o entendimento da surdez como patologia e do surdo como uma pessoa incapaz e dependente. Nesse sentido, a surdez carrega um conceito de deficiência, de incompletude do ser.

Ao se expressar dizendo *então eu explico sempre... todo lugar que eu vou que eu posso explicar (...) não é mudo... não é mudinho... é surdo... é libras...* Márcia se coloca como defensora dos direitos linguísticos dos surdos e da comunidade surda exigindo o uso correto das nomenclaturas identitárias. Ao escolher o advérbio *sempre*, ela demonstra a recorrência com a qual precisa explicar aos ouvintes os termos adequados para se referir ao sujeito surdo. Compreender que a Libras é uma língua com um percurso histórico muito maior do que os 16 anos de reconhecimento, não configura um quadro patológico de surdez e o surdo passa a ter significação social e aceitabilidade.

As expressões *mudo* e *mudinho* são apresentadas por Márcia como uso rotineiro por pessoas que desconhecem a forma correta para se referir às pessoas que se aceitam como participantes da comunidade surda, ou seja, os próprios surdos. Assim, ela faz a correção *é surdo... é libras*, explicando que a palavra *surdo* é a adequada e aceita pelas pessoas que compõem a comunidade, assim como Libras, sigla para Língua Brasileira de Sinais. Naturalmente há o uso de expressões como linguagem de sinais, gestos, mímica, entre outras para se referir à língua dos surdos brasileiros e a expressão *surdo-mudo* para se referir aos surdos.

No excerto *não é tadinho... é normal... ele é igual a qualquer outra pessoa... ninguém é normal né... ninguém tem cem por cento das habilidades*, Márcia apresenta novamente uma justificativa para a maneira como os ouvintes se referem ao surdo repetidamente. Ao justificar dizendo *não é tadinho... é normal* Márcia traz para seu discurso a carga ideológica que insiste em tornar o surdo um sujeito dependente e com anormalidades congênitas. O surdo é visto pela sociedade, aos olhos de Márcia, como uma pessoa com condições de exercer seus direitos como cidadão, basta que a sociedade ouvinte possa compreender a necessidade de aprender a língua de sinais.

Já sobre a relação dos surdos com os ouvintes em relação à língua, Márcia diz: *então... pelo contato que eu tenho... parece QUE... eles veem o ouvinte como sempre se o ouvinte quisesse ser melhor... do que eles... quisessem ter a opinião acima da deles... que a deles não vale... MAS muitas vezes também... eu percebo que eles acham que a gente tá a disposição deles o tempo todo e que... porque eles são surdos eles podem tudo o tempo todo e a gente não... a gente tem que servi::R... eles o tempo todo... tipo... ah.... é... não mas... pega isso pra mim... faz pra mim... eu não sei... eu não consigo... eu não posso... e assim... a gente tem... a gente TEM trabalhado isso com os meninos... porque eles podem... podem fazer sim... a gente não é obrigado a tempo todo... a faze a vontade deles... [...] então assim... tem umas coisas que eles precisam melhorar nisso... eles querem impor uma coisa porque eles são surdos... muita gente passa a mão na cabeça e deixa quieto.* O posicionamento de Márcia sobre a visão que os surdos possuem dos ouvintes nos deixa pistas de que ainda há certa dependência por parte daqueles, pois com a falta da comunicação eficiente na sociedade, os surdos procuram estar próximos de quem sabe sua língua e faz a comunicação acontecer.

O trecho *parece QUE... eles veem o ouvinte como sempre se o ouvinte quisesse ser melhor... do que eles... quisessem ter a opinião acima da deles... que a deles não vale* apresenta aspectos históricos que ainda se fazem presentes na vida do surdo, principalmente quanto à minoritarização desses sujeitos na sociedade. O sentimento de ser menos importante ao considerar o sujeito oralizado como superior vem ao encontro das pesquisas de Cavalcanti (1999) e Marcos Bagno (2012) sobre as minorias linguísticas. Uma vez que o questionamento se deu sobre a relação entre surdos e ouvintes entrelaçados pela língua de sinais, o trecho também nos apresenta o carácter minoritário que a Libras possui na própria comunidade surda mesmo com todas as conquistas até então. No entanto, é válido considerar que a desconstrução dessa condição de sujeitos socialmente marginalizados na sociedade é parte da luta da comunidade surda. Também, o uso da forma verbal *quisesse*, na expressão *quisesse ser melhor*, nos apresenta a discordância de Márcia com o discurso que ela enxerga nos surdos, já que, para ela, os ouvintes não buscam essa condição de superioridade e não devem se colocar como melhores que o surdo.

Mesmo não acreditando nessa superioridade, Márcia apresenta um posicionamento crítico em relação a alguns surdos quando diz *MAS muitas vezes também... eu percebo que eles acham que a gente tá a disposição deles o tempo todo e que... porque eles são surdos eles podem tudo o tempo todo e a gente não... a gente tem que servi::R... eles o tempo todo... tipo... ah.... é... não mas... pega isso pra mim... faz pra mim... eu não sei... eu não consigo... eu não posso*. Seu ponto de vista sobre a relação dos surdos com os ouvintes possui dois aspectos: a

minoritarização linguística e a dependência dos surdos junto aos intérpretes. Para ela, os surdos precisam desenvolver a autonomia social e buscar realizar suas ações cotidianas independentemente da participação dos intérpretes nela. As afirmações que ela ouve, dos surdos, como *eu não sei... eu não consigo... eu não posso* caracterizam essa relação.

A resposta analisada nesse excerto mostra a opinião de Márcia sobre a visão de terceiros, uma vez que ela possui o entendimento de que o surdo não deve ser dependente do intérprete nem visto com piedade, portanto, temos a imagem da comunidade surda e dos usuários da língua de sinais construída ideologicamente pela comunidade ouvinte e perpetuada nesse meio. Os estudos russos apontam que os enunciados concretos são “correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem”, portanto, os conceitos construídos pelos ouvintes continuam sendo transmitidos historicamente de forma a minoritarizar e comunidade surda, mas Márcia se coloca em oposição com o enunciado de fortalecimento da comunidade surda e dos surdos como mostra, também, o excerto abaixo. (BAKHTIN, 2016, p. 20)

Aproveitando a situação de fala sobre o surdo, perguntei qual era a sua visão, a partir do ponto de vista como intérprete. Ela respondeu: *Eu não tenho a visão de o coitado... o tadinho... no:ssa que judiação NÃO... eu vejo que a deficiência deles é MÍNIMA... tirando o cognitivo que fica prejudicado mas fisicamente é uma deficiência mínima que não é... de piedade... muito pelo contrário... a gente tem que mostrar pra eles que eles conseguem fazer o que eles quiserem né... então assim... eu não tenho essa visão de coitado e não passo a mão na cabeça... eu converso com respeito... com carinho... com amor..* Percebemos que Márcia compreende o surdo como um sujeito com as capacidades necessárias para se desenvolver, mesmo que com o uso de outra língua. Não há sentimento de pena ou de compaixão para com eles, uma vez que, para ela, *a deficiência deles é Mínima* e não os atrapalha de exercer suas atividades e conviver em sociedade.

Aqui, novamente, há a afirmação sobre o cognitivo, que já apareceu em outros excertos – e o termo é recorrente em suas respostas. Perguntei, portanto, de que forma ela compreende o *cognitivo que fica prejudicado*. Ela explicou: *A falta da língua... a língua é a forma de... de... desenvolvimento pessoal da pessoa né... ela consegue TER informações... ela consegue CRIAR opiniões né... ela consegue CRITICAR alguma coisa... ou não né... através da língua... a língua proporciona isso... o surdo que não tem a língua de sinais ele não tem uma língua... ele não tem um pensamento crítico... ele não tem uma... uma... ideia... uma opinião... ele... ele não consegue te perguntar... ele não consegue responDER... é muito complicado quando não tem língua... o cognitivo fica totalmente prejudicado.* Podemos compreender, portanto, em sua fala, que surdo precisa adquirir a língua de sinais em algum momento da vida para que haja uma

efetiva participação em sociedade para conseguir se fazer entender, buscar pelos direitos, participar de escolher além de poder conversar em família – quando esta reconhece e faz uso da Libras, poder conversar entre amigos, para se expor em relação a um fato. Bakhtin (2016, p. 25) explica sobre a “posição responsiva do sujeito”, que se dá na ação comunicativa entre dois falantes – e que aqui podemos considerar sujeitos sinalizantes – portanto essa atitude responsiva, que pode se dar na concordância ou na discordância discursiva, se confirma a partir do que explicita o filósofo, pois “toda compreensão [...] do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva; [...] toda compreensão é prenhe de resposta. Assim, conseguimos compreender a importância que Márcia dá à aquisição de uma língua por parte do sujeito surdo de forma que ele consiga realizar o que Bakhtin assim define.

A última pergunta busca saber sobre o ideal de inclusão do surdo tanto no campo social quanto educacional. A resposta já foi apresentada quando perguntei sobre a inclusão da pessoa surda, no início do terceiro bloco.

2.2. Luana: “*eu acho que o intérprete está com os dias contados dependendo do presidente*”

Luana atua como intérprete há três anos na área educacional, tem formação em Pedagogia e pós-graduação em Libras. Além disso, possui experiência na área da surdez há sete anos, aproximadamente, no campo pedagógico. A entrevista aconteceu na residência da minha mãe por uma questão de comodidade e localização, pois era prático para ambas. Depois de muitas tentativas de encontro e longos meses de espera, conseguimos realizar a conversa, que transcorreu muito naturalmente. Diferentemente das outras duas participantes, não tenho contato próximo com Luana e não conhecia sua trajetória como intérprete. Abaixo, segue um trecho do diário de campo retratando minhas impressões iniciais:

O contato com Luana foi realizado, inicialmente, no ano de 2017, nos primeiros passos da pesquisa. Em função do andamento desta e dos rumos que a escrita foi tomando, nosso contato ficou em suspenso até que, em outubro de 2018, procurei por ela para darmos seguimento. Para realizar a entrevista sugeri que fosse em sua casa, mas ela recusou justificando que havia uma reforma sendo feita e, então, sugeri que fossemos ao shopping ou a alguma biblioteca. Com essas opções, sugeri que fôssemos para casa da minha mãe, pois é bem localizada e de fácil acesso e seria um lugar mais intimista e privativo. Concordamos, portanto, que faríamos lá. No dia combinado, o clima mudou repentinamente e a chuva veio forte. Ela me pediu para adiarmos pois estava sem carro e não teria como ir até o local combinado. Remarcamos para a semana seguinte, no mesmo horário. Deu tudo certo e a entrevista seguiu com tranquilidade e naturalidade. Luana, diferente das outras duas participantes, não faz parte do meu convívio profissional, portanto, não sabia

nada sobre ela. Isso proporcionou descobertas significativas em suas respostas. Nosso encontro durou, aproximadamente, uma hora entre bate papo, leitura do termo de livre consentimento, perguntas e respostas e despedida. Quero destacar que Luana elogiou a pesquisa e disse que é muito importante que pesquisas como estas sejam feitas. Destaco isso, pois nenhuma participante falou abertamente sobre esse valor que permeia meu trabalho com a profundidade da fala de Luana. (DIÁRIO DA PESQUISA, 22/10/2018)

Ao registrar os momentos que circundaram nosso primeiro contato, fica evidente que, há um ano atrás, havia conversado com ela sobre sua participação no meu projeto de pesquisa, tendo seu aceite imediato. Em função das aulas do programa de Mestrado em Letras e dos trabalhos das disciplinas, juntamente com os primeiros escritos dessa dissertação, Luana ficou para o período mais próximo do fechamento da pesquisa, porém com um valor maior agregado: a maturidade acadêmica dessa pesquisadora.

O relato feito no diário vem ao encontro do que defendem pesquisadores da LA quando afirmam que o campo é delicado, pois envolve um sujeito de pesquisa, um pesquisador e uma relação de poder. Tal fragilidade se apresenta no relato acima, por exemplo, nas várias datas que foram escolhidas para o encontro, assim como o tempo de suspensão que houve até o contato mais recente buscando sempre o bem estar da participante. Celani (2005, p. 110) explica que a

preocupação do pesquisador deve ser sempre a de evitar danos e prejuízos a todos os participantes a todo custo, salvaguardando direitos, interesses e suscetibilidades. Já que não poderá nunca eliminar a relação assimétrica de poder, porque, afinal de contas, quem toma decisões do ponto de vista epistemológico, e também do ponto de vista dos procedimentos a serem adotados é o pesquisador (CAMERON et al., 1992 apud CELANI, 2005, p. 110).

Portanto, essa relação precisa ser construída de maneira a acertar os ponteiros entre pesquisadora e participante sem prejuízos, pois há uma relação recíproca que contribui para a construção de um objeto de pesquisa. No entanto, ao estabelecer um contato inicial entre participante e pesquisadora, é preciso reconhecer que ambas são integrantes de um projeto maior, que visa à construção de um conhecimento científico. Ao nos encontrarmos para, efetivamente, iniciar a entrevista, Luana se mostrou muito à vontade, mesmo estando em um ambiente estranho. Inicialmente, a conversa girou em torno de sua vida pessoal, com alguns comentários sobre família e filhos e, em seguida, iniciamos a conversa.

A entrevista, efetivamente, durou 49 minutos e a conversa foi fluida, sem intromissões e com respostas muito coerentes com as perguntas apresentadas. A ideia inicial era dividir a entrevista em três partes, ou seja, em três momentos diferentes, na coleta de dados. No entanto,

o tempo, como dito anteriormente, precisa ser utilizado de forma a beneficiar participante e pesquisadora, assim, escolhemos realizar toda a entrevista em um encontro apenas.

A primeira pergunta, já apresentada na primeira análise, busca saber sobre o primeiro contato com a língua de sinais, porém, diferentemente de Márcia, Luana iniciou seu depoimento ainda na etapa de identificação da participante, especificamente na pergunta “Quanto tempo de atuação como intérprete?”. Ela disse: *[...] trabalho com Libras deve ter uns seis... sete anos... o meu primeiro contato... foi... na faculdade... no curso do quarenta horas... [...] e eu saí [...] sabendo o sinal de baleia e cobra só... porque a aula era uma vez por semana... não dava tempo de guardar conteúdo... e... eu não TINHA perfil pra educação especial... então não era uma coisa que me interessava... eu gostava era da educação infantil... no meu último período... eu... ti/... abriu o edital [...] pra... orientação²²... e aí todos os requisitos que eu tinha... precisava... [...] eu falei... eu vou tentar... e... consegui... passei... mas aí eu falei... [...] eu NÃO sei sinais... eu preciso aprender... ela... não... não tem problema... os requisitos tão.. tá tudo batendo aqui... você vai aprender... o meu professor DE VERDADE foi o J. e o R²³... é... eu lembro que... quando a gente começou a conversar... [...] e eu conversava com o J. pelo Messenger... e a gente na mesma sala... aí um dia ele falou pra mim... a partir de agora você não vai mais conversar comigo por aqui... eu não vou mais te responder... você vai ter que SE VIRAR pra poder falar comigo... e foi assim que ele foi me ensinando sinais... e o que eu não sabia eu perguntava pro R. ... e ele se::mpre com a mesma respo::sta... que depende do contexto... e eu fui aprendendo sinais... aí deve ter uns dois anos... TRÊS anos... um ano eu peguei só um cargo... e aí eu peguei... consegui de noite [...] lá na escola Brasil... e ele era um surdo do... EJA... à noite... eu peguei de outubro até dezembro... depois no outro ano... ano passado... eu fiquei de manhã [...] na educação infantil.. e a tarde [...] no ensino fundamental um... eles tinham quatro cinco e sete anos... aí esse ano eu tô como intérprete... eu era intérprete [...] de] um menino do segundo ano do ensino médio... lá em Três Corações... só que ele pediu pra mudar pra noite pra fazer o EJA porque ele já tem dezoito anos e ele não queria estudar... então ele mudou pra noite e pra mim ficou muito difícil acompanhar ele... ter que viajar à noite... e... desisti do cargo... e... tava aqui à tarde com [...] dois meninos do nono ano... [...] e... agora eu consegui de novo... acho que... foi semana passada... [...] que é uma menina do terceiro ano... só que ela é um pouco diferente... porque ela nasceu ouvinte... e tá perdendo*

²² Luana citou o nome da instituição na qual havia um edital para concorrer ao cargo de orientadora educacional, mas pela preservação de sua identidade, esse dado foi suprimido. No entanto, a contextualização é importante para a análise, pois coloca Luana em seu lugar de fala, ou seja, na instituição onde sua carreira começou.

²³ As iniciais serão usadas para preservar o anonimato de pessoas citadas nas respostas das participantes.

audição agora... então ela fala... ela é oralizada... então é precisa de uma acompanhante não de uma intérprete... porque ela consegue entender o que o professor tá falando... [...]

Ao contar a sua trajetória desde o início até o momento atual, Luana apresenta vários momentos de seu percurso e alguns percalços como a insegurança de participar de um processo seletivo no qual não dominava a língua oficial, a incompatibilidade de horários e sua segurança pessoal, além de comprovar que o início de tudo se deu de forma academicista. Luana nos mostra que, assim como Márcia, a língua de sinais não era um propósito profissional quando diz: *o meu primeiro contato... foi... na faculdade... no curso de quarenta horas... [...]* e eu saí de lá sabendo o sinal de baleia e cobra só... porque a aula era uma vez por semana... não dava tempo de guardar conteúdo. Nesse trecho podemos inferir algumas percepções. A língua de sinais era oferecida, obrigatoriamente, na grade curricular do seu curso superior e não houve contato anterior em outros espaços, sejam eles educacionais, religiosos ou sociais. Ao afirmar que saiu do curso de Libras *sabendo o sinal de baleia e cobra*, percebe-se que a carga horária de “*quarenta horas*”, não foi suficiente para fomentar e instigar uma continuidade nos estudos da língua.

Quando se trata de definição da carga horária de cursos de Libras e da disciplina obrigatória e/ou optativa nas instituições educacionais, o Decreto 5.626/2005 não apresenta regulamentação específica. De acordo com o documento, em seu capítulo dois, artigo terceiro, a Libras

deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior [...] de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2002)

e não há, em outros artigos ou capítulos, menção sobre a carga horária mínima obrigatória que a disciplina deve possuir. Lemos e Chaves (2012, p. 10) pesquisaram sobre a oferta da disciplina de Libras em seis instituições de ensino superior, de quatro regiões brasileiras e constataram que a carga horária varia entre 30 e 68 horas. Com esses dados, questionaram o quantitativo de horas necessárias para uma aprendizagem minimamente suficiente. Luana nos dá mostras de que é a carga horária da disciplina ofertada em seu curso não foi suficiente *porque a aula era uma vez por semana...*, ou seja, havia um intervalo entre as aulas, de forma que *não dava tempo de guardar conteúdo*, o que nos permite analisar que o volume de informações era grande, porém a carga horária semanal não supriu a demanda.

Ao fazer seu relato, Luana utiliza a conjunção *porque* como forma de justificar o pouco desenvolvimento vocabular e técnico na língua de sinais. Isso nos mostra que há uma busca por responsabilização, seja do corpo docente e de coordenação do curso, seja da própria intérprete, que naquele momento pode não ter conseguido acompanhar o desenvolvimento da disciplina. O uso de um léxico é carregado de contextos e de sentidos que emanam do próprio sujeito discursivo, portanto, a escolha da conjunção *porque* pode nos apresentar sentidos distintos, como foram mostrados. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 181)

Já no trecho *e... eu não TINHA perfil pra educação especial... então não era uma coisa que me interessava... eu gostava era da educação infantil...*, Luana nos mostra que a Libras não era parte do seu interesse acadêmico, nem profissional, na época do seu curso superior. É possível analisar, a partir do verbo *ter*, conjugado no pretérito imperfeito do modo indicativo, tempo que remete à quando Luana era estudante, que a língua de sinais não possuía o valor que possui no momento. Além disso, a intensidade que foi dada ao verbo, na fala, também nos mostra que há alguns anos atrás, a Libras não significava nada para ela. A utilização do termo *educação especial* também permite inferir que, para Luana, a língua de sinais estava inserida em uma área da educação que lida com indivíduos especiais, que estavam fora do contexto formal da educação, já que, naquele momento, lhe interessava a educação infantil.

Ao considerarmos que a carga horária da disciplina de Libras no curso superior não era satisfatória e Luana se via como uma profissional de sala de aula da educação infantil, é simples compreender que sua trajetória não iria se dar pelo caminho da inclusão, ou da educação especial, como ela mesmo nomeia. No entanto, um fato foi o responsável pela mudança na sua trajetória profissional: um edital de contratação para o cargo de orientadora educacional de uma instituição de apoio aos surdos. No trecho: *no meu último período... eu... ti/... abriu o edital [...] pra... orientação... e aí todos os requisitos que tinha... precisava... [...] eu falei... eu vou tentar... e... consegui... passei... mas aí eu falei... [...] eu NÃO sei sinais... eu preciso aprender... ela... não... não tem problema... os requisitos tão.. tá tudo batendo aqui... você vai aprender...*, podemos compreender que o edital foi muito importante para a entrada de Luana na área da educação especial, pois a partir desse momento se deu a efetiva aprendizagem da língua de sinais. Até o momento próximo à sua conclusão do curso superior, Luana não pensava em mudar de área, optando por seguir na educação formal, especificamente na educação infantil. A partir do trecho *abriu o edital [...] pra... orientação... e aí todos os requisitos que tinha... precisava... [...] eu falei... eu vou tentar... e... consegui... passei...*, entendemos que a participação foi impulsionada pela possibilidade de melhorar sua carreira profissional. Ao escolher os verbos *falar*, *tentar*, *conseguir* e *passar*, percebemos uma gradação das ações

realizadas pela intérprete. Além do mais, ao afirmar *eu vou tentar*, há uma demonstração de força de vontade, mesmo que até o momento a língua de sinais não fosse seu maior interesse. O que se apresenta aqui é um quadro permeado pela escolha: ser professora ou atuar em um cargo técnico-pedagógico.

A escolha de seguir na área técnica e sair da sala de aula foi alcançada com sucesso, pois Luana é uma intérprete com três anos de atuação em diversas escolas e fases do ensino. É importante destacar que o ano em que se deram tais mudanças no seu campo profissional, 2011, aproximadamente, a língua de sinais não era tão difundida e conhecida como hoje, mesmo com as dificuldades ainda encontradas pelos surdos e pelos próprios intérpretes. Isso pode ser justificado pelo trecho *não tem problema... os requisitos tão.. tá tudo batendo aqui... você vai aprender...*, dito pela profissional que selecionava Luana para o cargo pretendido. A afirmação *você vai aprender* demonstra que, com poucos profissionais buscando pelo cargo, alguém que se dispusesse a aceitá-lo, seria contratado e treinado, como foi o caso de Luana.

É importante destacar, no trecho, a afirmação da própria intérprete durante o processo seletivo ao dizer que não sabia sinais. Tal afirmativa é a comprovação do que foi dito no início do relato – *e eu saí de lá sabendo o sinal de baleia e cobra só...* – uma vez que a carga horária e o tempo destinado às aulas não colaboraram para a efetiva aprendizagem da Libras.

Luana continua seu relato contando sobre o momento em que houve a aquisição dos sinais e da língua em si. No trecho *o meu professor DE VERDADE foi o J. e o R. ... é... eu lembro que... quando a gente começou a conversar... [...] e eu conversava com o J. pelo Messenger... e a gente na mesma sala... aí um dia ele falou pra mim... a partir de agora você não vai mais conversar comigo por aqui... eu não vou mais te responder... você vai ter que SE VIRAR pra poder falar comigo... e foi assim que ele foi me ensinando sinais...*, há o detalhamento de como se deu a aprendizagem significativa daquela língua que havia sido conhecida no curso superior mas não havia se tornado língua, com assimilação e reconhecimento (BAKHTIN (VOLÓCHINOV), 2012, p. 97) . É importante ressaltar, como foi dito nas seções anteriores, que a Libras é uma língua com estrutura gramatical completa, portanto demanda estudo e prática para que ela seja utilizada habilmente pelos indivíduos ouvintes da sociedade. Neste momento do relato, Luana usa intensidade diferente para se referir aos professores, na locução *de verdade*, ou seja, ou afirmar que somente neste momento houve uma significativa aprendizagem da Libras, há uma diferenciação do profissional que lhe ensinou a Libras na faculdade em relação aos profissionais que lhe ensinaram a partir da sua entrada na instituição de apoio aos surdos. O uso do termo *professor* também é uma pista que mostra o valor que a

Libras foi recebendo a partir do momento em que Luana se encontrava na instituição atuando no novo cargo, pois na nossa sociedade, quem ensina recebe o nome de professor.

Ao realizar as escolhas lexicais para construir seu discurso sobre o primeiro contato com a língua de sinais, Luana demonstra diversas intenções discursivas como o fato de não possuir interesse na Libras, tampouco na educação especial, assim como participar de um processo seletivo que não estava em suas metas, mas foi responsável por grandes mudanças em sua carreira profissional. Tudo se isso se justifica quando Volóchinov (2017, p. 181) afirma que “a palavra está sempre repleta de conteúdo”, pois a representação da Libras nos trechos analisados acima, possuem conteúdo, ou seja, não foram ditas no vazio de uma oralidade sem propósito, mas sim construídas a partir de um direcionamento dado pelas perguntas da entrevista.

Os excertos também possuem conteúdo, no sentido apresentado pelo filósofo russo, por fazerem parte de uma carreira profissional inovadora que se desenvolveu após alguns anos como docente da educação infantil. É importante considerar que houve uma grande transformação: da professora Luana para a intérprete Luana. Transformação tal que a fez estudar, dedicar a aprender uma nova língua, tão nova que era preciso haver suporte digital para que a comunicação interna, na instituição de apoio aos surdos, acontecesse.

Ao continuar seu relato, Luana conta como foram as primeiras experiências como intérprete de Libras em ambiente educacional. O excerto abaixo possui uma descrição detalhada do trajeto profissional realizado ao longo de três anos, pela intérprete. Ela conta: *ai deve ter uns dois anos... TRÊS anos... um ano eu peguei só um cargo... e aí eu peguei o... consegui de noite [...] lá na escola Brasil... e ele era um surdo do... EJA... à noite... eu peguei de outubro até dezembro... depois no outro ano... ano passado... eu fiquei de manhã [...] na educação infantil.. e a tarde [...] no ensino fundamental um... eles tinham quatro cinco e sete anos... aí esse ano eu tô como intérprete... eu era intérprete [...] de] um menino do segundo ano do ensino médio... lá em Três Corações... só que ele pediu pra mudar pra noite pra fazer o EJA porque ele já tem dezoito anos e ele não queria estudar... então ele mudou pra noite e pra mim ficou muito difícil acompanhar ele... ter que viajar à noite... e... desisti do cargo... e... tava aqui à tarde com [...] dois meninos do nono ano... [...] e... agora eu consegui de novo... acho que... foi semana passada... [...] que é uma menina do terceiro ano... só que ela é um pouco diferente... porque ela nasceu ouvinte... e tá perdendo audição agora... então ela fala... ela é oralizada... então é precisa de uma acompanhante não de uma intérprete... porque ela consegue entender o que o professor tá falando... [...]*

É possível perceber que, nesses três anos, período correspondente entre 2016 e 2018, Luana atuou em segmentos educacionais diferentes, assim como turnos e municípios também.

Assim, as experiências vivenciadas nos espaços escolares se modificam muito, assim como o relacionamento do profissional intérprete com o estudante surdo. O início da carreira como intérprete educacional, exclusivamente, se deu no final do ano letivo de 2016, em torno de três meses, no turno noturno, em uma turma de educação de jovens e adultos, a EJA, sigla usada por ela no excerto.

As mudanças de escolas, de turnos letivos, de segmentos e do próprio estudante surdo, são situações vivenciadas cotidianamente por esses profissionais que atuam na rede pública estadual em Minas Gerais. O governo mineiro, até o momento em que a pesquisa estava em construção, não havia efetivado, por concurso público, servidores para o cargo de Intérprete Educacional de Libras. Em outro momento da entrevista, no terceiro bloco, em que é abordada a temática da representação da Libras, Luana relata sobre o vínculo entre o intérprete e a escola ou entre o intérprete e o estudante surdo, pois o trabalho poderia ser continuado e que tem completa relação com o que foi dito no momento inicial da entrevista. Ela diz: *Achar intérprete é difícil... [...] então se você tivesse um vínculo... você continuaria com surdo... você continuaria seu trabalho... [...] você gasta um ano criando um trabalho com um surdo... no outro ano é outro intérprete...*, portanto, pode-se analisar que a atuação em sala de aula para ela não é simples e superficial, mas uma função que demanda dedicação, pesquisa e muito estudo.

O termo vínculo, de acordo com o Dicionário Houaiss (p. 2863), é “o que liga afetivamente duas ou mais pessoas; relação, relacionamento”, portanto, o que Luana almeja para a profissão dela é a relação contínua de trabalho pedagógico com o estudante surdo a cada ano que ele conclui. Pode-se compreender que, para ela, o ideal seria o intérprete seguir adiante com o surdo a cada aprovação no ano letivo. Para Volóchinov (2017, p. 195-196) as palavras são determinadas pelo seu contexto, assim, podem existir tantas significações quantos contextos de uso. O usar a palavra vínculo em sua resposta, Luana não a faz aleatoriamente, mas faz com o propósito de apresentar seus desejos profissionais e, também sua frustração por não conseguir dar continuidade aos trabalhos realizados nas escolas por onde passou.

Luana passou pelos segmentos educacionais: educação infantil, ensino fundamental 1, ensino fundamental 2 e ensino médio e educação de jovens e adultos num período de dois anos letivos. É possível compreender alguns pontos importantes no que diz respeito à formação do profissional intérprete de Libras, de acordo com o que prega a legislação brasileira para traçar um quadro comparativo com a realidade vivida pela intérprete.

O Decreto 5.626, de 2005, regulamenta, em seu capítulo V, artigo 17º que “a formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa”, para o

nível superior. No caso de intérpretes que possuam o ensino médio, a formação dos profissionais se dará por cursos profissionalizantes, de extensão ou de formação continuada oferecidos por instituições credenciadas. (BRASIL, 2002, s/p).

Luana possui curso superior, mas não na formação exigida na legislação, dessa forma, é considerada a titulação de ensino médio para a concorrência nos processos seletivos da rede estadual de Minas Gerais, além da experiência em anos anteriores. O que nos possibilita traçar o primeiro ponto desse quadro comparativo é a diversa atuação da intérprete nas escolas por onde passou e a não observância da legislação quanto à formação específica para atuação na educação básica, uma vez que há uma gama de disciplinas e termos específicos utilizados em aulas, assim como metodologias de aprendizagem, o que faz com que Luana precise buscar autonomamente os sinais para utilizar na sala de aula.

Outro ponto significativo quanto à atuação da intérprete Luana, nas escolas, é em relação à formação do profissional intérprete em nível médio. Em seu relato, Luana contou que aprendeu Libras na instituição de apoio ao surdo onde foi trabalhar e não relatou, até o momento, nenhum curso ofertado por instituição educacional, exceto a disciplina cursada na graduação. A questão relevante é o vasto conhecimento vocabular, vasto tanto no sentido da variedade de sinais quanto no sentido específico das disciplinas da educação básica, que se deve possuir para interpretar e traduzir tantas aulas, conteúdos e atividade ao longo de um ano letivo.

Há intérpretes de Libras que atuam nos mais variados espaços como igrejas, escolas, palestras, juizados, shows, entre outras situações. No entanto, a legislação não oferece ao profissional a formação adequada para cada situação de interpretação, o que se apresenta no Decreto 5.626/2005 é um direcionamento genérico.

Lacerda (2009, p. 33) apresenta uma definição do termo intérprete educacional e explica que a terminação “é usada em muitos países [...] para diferenciar o profissional intérprete (em geral) daquele que atua na educação, em sala de aula”. Quanto à formação desse profissional que atua junto à escola, ela explica que “na formação de intérpretes, quando ela ocorre, pouco é discutido em relação a sua atuação como IE²⁴. Não se conhece muito sobre o que é feito em sala de aula e quais são os efeitos dessa prática”, e justifica dizendo que nas décadas de 1980 e 1990 muitos surdos foram inseridos em escolas regulares, mas por não haver profissionais formados, “qualquer pessoa que soubesse língua de sinais e se dispusesse ao trabalho era potencialmente um IE, ou seja, não sendo exigida nenhuma formação ou qualificação

²⁴ IE – Intérprete Educacional.

específica”. Além disso, Lacerda (2009, p. 34) ainda considera outro dado importante, que o nível educacional do intérprete, ou seja, “o profissional precisa ter conhecimento específico para que sua interpretação seja compatível com o grau de exigência e possibilidades dos alunos que está atendendo. Atuar na educação infantil, no ensino fundamental, médio e/ou superior requer modos de interpretação, intervenção e conhecimento bastante distintos”. (LACERDA, 2009, p. 33-34)

Quando analisamos o excerto acima com o relato das escolas por onde Luana passou, percebemos que sua escolha profissional em atuar nesse segmento profissional vai ao encontro da demanda de vagas e da carência de profissionais, pois as escolas necessitam do intérprete para que o estudante surdo tenha acesso ao conhecimento escolarizado e não há quantidade suficientes de profissionais no mercado de trabalho. Trabalhar em duas ou três escolas ao mesmo tempo é uma escolha que pode ter como objetivo suprir a falta de profissionais e dar ao surdo o acesso à educação. É importante que se esclareça que não estamos fazendo julgamento, tampouco medindo o conhecimento de Luana em relação à língua de sinais, mas sim considerando a dificuldade de se atuar em segmentos educacionais distintos assim como as barreiras existentes para uma formação específica.

Por outro lado, mesmo depois de relatar todo seu percurso ao longo dos dois anos de atuação, Luana repensa sua escolha profissional. Ela diz:[...] *na verdade eu não quero continuar como intérprete... eu tenho muito medo de os surdos acabarem... porque daqui a pouco os surdos crescem... não sei se vão ter outros... e precisa ter... sei lá... .. um plano b... aí eu penso ou em português ou em história que são duas coisas que eu gosto... por isso que eu to fazendo... quando eu terminar português eu vou começar história...* Seu depoimento é carregado de verdade, demonstrado pela escolha das palavras que deixam uma incerteza quanto ao seu futuro como intérprete nas escolas. O uso da palavra *medo* acompanhada do advérbio *muito*, representa a insegurança pelo que acontecerá nos próximos anos em vista da possível diminuição dos surdos nas salas de aula, pois ela afirma que esses estudantes podem acabar. O sentido construído com o uso do verbo acabar é o da inexistência de surdos matriculados em escolar regular. Para tanto, ela já buscou uma saída: *um plano b*, ou seja, Luana está cursando outra graduação, Letras, e vai iniciar mais uma logo ao final desta, História, com o objetivo de lecionar as disciplinas.

Quando perguntei sua opinião sobre a melhoria ou a aceitação do intérprete por parte dos professores e dos gestores educacionais, Luana foi categórica: [...] *eu acho que o intérprete está com os dias contados dependendo do presidente*. Nesta fala, há uma referência imediata ao termo *medo*, utilizado no excerto anterior, para justificar sua opção por outra formação

acadêmica. São duas justificativas, portanto, que formam o substantivo *medo*: não haver surdos em sala de aula, pois eles crescem e se formam e podem não haver outros e, o medo de um governo²⁵ que não possui como pauta a atuação em favor das minorias, refletindo diretamente na função do intérprete educacional. A construção enunciativa de Luana sobre a insegurança profissional mostra a “ênfase valorativa da palavra” intérprete de libras, assim como da palavra Libras perante a realidade que se encontra a situação política do Brasil. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 197)

Até então foram analisadas as respostas do bloco identificação da participante, na pesquisa. A partir de agora serão apresentados e analisados excertos das respostas às perguntas dos três blocos seguintes, nos quais a entrevista foi estruturada. O primeiro bloco, portanto, trata sobre o contato inicial com a Libras e outras questões relevantes inseridas no cenário de conhecimento primário da língua. Como a primeira questão foi respondida ainda na etapa de identificação, passemos às próximas perguntas.

Ao perguntar como é a visão dos profissionais da educação, nas escolas por onde passou, em relação ao intérprete, aliada à atuação em sala de aula, Luana relata: *eu percebo que os professores... tratam os surdos como uma criança... tipo... ESPECIAL...L... incapacitada... não... não consegue... escrever... não sabe se comunicar... é... visto como deficiente MESMO... e eles jogam a responsabilidade pra cima do intérprete... como se fosse NOSSOS alunos... e a gente fala... não... é... mas... você é o professor... você que tem que fazer adaptação... esse ano mesmo eu tive caso de um professor que falou que se ele tivesse que adaptar material pros meninos... ele podia ser mandado embora porque ele não é pago pra isso... coisas desse tipo... mas... por outro lado tem professor que nem precisou pedir... nem precisou explicar... traz material visual...l... pede pros meninos... em vez de fazer... é... atividade escrita... fazer um cartão... então TEM professor que ajuda... que faz adaptação de material... e tem professor QUE... não tá nem aí... teve um outro professor que falou que... só de vim na escola ele já merece média... só pelo esforço de vir... então vê que ele não tá nem aí com o aluno... acha que... ele não tá... incluído... ele tá só inserido na escola... é isso que eu sinto em relação aos... aos... surdos e em relação aos professores/... o problema tá mais nos professores do que no... no aluno... ele tem capacidade normal... a diferença é que ele não ouve e usa outra língua... mas... os professores não conseguem entender isso....*

²⁵ O governo a que Luana se refere é o mandato 2019 – 2022, de Jair Messias Bolsonaro, do PSL.

O trecho nos apresenta uma realidade e traz pontos importantes para análise começando pelo sentimento de frustração que acompanha o relato, a partir das escolhas lexicais para narrar as situações cotidianas vividas nas escolas. O trecho *eu percebo que os professores... tratam os surdos como uma criança... tipo... ESPECIAL...L... incapacITAda... não... não consegue... escrevER... não sabe se comuniCAR... é... visto como deficiente MESmo... e eles jogam a responsabilidade pra cima do intérprete... como se fosse NOSSOS alunos... e a gente fala... não... você é o professor....* Na situação relatada, os professores não compreendem qual o papel do intérprete na sala de aula, assim como também não assumem a responsabilidade de ensinar o aluno surdo inserido na sala regular, e como afirma Luana *jogam a responsabilidade pra cima do intérpete.*

O posicionamento do educador regente ou do especialista em sala de aula perante alunos ouvintes e surdos deve ser o mesmo, resguardadas as formas distintas de aquisição do conhecimento. O aluno ouvinte tem acesso ao conhecimento por via oral-auditiva, o surdo pela via visual-espacial e se faz necessária a adaptação dos materiais utilizados nela como provas, trabalhos e da própria exposição dos conteúdos. O professor tem a responsabilidade de planejar as aulas, de escolher quais serão os conteúdos, de desenvolver o processo avaliativo, entre outras, já o intérprete, por conhecer o estudante surdo e a surdez “pode colaborar com o professor, sugerindo atividades, indicando processos que foram mais complicados, trabalhando em parceria, visando a uma inclusão mais harmoniosa dos alunos surdos”, no entanto, não é essa a realidade vivenciada por Luana. (LACERDA, 2009, p. 35).

No excerto *criança... tipo... ESPECIAL...L... incapacITAda... não... não consegue... escrevER... não sabe se comuniCAR... é... visto como deficiente MESmo*, temos a demonstração do preconceito sustentado pelo desconhecimento por parte dos educadores. Historicamente, os surdos foram estigmatizados e caracterizados até como animais, mas a luta da comunidade surda e dos pesquisadores da área busca valorizar a cultura surda assim como eliminar toda forma de exclusão e minoritarização os surdos. O uso de termos como incapacitados, deficiente, especial (no sentido negativo) ainda é uma realidade, tanto que está presente no relato da intérprete. (GESSER, 2012, p. 84)

O posicionamento dos educadores em sala de aula é apresentado por Luana quando ela relata que passou por uma situação recentemente. Ela conta que teve o *caso de um professor que falou que se ele tivesse que adaptar material pros meninos... ele podia ser mandado embora porque ele não é pago pra isso... coisas desse tipo... mas... por outro lado tem professor que nem precisou pedir... nem precisou explicar... traz material visuA...l... pede pros meninos... em vez de fazer... é... atividade escrita... fazer um cartAZ... então TEM professor que aJUda... que*

faz adaptação de material... e tem professor QUE... não tá nem aí... Ao atuar dessa maneira, podemos analisar que, pela fala da intérprete, há uma falta de alinhamento de alguns profissionais da educação com o que as legislações definem. No entanto, precisamos reconhecer que há profissionais que colaboram para o desenvolvimento do aluno surdo em sala de aula, pois realizam a adaptação de materiais e das aulas. O verbo *ter*, recebeu destaque na voz de Luana no excerto *então TEM professor que aJUda* e nos mostra que há valorização para os profissionais que inserem, efetivamente, o surdo em suas aulas.

No excerto *é isso que eu sinto em relação aos... aos... surdos e em relação aos professores/... o problema tá mais nos professores do que no... no aluno... ele tem capacidade normal... a diferença é que ele não ouve e usa outra língua... mas... os professores não conseguem entender isso...*, há um sentimento de tristeza e desapontamento em relação aos profissionais com os quais ela trabalha e a justificativa do que ela sente é dada aos professores, especialmente. O substantivo *problema* tem relação direta com o substantivo *professores*, mostrando que, mudando a forma de atuar, se dedicando a aprender a língua de sinais e conhecendo a cultura surda, os educadores podem alterar o cenário que se apresenta nas escolas regulares com surdos inseridos em salas de aula. Na visão de Luana, o estudante surdo possui *capacidade normal* de aprendizagem, *a diferença é que ele não ouve e usa outra língua*. Infelizmente, há profissionais que não compreendem isso e desrespeitam a possibilidade do surdo se desenvolver.

Os excertos analisados na primeira resposta estão alinhados com o relato apresentado na identificação inicial e demonstram o verdadeiro sentimento que perpassa pela fala de Luana: a insatisfação. Os termos *medo* e *problema* merecem destaque, pois estão interligados quanto ao contexto de uso. Os problemas enfrentados na atuação em sala de aula geram uma insegurança quanto ao futuro profissional dela e da categoria em função de posicionamentos governamentais. De acordo com o que entendem Mondada e Dubois (2003, p. 33), “uma categoria lexical impõe um ponto de vista [...] produzindo sentido a partir do contraste com as precedentes”, o que significa dizer que Luana, na construção do seu discurso narrativo, expôs seu ponto de vista por meio das palavras *medo* e *problema*.

As próximas duas perguntas, as quais encerram o primeiro bloco, são relacionadas à valoração da Libras e da identificação do intérprete de Libras enquanto profissional de ampla atuação. Ao contar sobre a importância da língua de sinais, Luana responde: *Libras me encantou de uma forma que... eu achei que não seria possível... eu não tinha perfil NENHUM pra fazer educação especial... só que quando eu comecei a conviver com os surdos eu vi que... das deficiências... essa era a menor... d/ delas e que eu conseguia interagir... que eu conseguia me*

comunicar... ensinar... que eu conseguia aprendER... É uma língua diferENTE... que todo mundo fica curioso pra saber o que que é a gente tá falando... e... eu vejo assim... que... que é uma coisa... que é uma coisa que a gente tem que lutar MESMO... mesmo que eu não fique mais na área de... de interpretação... eu quero continuar batalhando... fazendo parte da comunidade surda... conversando com o surdo... porque... a Libras É a segunda língua do Brasil... como é que ela não é reconhecida por isso?... como que um aluno que tem deficiência que tá dentro da escola não pode tá... fazendo todas as atividades? ... então eu ainda quero... mesmo que eu não atue como intérprete... eu quero de alguma forma tá trabalhando com o surdo...

No início do excerto Luana afirma que foi encantada pela língua de sinais. O uso do verbo encantar pode apresentar alguns sentidos possíveis desde que utilizado em determinados contextos comunicativos. Para o caso específico de Luana, a língua de sinais tornou-se um signo linguístico, de acordo com o que defende Bakhtin (Volóchinov) (2012, p. 97), a partir desse momento, pois a língua passou a ter valor para ela. Ao dizer *eu achei que não seria possível...*, Luana duvida de sua própria capacidade de aprendizagem sustentada pela justificativa de não ter perfil para a educação especial, argumento usado novamente, pois ele apareceu no início da seção, na análise do primeiro excerto da entrevista. A recorrência da expressão demonstra uma certeza que foi derrubada tempos depois, pois Luana reconhece que a língua de sinais passou a fazer parte do seu cotidiano quando começou a conviver com os surdos. A convivência mostrou que a surdez era o menor dos problemas, ou a mais simples das deficiências, como afirma: *só que quando eu comecei a conviver com os surdos eu vi que... das deficiências... essa era a menor... d/ delas e que eu conseguia interagir... que eu conseguia me comunicar... ensinar... que eu conseguia aprendER... É uma língua diferENTE... que todo mundo fica curioso pra saber o que que é a gente tá falando.*

Gesser (2012, p. 75-76) faz uma análise interessante sobre a característica do surdo ser a principal forma de aprendizagem da Libras para os ouvintes. Ela afirma que “a urgência em se comunicar (para fins profissionais, educacionais ou pessoais) e a carência de contextos formais para o ensino de Libras fizeram com que o encontro com um surdo sinalizador funcionasse como a única ‘escola’ para se aprender sinais” e para ela, não é o caso de desestimular tais encontros e a troca de aprendizagem, mas é que “há nessa visão um ideal linguístico de desempenho”. (GESSER, 2012, p. 75-76), ou seja, para o ouvinte, só a efetiva aprendizagem da Libras se houver contato contínuo com um surdo sinalizador.

No excerto, Luana aponta pistas do seu posicionamento inicial quanto à atuação profissional. Ela diz: *eu vejo assim... que... que é uma coisa... que é uma coisa que a gente tem que lutar MESMO... mesmo que eu não fique mais na área de... de interpretação... eu quero*

continuar batalhando... fazendo parte da comunidade surda... conversando com o surdo... porque... a Libras É a segunda língua do Brasil. Aqui, novamente, a intérprete demonstra o sentimento de insatisfação profissional quando afirma *mesmo que eu não fique mais na área de... de interpretação* e repete, ao final do excerto, *mesmo que eu não atue como intérprete... eu quero de alguma forma tá trabalhando com o surdo*. Podemos inferir que ser intérprete não é seu objetivo final de carreira, mas um momento de passagem, de vivência profissional. É importante considerar que, mais adiante, serão apresentadas as estratégias utilizadas por Luana em sala de aula e, de antemão afirmo, são dignas de reconhecimento.

O uso do verbo batalhar e conversar, ambos conjugados no modo gerúndio, mostra que a língua de sinais é um objeto discursivo que se mantém presente na vida profissional de Luana pois, mesmo que haja um afastamento da função de intérprete de Libras, o envolvimento com a comunidade surda será mantido assim como a integração nos movimentos que buscam a valorização e o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais. Também, nesse escopo, o uso do advérbio *mesmo*, recebe modalização de voz na primeira sílaba, o que demonstra vontade de permanecer e de *continuar batalhando* pela garantia dos direitos das pessoas surdas, pois ela afirma que *a Libras É a segunda língua do Brasil* e, assim como no advérbio *mesmo*, dá ênfase ao verbo ser, conjugado na forma *é*, afirmando, categoricamente, que não há dúvidas de qual é a língua da comunidade surda. Há, também, a dominação de termos característicos da comunidade como surdo, língua de sinais, Libras, entre outros, comprovando o pertencimento à comunidade, situando a língua como signo linguístico de uma comunidade. (BAKHTIN (VOLÓCHINOV), 2012, p. 97)

Ao encerrar sua construção discursiva sobre a importância da Libras, perguntei à Luana quem era o intérprete na sua visão. Ela respondeu: *É... eu acho que o intérprete ainda não tem definição não... porque... primeiro... no Estado²⁶ a gente é contratado como professor... não existe o NOSSO cargo... a gente vai pra sala de aula e muitas vezes a gente é Tirado de sala de aula... DEixa o aluno surdo ali sozinho pra poder substituir o professor que faltou... então... parece que não tem.... pare/... não tem comproMIssão com a nossa profissão... é:: acho que não tem como definir ainda... a gente tá numa LUta pra tentar fazer isso... mas... ninguém sabe o que é intérprete... ninguém sabe a nossa função... acha que a nossa função é.. é... uma... na verdade é outra... a gente nã/... enxerga a gente como babá de... de aluno e a gente NÃO é babá de aluno... acha que a gente tem que ficar responsável por adaptar material... mas a gente não*

²⁶ Escolas Estaduais de Minas Gerais.

PODE por mais que a gente queira... não é a nossa função... então é uma coisa que ainda não tá... não tá muito... muito clara... nem pros professores... nem pra educação... pro Estado... nem pra GENte... que a gente fica em cima do muro... pra que lado que a gente vai? ... atende a escola... as vontades da escola... porque a gente recebe pela escola ou... faz aquilo que é melhor pro aluno... então... pra mim... o intérprete ainda não tá definido.

Outro trecho do Diário da Pesquisa segue abaixo com minhas impressões sobre a resposta dada à pergunta: E para você, quem é o intérprete de Libras?

As respostas de Luana, às perguntas das entrevistas, foram construídas de maneira muito sólida, com relatos detalhados de sua atuação e seu ponto de vistas, principalmente sobre seus sentimentos em relação à função de intérprete educacional. Porém, ao questioná-la sobre quem é o intérprete de Libras, chamou minha atenção a resposta dada. Acho que o que despertou minha atenção foi o fato de que Paula e Márcia apresentaram definições objetivas para intérprete, dizendo quem ele é enquanto sujeito social e profissional. Luana não. Sua resposta me causou certo espanto, pois ouvir que não havia definição para quem é o intérprete não era uma resposta esperada para a pergunta, de acordo com as hipóteses levantadas para a pesquisa. No entanto, é considerável registrar que as justificativas utilizadas em seu argumento são muito válidas e pertinentes com a realidade vivida pela por ela. (DIÁRIO DE PESQUISA, 22/10/2018)

Luana respondeu de maneira subjetiva à pergunta que encerra o primeiro bloco da entrevista. Ela afirmou: *eu acho que o intérprete ainda não tem definição não*. Em um primeiro momento, podemos recorrer às definições legais para compreender sua resposta. No Decreto 5.626/2005, não há definição sobre o profissional intérprete de Libras, apenas regulamenta como deve se dar sua formação em nível médio e superior. A Lei 10.436/2002, também não possui informações sobre o intérprete de Libras. Somente a Lei 12.319/2010 vai regulamentar o exercício a profissão do intérprete de Libras e apontar que “o tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa” (BRASIL, 2010)

Dessa forma, a colocação de Luana vai ao encontro do que a legislação brasileira preconiza, ou seja, não há uma definição legal para quem seja o intérprete de Libras, apenas uma regulamentação das suas ações no exercício da profissão. No entanto, quanto ao que foi pensado como possibilidade de resposta à pergunta, não coube indefinição. Assim, ao analisar o excerto faz-se necessário destacar as justificativas apresentadas por Luana. Ela afirma que:

- a) *no Estado a gente é contratado como professor*
- b) *não existe o NOSSO cargo*

- c) muitas vezes a gente é Tirado de sala de aula
- d) ninguém sabe o que é intérprete
- e) ninguém sabe a nossa função
- f) enxerga a gente como babá de... de aluno
- g) acha que a gente tem que ficar responsável por adaptar material

Os argumentos elencados acima são apresentados a partir do seu ponto de vista e das suas experiências na escola regular dentro da sala de aula, portanto, nos mostra que o Estado mesmo que tenha publicado algumas legislações a respeito do tema não conseguiu chegar em um consenso quanto às funções cotidianas de um intérprete educacional. Ao relatar que *no Estado a gente é contratado como professor e não existe o NOSSO cargo*, Luana quer nos mostrar que o governo estadual de Minas Gerais ainda não criou um cargo para os intérpretes e que todos são contratados como professores de educação básica na função de intérprete de Libras. Ao dizer que muitas vezes são tirados da sala de aula para realizar substituição de professores ausentes, mais uma vez há demonstração de descaso com o profissional no ambiente escolar.

No momento em que Luana afirma que *ninguém sabe o que é intérprete e ninguém sabe a nossa função*, há um sentimento de abandono que emana das suas palavras, pois apresenta a ideia do profissional sozinho dentro da instituição, sem alguém que oriente o trabalho dê o devido reconhecimento à função desempenhada. Assim, por não possuir uma chefia imediata ou um órgão que represente suas demandas, Luana desabafa: *enxerga a gente como babá de... de aluno... acha que a gente tem que ficar responsável por adaptar material*.

A atuação em sala de aula não é tarefa simples nem para o intérprete tampouco para o professor regente ou especialista que precisa lidar com a presença de um terceiro elemento em suas aulas. Sobre isso, Lacerda afirma que

a sala de aula tradicionalmente se constitui como um lugar no qual o professor ensina e a criança aprende. Com a entrada do ILS no espaço educacional, acrescenta-se um terceiro elemento que estará lá não só para interpretar da Libras para o português e do português para a Libras, mas para também mediar os processos discursivos entre professor e aluno, almejando a aprendizagem – desse modo, em alguma medida, também o ILS se vê comprometido com a aprendizagem do aluno. Essa nova configuração do espaço escolar certamente demandará ajustes do papel do ILS, do professor e do aluno. Além disso, se trata de uma prática de interpretação com especificidades, já que se dá em um ambiente que propicia uma convivência contínua, um certo grau de intimidade tanto com o professor, quanto com os alunos surdos e ouvintes que necessita ser abordada e trabalhada tanto na formação desse profissional como, posteriormente, em sua prática cotidiana. (LACERDA, 2012, p. 39)

A partir do ponto de vista da autora, é possível compactuar com a fala de Luana e suas justificativas quanto aos entraves que existem na prática da sala de aula. A inserção do profissional intérprete em uma sala de aula vai ocasionar mudanças exponenciais na rotina da sala, das aulas, dos estudantes e da própria escola em si. Há que se considerar que o envolvimento de todos colabora para que o trabalho seja desenvolvido da melhor maneira possível, buscando sempre o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes ouvintes e, claro, dos surdos.

Com esse excerto encerramos a análise do primeiro bloco da entrevista denominado Contato Inicial. Serão apresentadas adiante as análises do segundo bloco, denominado A Língua de Sinais.

A primeira questão apresentada no segundo bloco foi “O que é a Libras pra você?”. Luana não precisa processar o pensamento durante muito tempo para responder à pergunta. Ela disse: *Eu acho que é uma língua importANTe... se ela fo/... se ela tem o... o... devido reconhecimento... isso aí já é outra história... é uma língua que uma parte da população usa... uma parte muito grANde... deveria ser incentivado de todas as formas... pela família que quer fazer implante... pela família que NÃO quer fazer implante... pelo surdo que já é oralizado... por aquele velhinho que tá perdendo a audição e precisa se comunicar de alguma forma... ela É muito importante... só não é valorizada AINda... é... eu acho muito legal... a gente enxerga o mundo de outra forma mesmo depois que a gente aprende Libras... porque... a gente passa a prestar atenção na leitura do... corporal da pessoa... mesmo que a gente teja só conversando.* Para ela, a Libras é um idioma de muito valor, no entanto, ainda não é reconhecida socialmente pelos sujeitos ouvintes. Ao dizer *é uma língua que uma parte da população usa... uma parte muito grande*, podemos inferir que há uma referência de comparação entre surdos e ouvintes e sua presença na sociedade, pois ela afirma que há uma grande parte da população que faz uso da Libras, dessa forma, coloca o sujeito surdo em evidência e nos mostra que a língua existe no “fluxo da comunicação discursiva” de ambas comunidades e assim, e se torna “continuada [...] como um processo de formação ininterrupto” cuidando para que não haja seu apagamento (VOLÓCHINOV, 2017, p. 199). No entanto, há uma retomada do valor linguístico e social da língua de sinais a partir da repetição quando ela diz que *ela É muito importante... só não é valorizada AINda*. O uso do adjetivo *valorizada* retoma o trecho *se ela fo/... se ela tem o... o... devido reconhecimento... isso aí já é outra história*, pois tem ligação com os aspectos legais de reconhecimento da Libras como língua da comunidade surda brasileira. O advérbio *ainda*, que recebeu intensidade nas primeiras sílabas, pode nos mostrar que há uma esperança de Luana para que haja o reconhecimento do devido valor da língua. Isso é uma marca paralinguística

que Gumperz (2002, p. 152) entende como sendo as maneiras como as palavras são expressas, ou seja, o ritmo, a ênfase, a pausa, entre outras marcas. A instabilidade (truncamento) que aparece em sua fala quando diz *se ela fo/... se ela tem*, pode nos mostrar que Luana construía seu discurso a respeito da valorização da língua considerando as lutas e os avanços alcançados pela comunidade surda, mas optou por mobilizar outro léxico mais apropriado ao contexto. (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 29)

Os avanços aos quais nos referimos se encontram nas Leis e Decretos aprovados que garantem o ensino da Libras nas escolas, a presença do intérprete de Libras em instituições públicas, incluindo as universidades e escolas públicas, proporcionaram a criação de um curso de graduação que ofertasse a licenciatura em Língua Portuguesa e Língua de Sinais, entre outros a partir da homologação do Decreto 5.626 e das legislações vigentes.

Um dos pontos importantes da pesquisa é o conceito de língua para as participantes. Nesse momento, a resposta à pergunta “O que é língua para você?”, ofereceu uma compreensão do que Luana compreende acerca desde conceito um tanto controverso, considerando os olhares a partir da ciência. Luana respondeu: *É... o problema é que muita gente confunde língua e linguagem e acha que a Libras é uma linguagem... não É... porque... ela tem uma regra a ser seguida... a gente não pode falar de qualquer jeito... se falar como o Português o surdo entende outra coisa... então ela tem estrutura... tem gramática... tem estudo em cima disso... falta mesmo as pessoas entenderem que... que... Libras não é gesto... não é mímica... não é brinCAR... é muita coisa muito SÉria... que assim como o Português tem regra tem estrutura... precisa ser seguido... se não seguir perde o sentido... a Libras é da mesma forma... então ela TÁ mesmo no nível do Português... ela tem tanta riqueza OU MAIS pra mim que o Português. Há, no trecho, uma demonstração de sentimento, quanto à Libras, que se aproxima daquele que se tem quanto à língua materna. O objetivo da pergunta era buscar o conhecimento científico que as participantes possuíam acerca do conceito de língua. No caso de Luana, a resposta foi construída buscando uma definição da língua de sinais.*

O início do trecho nos apresenta uma conceituação do que é a Libras: *muita gente confunde língua e linguagem e acha que a Libras é uma linguagem... não É*. Para Luana a confusão que existe em conceituar a língua é justificada pelo desconhecimento dos ouvintes quanto à estrutura gramatical que ela possui. Não foi preciso usar da repetição para afirmar que Libras é uma língua, pois houve uma marcação de intensidade que foi dada ao verbo ser no final do trecho.

Em seguida, a intérprete continua e afirma: *então ela tem estrutura... tem gramática... tem estudo em cima disso... falta mesmo as pessoas entenderem que... que... Libras não é*

gesto... não é mímica... não é brinCAR... é muita coisa muito SÉria. Ainda nesse momento da sua fala há uma preocupação em não diminuir a língua de sinais perante a comunidade surda e perante seus usuários, pois para ela Libras é coisa séria e não deve ser comparada às brincadeiras de mímicas que os ouvintes praticam. A ênfase dada na primeira sílaba do termo *séria* nos mostra seu posicionamento em relação ao uso da língua e seu valor.

Ao encerrar sua resposta, Luana compara claramente as duas línguas oficiais do país: *ela TÁ mesmo no nível do Português... ela tem tanta riqueza OU MAIS pra mim que o Português.* O pronome pessoal *ela* retoma o termo Libras e podemos compreender que foi usada com um sentido de proximidade com o termo a que se refere, ou seja, há certa intimidade da participante para denominar Libras como ela e não como língua ou língua de sinais, por exemplo. Portanto, para ela, as duas línguas oficiais do país se apresentam em nível de igualdade no que tange à estrutura gramatical, fonética e fonológica. Já no que se refere ao valor social, a Libras ganha mais destaque pois, para ela, é mais rica do que a língua oral.

Esse conceito de riqueza linguística a que Luana se refere, pode ser compreendido pelo viés da cultura surda. Quadros define que

a identificação dos surdos situa-se culturalmente dentro das experiências visuais. Entende-se cultura surda como a identidade cultural de um grupo de surdos que se define enquanto grupo diferente de outros grupos. Essa cultura é multifacetada, mas apresenta características que são específicas, ela é visual, ela traduz-se de forma visual. As formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvintes. (QUADROS, 2004, p. 10)

Para a participante, portanto, há uma característica maior de valoração da Libras que ultrapassa a sua estrutura gramatical e chega à cultural.

No segundo bloco, as perguntas: a) Como você vê a dualidade Libras/Língua Portuguesa, sendo esta a língua majoritária no nosso país?, b) O que você pensa sobre a dicotomia língua/linguagem, em relação à Libras? c) Como você analisa a atuação do intérprete de Libras em ambientes educacionais majoritariamente ouvintes?, foram respondidas a partir das perguntas realizadas no primeiro bloco. O posicionamento de Luana quanto à dualidade Libras e Língua Portuguesa assim como quanto à dicotomia entre língua e linguagem aparece na resposta à pergunta “O que é língua pra você?”, conforme foi analisado acima. A questão C não foi respondida especificamente como um ponto de vista, mas a partir dos relatos oferecidos no primeiro trecho analisado na seção nos é permitido inferir que a intérprete de Libras possui muitos obstáculos a serem vencidos, a começar pela definição das suas funções dentro da

escola, passando também pelo reconhecimento dos professores ouvintes que regem as salas de aula formadas por estudantes ouvinte, em sua grande maioria.

Ao chegarmos no bloco final da entrevista, adentramos um espaço que denominamos de representação, pois buscamos captar quais são os discursos construídos quanto à inclusão do surdo nas escolas, a visão que ouvintes e surdos fazem da língua de sinais e de si pelo olhar da participante.

Para iniciar o bloco, perguntei qual seu entendimento quanto à inclusão do surdo na educação formal. Luana está atuando como intérprete em salas de aula de escolas regulares há dois anos, aproximadamente, conforme foi relatado no trecho inicial, dessa forma, expôs sua defesa sobre a melhor maneira de integrar o surdo no ambiente escolar: *Eu acho que o surdo assim como as outras deficiências que saíram de dentro da APAE²⁷... da FUVAE²⁸... elas... eles PERDERam o lugar... porque até então eles estavam dentro da escola... eles tinham acompanhamento na escola especiAL... e paSSOU pra escola regular e... lá dentro jogaram eles... inseriram eles lá dentro... não incluíram e... ninguém sabe o que fazer [...]... infelizmente o surdo perdeu o lugar dele quando ele saiu de dentro da APAE da... da.... FUVAE pra ir pra escola... eu acho que ele não deveria ter ficado tanto tempo lá dentro da APAE... ele deveria SIM tá dentro da escola... mas TINHA que ter capacitado os professores pra isso pra poder receber eles. [...].* O posicionamento de Luana é claro quanto ao movimento que deveria ter sido feito para inserir o surdo nas escolas. Para ela, era preciso que os professores da escola regular tivessem sido preparados para receber os estudantes vindos das escolas especiais – APAE e FUVAE – e pudessem desenvolver um bom trabalho. Assim, o trecho *eles PERDERam o lugar... porque até então eles estavam dentro da escola... eles tinham acompanhamento na escola especiAL...* nos dá pistas do que significa a escola especial no seu ponto de vista. Ela acredita que estando nas escolas especiais, os surdos recebiam atenção devida, com profissionais capacitados para exercerem as funções. O verbo perder possui um significado muito forte no trecho, pois demonstra a perda de uma condição melhor de tratamento e de educação. Ao se referir à perda, há uma significação valorativa do lugar do surdo na educação, pois não possuindo professores preparados para lidar com a sua cultura e sua forma de aquisição do conhecimento, esses sujeitos não foram inseridos, mas “jogados” na sala de aula regular, conforme nos mostra o trecho *jogaram eles... inseriram eles lá dentro... não incluíram e... ninguém sabe o que fazer.*

²⁷ APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais. Disponível em: <https://apae.com.br/>

²⁸ FUVAE – Fundação Varginhense de Assistência aos Excepcionais. Disponível em: <http://fuvaeapae.blogspot.com/>

Ao utilizar a expressão *jogaram eles*, Luana apresenta um ponto de vista que remete ao início da educação de surdos quando, na efervescência do oralismo, os estudantes eram proibidos de sinalizar e sofriam violência caso contrariassem a regra. O valor simbólico de jogar o surdo dentro da escola apresenta a realidade na qual ela vive e a representa em seu discurso. Temos nesse trecho uma primeira representação do surdo a partir da sociedade ouvinte na palavra da intérprete de Libras. A demonstração de abandono é reiterada pelo trecho *ninguém sabe o que fazer*, pois se deu a chegada dos estudantes na escola regular sem o mínimo preparo do corpo docente e técnico para lidar com as necessidades desses estudantes. Conforme já apontou Lacerda (2009, p 34), houve grande aumento de estudantes surdos inseridos nas salas regulares nas décadas de 1980 e 1990. É mais que justificado que Luana se posicione de forma severa ao criticar a estrutura dispensada aos surdos atualmente, pois são duas décadas à frente do evento inicial.

A próxima pergunta buscava seu posicionamento sobre a visão do surdo a partir do seu lugar de fala: sendo parte da comunidade ouvinte e integrando a comunidade surda. Luana respondeu: *Eu vejo a comunidade surda muito mais aberta do que a comunidade ouvinte...: porque... a comunidade ouvinte não sabe se comunicar... não proCura aprender... não quer saber... vê o surdo lá e fala olha lá o mudinho... não sabe nem a diferença de surdo e mudo... ou chama de surdo mudo ou fala mudinho ou chama de doidinho... mas não coloca o surdo como... suJEito... então tem meio que um afastamento da comunidade ouvinte... agora a comunidade surda... eu vejo que ela quer que mais gente venha participar da comunidade porque... eles precisam interagir... eles precisam se comunicar... [...] a comunidade surda tá aberta mesmo... quer que a gente participe... quanto mais gente a gente chamar pra participar da comunidade melhor pra eles... porque é a oportunidade que eles têm de tá interagindo com outras pessoas... mais gente pra ajudar pra ir na rua... porque nem sempre eles vão conseguir se comunicar... então eles precisam de gente pra ajudar... não pra fazer caridade... pra tá... pra tá... mediando mesmo.*

Nos é apresentado um indicativo do que a comunidade surda significa para a intérprete, pois há mais desígnio de valor a esta do que à comunidade ouvinte. Pela análise, podemos perceber que a comunidade ouvinte não respeita a condição do surdo enquanto sujeito e não respeita sua condição de usuário de uma língua de modalidade diferente da maioria. Ao afirmar que a comunidade surda é mais aberta, a intenção de Luana pode ter como objetivo convidar outras pessoas, a partir da leitura dessas análises, a integrá-la. Quanto à comunidade ouvinte, Luana mostra características negativas quanto à maneira de se nomear o surdo: *mudinho, surdo mudo, doidinho*.

As nomeações utilizadas demonstram, novamente, um preconceito ancorado no desconhecimento, ou como apresentou Gesser (2009, p. 10), nas crenças e nos preconceitos em torno da língua de sinais. A autora explica que desenhou sua obra de maneira que o conteúdo pudesse atingir leitores “surdos ouvintes, leigos, profissionais da surdez, estudantes, professores ou simplesmente curiosos” de forma que pudesse “trazer à tona algumas crenças, preconceitos e questionamentos em torno da língua de sinais e da realidade surda”, além disso, também afirmou que é a discussão dessa temática é “crucial, pois *na e através* da linguagem estamos constantemente construindo representações, crenças e significados afirmados, consumidos, naturalizados e disseminados na sociedade, nos espaços escolares e familiares, muitas vezes como normas ou verdades absolutas. (GESSER, 2009, p. 10)

Disseminar o uso de termos pejorativos relacionados aos surdos e sua condição contribui para ampliar a distância social e cultural já existente na sociedade ouvinte usuária da Língua Portuguesa na modalidade oral. Portanto, a defesa de Luana para que os surdos sejam respeitados e, efetivamente, inseridos na sociedade começa no uso adequado das nomenclaturas.

No trecho *mais gente pra ajudar pra ir na rua... porque nem sempre eles vão conseguir se comunicar... então eles precisam de gente pra ajudar... não pra fazer caridade*, em uma primeira visão pode nos apresentar uma condição de dependência do surdo pelo do intérprete. Essa análise é possível a partir do uso da expressão *de gente*, no excerto. Ao afirmar que, acessando a comunidade surda, estes poderão ter mais acesso àquilo que a comunidade oferece, pois terão suporte linguístico, Luana se insere nesse espaço e se vê na condição de quem colabora para o surdo participar de eventos próprios da comunidade ouvinte. Uma outra forma de análise é considerar que a inserção de mais ouvintes na comunidade surda facilitaria o acesso do surdo aos bens e serviços que ainda são restritos como atendimento médico, advocacia, consumo, lazer entre outras situações corriqueiras para os ouvintes, tornando os surdos independentes da necessidade de intérpretes.

Aproveitando o relato sobre o surdo na sociedade ouvinte, questionei Luana sobre quem seria o surdo no seu entendimento. Ela respondeu: *é o que eu disse... eu vejo o surdo como uma pessoa normal... pra mim só fala outra língua nem vejo alguém como... ah eu não po..sso... é... ele não escuta...:: porque... eu uso óculos... eu não enxergo... então pra mim tá no mesmo nível... então como ele fala uma outra língua eu consigo entender a língua dele então pra mim não tem diferença nenhuma... o surdo é só uma pessoa estrangeira... tá den/... um estrangeiro dentro do país... não vejo diferença nenhuma*. Luana compreende que o surdo não é um ser diferente de outro qualquer, mas possui uma condição única e que, a partir do seu conhecimento

da Libras consegue se comunicar. No entanto, afirma que *é um estrangeiro dentro do país*, uma vez que, por termos um país majoritariamente formado por ouvintes e usuários da Língua Portuguesa, o surdo não consegue exercer plenamente o seu idioma. O uso da justificativa *eu uso óculos... eu não enxergo... então pra mim tá no mesmo nível* faz com que a distância que, até então, era vista como muito grande, seja minimizada por uma condição aceita por todos. O exemplo não faz com que a língua do surdo seja minimizada; pelo contrário, traz pra perto dela a possibilidade de o surdo se reconhecer enquanto sujeito no uso de idioma materno.

A partir do exemplo dos *óculos*, e preparando para encerrar a entrevista, perguntei para Luana qual seria o ideal de inclusão do surdo na sociedade. Ela defende que *deverIA TER Libras como disciplina... pra todo mundo aprender... deverIA ter um instrutor dentro da escola... pro aluno TER contato com alguém... um surdo fluente... deveria ter orientação pros professores [...] nas reuniões sobre adaptação de material e isso TINHA que ser cobrado do professor [...] o surdo ele tinha que estar dentro da escola [...]*. O ideal apresentado corresponde com os anseios da comunidade surda, pois a proposta da escola bilíngue

envolve, pelo menos, duas línguas no contexto educacional. As diferentes formas de proporcionar uma educação bilíngüe a uma criança em uma escola dependem de decisões político-pedagógicas. Ao optar-se em oferecer uma educação bilíngüe, a escola está assumindo uma política lingüística em que duas línguas passarão a co-existir no espaço escolar, além disso, também será definido qual será a primeira língua e qual será a segunda língua, bem como as funções que cada língua irá representar no ambiente escolar. (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 18)

Dessa forma, a escola bilíngue oferece ao surdo a alfabetização em língua de sinais como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda. Luana reflete sobre o papel do professor/instrutor surdo dentro da escola e o coloca como responsável pela disseminação e propagação da língua de sinais para todos da comunidade escolar ao dizer que *deverIA TER Libras como disciplina... pra todo mundo aprender*, pois a expressão *todo mundo* se incumbe de inserir qualquer pessoa que esteja dentro da escola ou fora dela, porém ligada a ela de alguma maneira.

O trecho *deverIA ter um instrutor dentro da escola... pro aluno TER contato com alguém... um surdo fluente...* nos mostra a importância do instrutor surdo na escola, que compreendemos ser a escola regular na qual Luana se insere, pois o uso da forma verbal *deveria* aponta um lugar de fala de quem pertence a uma realidade que não é a adequada, mas a possível, assim como a ênfase no verbo *ter* nos mostra a necessidade do contato do aluno surdo com outra pessoa que possua a Libras como primeira língua. Bakhtin (Volóchinov) (2012, p. 105)

afirma “a língua é uma criação da sociedade, oriunda da intercomunicação ente os povos, provocada por imperativos econômicos”, assim, a relevância do ensino da Libras nas escolas não é apenas pedagógica, mas política e econômica, pois dará ao surdo o direito de realizar suas conquistas em uma sociedade que até então não respeita sua língua. (BAKHTIN (VOLÓCHINOV), p. 2012, p. 105)

As análises realizadas nessa seção demonstraram como Luana se vê e se reconhece enquanto intérprete e usuária de língua de sinais. Pudemos compreender que permeia por sua fala um sentimento de insatisfação pela condição na qual o surdo é inserido na escola, assim como sua condição de profissional intérprete de Libras, em um ambiente despreparado, justamente por não ter sido previamente organizado para receber os alunos surdos oriundos das escolas especiais. É possível determinar o valor da Libras em sua vida profissional, mesmo que por alguns momentos haja um peso maior para outras áreas como a docência, porém, mesmo que futuramente Luana deixe de atuar na área de interpretação, seu vínculo será mantido por meio do contato com a comunidade surda.

2.3. Paula: “*não são gestos meu deus do céu... não são gestos*”

A primeira entrevista a ser realizada contemplando o projeto de pesquisa foi com a intérprete Paula, que atua há quatro anos, prioritariamente, em espaços religiosos, tem formação em Administração de Empresas, com pós-graduação em Gestão Escolar em curso. Ao procurá-la para participar da pesquisa, sua resposta foi imediata e positiva e, em seguida, combinamos local e horário para que pudéssemos conversar com tranquilidade. No primeiro encontro, realizado no mês de Agosto, de 2017, foram feitas as perguntas do primeiro bloco, denominado Contato Inicial. Nesta época, Paula estava grávida de cinco meses. Pesquisas em Linguística Aplicada não apresentam caráter linear, pois dependem da contribuição de participantes que constroem a pesquisa juntamente com pesquisadores e, nesse caso especialmente, houve a gestação e o nascimento de uma filha e, por isso, as outras etapas da entrevista foram adiadas e aconteceram no ano de 2018, nos meses de Novembro e Dezembro. Deste modo, a entrevista de Paula abriu e encerrará o ciclo de coleta de dados que construiu essa pesquisa.

Em Agosto, a entrevista com Paula aconteceu em sua residência, por ela achar mais cômodo e, também, ser de fácil acesso. Para me receber, ela preparou um café enquanto nos ambientávamos para iniciar a conversa. As impressões sobre esse primeiro encontro foram registradas no diário de campo.

Marcamos de nos encontrar em sua casa, às 19h. Quando cheguei, Paula me serviu um café enquanto conversávamos sobre os momentos da sua recente atuação profissional em um vídeo institucional de uma grande empresa. O bate-papo fluiu com leveza e naturalidade até o momento em que oficializamos o início da entrevista. Houve, então, uma preocupação de Paula com o cachorro e com a chegada do esposo, pois o barulho poderia atrapalhar nossa conversa. Houve, também mudança da sua postura, ao se sentar, e do tom de voz. Ao longo das respostas percebi certa preocupação ao escolher as palavras fazendo o discurso se tornar mais formal. (DIÁRIO DA PESQUISA, 29/08/2017)

Esta mudança de postura ao iniciar a gravação da entrevista caracteriza que, por mais íntimo que fosse o espaço escolhido para a coleta dos dados, há preocupação e mudança de postura criando um ambiente mais formal. A espontaneidade é outro fator importante que corrobora para a escolha da entrevista como método desta pesquisa. Sendo o assunto de interesse de ambas as partes – pesquisador e entrevistada – quanto mais espontânea for a conversa, melhor para a pesquisa. Boni e Quaresma (2005) também falam da afetividade entre os participantes e explicam que os “aspectos afetivos e valorativos dos informantes [...] determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 8) e como a pesquisa busca as crenças e sentimentos e os valores presentes nos discursos dos TILS sobre a língua de sinais, a afetividade é um caráter importante na geração dos dados.

Bakhtin diz que os falantes moldam seu discurso em conversas cotidianas de maneira flexível, criativa ou de acordo com a situação de comunicação. Paula se organizou discursivamente de duas maneiras para proceder às respostas, ou seja, antes e durante as perguntas. (BAKHTIN, 2016, p. 38)

Para iniciar a entrevista, conforme as duas primeiras análises, perguntei como se deu o primeiro contato com a língua de sinais. Nos primeiros 5 minutos da entrevista já foi possível perceber como Paula valoriza a língua de sinais, aproximando-a de suas experiências religiosas. Paula responde: a... *Libras pra mim começou como um momento evangelístico... e::... aí eu... orei a Deus... pedindo a Deus uma oportunidade de aprender Libras... porque::... a própria Bíblia diz que como ouvirão se não há quem pregue?... então... de uma certa forma os surdos... eles ficavam excluídos... da comunidade em si né cristã... e aí... eu fui orando a Deus até que surgiu a oportuniDAde em 2013 pela igreja que eu congregava e... fiz o curso de... do mês de Fevereiro a Outubro.. e... quando eu... fiz eu vi que realMENTe era o que eu queria... era o que eu gosTava me:smo, que na verdade eu AMAVA... né e amo (risos) a Libras até hoje e LÁ eu tive o meu primeiro contato com o surdo... inicialmente eu fiquei muito tímida, tive MUITA timidez perante ele.. tanto que eu só fui conversar com ele MESmo no final do curso. Podemos*

perceber que Paula escolhe o termo *Libras* para abrir seu discurso. Ao realizar essa escolha, Paula nos mostra a cristalização das nomenclaturas da comunidade surda no seu vocabulário. A escolha desse termo, e não outros, demonstra conhecimento sobre cultura surda, o que envolve, entre outros cenários, os embates de reconhecimento da Libras como língua oficial da comunidade surda brasileira. Culturalmente, a Libras é uma língua minoritarizada, que sofre com o preconceito de grupos ouvintes considerados majoritários. Para a comunidade ouvinte, a surdez, talvez ainda seja vista como a perda de um dos sentidos necessários à inserção plena na sociedade. Para o surdo, no entanto, essa perda não seria tão significaria se não fosse pela postura de uma sociedade majoritária que tem carregado, anos a fio, a condição de país monolíngue, desconsiderando a Libras como segunda língua oficial e as tantas outras línguas indígenas orais existentes Brasil afora, conforme apontamos.

O excerto nos mostra que o primeiro contato de Paula com a Libras aconteceu na igreja. Isso é possível perceber pela expressão *momento evangelístico*. Ao referir-se a esse primeiro contato, a intérprete não está apenas respondendo a uma pergunta realizada pela pesquisadora, está também, construindo sua relação com a Libras e, conseqüentemente, sua identidade de intérprete no universo das práticas religiosas. Esse é um dado importante, tendo em vista a compreensão de que, segundo Mondada e Dubois (2003, p 34), “não se pode mais considerar nem que a palavra ou a categoria adquirida é decidida à priori ‘no mundo’, anteriormente a sua enunciação”, de modo que os objetos do mundo são também objetos do discurso. Nesse sentido, a existência de uma língua é estabelecida e negociada discursivamente.

A expressão *igreja que eu congregava* aponta para o lugar social onde sua relação com a Libras começou e remete ao trecho *momento evangelístico*. Ao situar igreja como aquela em que frequentava, – *congregava*, para ela – a interprete constrói-se como um sujeito engajado em uma determinada comunidade. Pode-se inferir, desse excerto, que Paula coloca-se em uma posição de quem está envolvida com as práticas evangelizadoras de uma comunidade. Nessa interpretação, a atuação em congregação nos parece associada com sua atuação como intérprete.

Em outro trecho, *ai eu... orei a Deus... pedindo a Deus uma oportunidade de aprender Libras...*, Paula demonstra pertencimento, de acordo com o que reforça Gumperz (2002, p. 149) em relação às pistas de contextualização. A vontade de aprender língua de sinais se vincula à uma instituição religiosa e não uma instituição educacional onde, normalmente, ouvintes buscam os cursos. No trecho, há associação da palavra *orei* com o termo *momento evangelístico*, do início do excerto e nos mostra que seu discurso percorre um caminho cronológico considerando o início e os fatos que se seguiram. Essas associações de sentidos são importantes para relacionar um termo a outro, pois contribuem para a consolidação do

enunciado. *Orei*, nesse caso, seria como um complemento de sentidos para *momento evangelístico*, pois há uma relação semântica na prática discursiva entre os dois termos.

A recorrência da palavra Deus é vista por Gumperz (2002, p. 149) como uma pista de contextualização que marca o discurso de Paula e colabora para a sinalização do propósito conversacional, além de ser uma forma de ênfase. Neste caso, é importante considerar que a intérprete ao utilizar o termo já nos mostra seu posicionamento em relação à língua de sinais e quais são seus propósitos como profissional. Paula cita um trecho da Bíblia para justificar suas escolhas até então, também considerada uma pista linguística. Ela diz: *porque:... a própria Bíblia diz que como ouvirão se não há quem pregue?*. Aqui a escolha da citação bíblica não é aleatória e tem relação direta com o sujeito surdo ao fazer a oposição ouvir versus não ouvir.

Na continuação de sua justificativa, Paula afirma: *então... de uma certa forma os surdos... eles ficavam excluídos... da comunidade em si né cristã...* Temos, nesse trecho, o uso do operador argumentativo *então* que marca uma ideia de fechamento do enunciado a partir do trecho bíblico. Pode-se compreender que se não há quem comunique aos surdos, existe uma consequência na sociedade que culmina com a exclusão desses sujeitos. Novamente, tem-se a retomada da temática dos embates da comunidade surda para o reconhecimento da Libras como língua oficial dos surdos brasileiros. A intérprete mostra-se plenamente engajada na luta em prol da valorização da língua de sinais e a preocupação com a exclusão dos surdos mostra-a como uma profissional que busca, além do conhecimento da língua, o sentimento de acolhimento dos surdos no seu local de fala, qual seja, a igreja²⁹.

A palavra *surdos*, presente no excerto, marca fortemente uma das maiores lutas da comunidade surda no que tange ao reconhecimento do sujeito e suas identidades. Historicamente ele recebeu diversos nomes como surdo-mudo, deficiente auditivo, “cujas nomeações, como todas as outras, imprimem valores e convenções na forma como o outro é significado e representado [...]” (GESSER, 2009, p. 46) trazendo comumente uma carga semântica que imprime preconceito e exclusão. No entanto, a escolha feita por Paula demonstra claramente o domínio dos termos defendidos pela comunidade surda brasileira.

²⁹ O uso da palavra *excluídos* faz referência à toda história dos Surdos desde a Idade Média, em que pessoas com deficiência eram escondidos ou sua deficiência lhe custava a vida, vivendo sob preconceito, piedade e até considerados como insanos para a sociedade de uma determinada época. A palavra em estudo tem grande peso na cultura Surda e já aponta que a intérprete também possui conhecimento histórico sobre surdos e não apenas sobre a língua. Durante muito tempo os surdos foram vistos pelos ouvintes como aqueles a quem se deve ter piedade, que precisavam de cuidado, que davam pena e dó pois não podiam se comunicar com outras pessoas, portanto não se socializavam. (GESSER, 2012, p. 84).

Além disso, historicamente, os surdos viveram a hegemonia dos ouvintes e foram considerados, por eles, incapazes, loucos, sofrendo com preconceito e discriminação. Para os ouvintes, ser surdo significava ser um ser humano menor, correspondia à falta de duas características básicas para a convivência em sociedade: a audição e, conseqüentemente, a fala. No entanto, para os surdos congênitos a surdez não significa uma perda, portanto, podemos considerar que ser surdo não é nem melhor e nem pior do que ser ouvinte, é apenas diferente. (GESSER, 2012, p. 89)

No trecho *eu fui orando a Deus até que surgiu a oportuniDAde em 2013 pela igreja que eu congregava e... fiz o curso de... do mês de Fevereiro a Outubro*, o uso do operador argumentativo *até* nos permite inferir um sentido de objetivo alcançado após um período dedicado de orações, com vistas a alcançar um propósito vinculado com a instituição a qual pertence. Todo discurso até o momento se pauta no seu relacionamento com a igreja. O pronome pessoal de primeira pessoa que aparece no trecho *quando eu fiz*, deixa marcada a posição de sujeito com ênfase no objetivo consolidado e concretizado, uma vez o verbo se encontra no tempo passado, marcando que a ação foi realizada.

No trecho *quando eu... fiz eu vi que realMENTe era o que eu queria... era o que eu gosTAVA me:smo, que na verdade eu AMAVA... né e amo (risos) a Libras [...]* há uma espécie de gradação do sentimento em relação à língua que se encontrava em aprendizado. Parece, ainda, ter como objetivo acentuar e trazer mais exatidão à descrição que a intérprete tenta fazer de seu processo de aprendizagem. Tais modos de organização da fala, novamente, descrevem como Paula se apresenta diante da Libras. A escolha dos tempos verbais apresenta uma carga semântica de valoração quanto ao sentimento de aprender a língua de sinais. O crescente tem relação direta com o que Paula sente pela língua e que de forma indireta, por meio de algumas escolhas lexicais, se deixa evidenciar. A troca dos verbos e a intensificação na voz nos mostra a profundidade do envolvimento dela com a língua. A linearidade do trecho fica evidenciada com a substituição dos verbos que demonstram sentidos diversos, pois o uso do verbo *querer* não nos demonstra envolvimento, já o *gostar* amplifica o desejo de aprender a Libras e aproxima a intérprete do seu objetivo. Quando o verbo escolhido é *amar*, a ação se torna subjetiva, portanto mais intensa e traz a ideia de algo duradouro. Para encerrar o crescente, Paula utiliza o verbo *amar* inserindo-se como sujeito do discurso e como parte da comunidade surda.

Ao final do trecho em que aparece o verbo *amar*, o marcador conversacional *né*, forma contraída da negação “*não é*”, aparece com características de um pedido de concordância entre a entrevistada e a entrevistadora. Também pode ser compreendido como uma forma de autoafirmação por parte da entrevistada como uma expressão retórica, pois nos apresenta a ideia

de que ela quer efetivar o sentimento pela língua de sinais antes de usar o verbo amar. Outra marca linguística presente no excerto em análise é o operador argumentativo *lá* que vai servir, na fala de Paula, para realizar a retomada da expressão do início do excerto: *igreja que eu congregava*, além de afirmar que foi na sua igreja onde teve o primeiro contato com um surdo.

Ao final do excerto, portanto, o trecho *inicialmente eu fiquei muito tímida, tive MUITA timidez perante ele... tanto que eu só fui conversar com ele MESmo no final do curso*, apresenta o relato de Paula quando teve contato com um surdo pela primeira vez. Desse trecho é possível compreender que, mesmo com a vontade a aprender a língua de sinais, em seu primeiro contato com a língua ensinada, a timidez foi a característica que se sobressaiu no contato inicial. Essa é uma característica é muito comum nos estudantes que iniciam na língua de sinais porque, como a modalidade principal da língua é a visual, é necessário se desprender de estigmas para se dedicar ao aprendizado integral de sua estrutura. Gesser (2009, p. 14) explica que os parâmetros da Libras foram elencados, inicialmente, como 3 mas, atualmente, se consideram 5 ao todo. Foram incluídos o movimento (M) e as expressões não-manuais ou expressões faciais e corporais. Este último é o que causa maior temor justamente por trabalhar com os movimentos faciais como os da sobrancelha, dos lábios, da bochecha e dos olhos e costuma deixar os aprendizes desconcertados. (GESSER, 2009, p. 14).

No segundo trecho, ainda da primeira pergunta, Paula relata mais detalhes do seu percurso como aprendiz da língua de sinais. Ela diz: *tinha um surdo... só tinha ele de surdo e os professores que davam o curso, eles eram ouvintes... e aí, depois em 2014 aí nós fizemos o curso... né... que foi o Libras Básico e Deus enviou um professor surdo... e... eu pude desenvolver mais ainda porque tudo que eu tinha aprendido em 2013... de fevereiro a outubro... em 2014 eu apliquei com ele é... e a prática que eu atribui... que eu adquiri com ele fez com que eu me desenvolvesse melhor*. Aqui cabe a reflexão sobre a presença de um professor surdo no curso de Libras, pois sendo ele um usuário fluente da língua, é fundamental que possa ensiná-la para ouvintes e outros surdos que necessitem adquiri-la, conforme garante o Decreto 5.626/2005 em seu artigo quarto, parágrafo único: “As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput³⁰”. (BRASIL, 2005)

Considerando o relato de Paula ao encerrar como seu deu o processo de aquisição da língua de sinais, percebemos que o discurso religioso aparece antes da própria língua de sinais. Especialmente no excerto em análise, o uso do marcador conversacional, *né* busca uma

³⁰ Art.4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

reciprocidade entre pesquisadora e entrevistada, visto que ambas estiveram juntas no curso de Libras em 2014. Aparece, também, a palavra *Deus* incorporada ao discurso para explicar o professor contratado para ministrar as aulas no curso básico. O adjetivo *surdo* que acompanha o substantivo pode possuir a intenção de identificar o professor como alguém diferente dentro de uma categoria profissional, uma vez que a língua ensinada é pertencente a uma comunidade específica.

Dando continuidade, busquei saber como seu dava sua efetiva atuação como intérprete. Paula contou: *é... eu tive a oportunidade de interpretar alguns seminários...alguns miniseminários pela igreja que eu congregava... e eu fui convidada pra participar de.. um lugar onde... é...dessa igreja que eu congregava... que tinha vários estudos bíblicos...e.. hoje eu atuo como intérprete de Libras na atual igreja que eu congrego... como líder do ministério... com surdos... que chama Efatá e lá a gente interpreta para os surdos... é... ensina os alunos também tem alguns alunos que eu tenho ensinado... a minha atuação ela é...bem direta...porque pelo fato de eu ser líder desse ministério, então acaba que eu atuo com... mais...é... bem mais... como eu posso dizer...bem mais ativa... a gente tem um momento de louvor... então a gente interprete o louvor... inicialmente os alunos são novos e muitos ainda não conseguem interpretar sozinhos... tem o período do recado... que é desenvolver do culto... a gente tem um período que fala sobre o dízimo... e a oferta... e aí vem a mensagem... e aí no decorrer da mensagem... lê-se o texto da Bíblia... e vem... é... discorrendo toda explicação da Bíblia com aplicação pessoal... e aí finaliza com o louvor... é interpretado o louvor... tem um período de oração e encerra o culto... e eu tive a oportunidade de interpretar um vídeo institucional pra uma empresa muito bem reconhecida.* Percebemos no excerto que há dois momentos distintos que separam as primeiras experiências como intérprete. Nas primeiras vezes, a atuação ocorreu em um evento público, ou seja, *alguns seminários...alguns miniseminários* todos pela igreja que ela frequentava e, após, um tempo houve um convite para integrar um ministério religioso denominado Efatá. A partir dessa nova experiência, como líder, Paula passou a representar os fiéis no que tangia à língua de sinais, inclusive ensinando-a a alguns e interpretando os cultos da igreja.

No excerto há um rico detalhamento das etapas que organizam o culto interpretado aos fiéis surdos da igreja, passando pelos louvores, que ela explica ao dizer sobre os novatos: *os alunos são novos e muitos ainda não conseguem interpretar sozinhos*, o que, no nosso entendimento acaba sobrecarregando Paula quanto ao tempo de interpretação. Recentemente, o projeto de Lei 9.382/2017 apresentou, entre outras alterações, a carga horária diária e semanal de trabalho dos profissionais, estabelecendo, também, que acima de uma hora de interpretação,

há obrigatoriedade de revezamento com, no mínimo, dois intérpretes de Libras. Ao narrar seu ritmo de atuação, explicitando que ele se dá de forma *bem mais ativa*, se comparado aos outros intérpretes do ministério, Paula pode colher frutos dessa dedicação e conta que surgiu a oportunidade de participar de uma interpretação fora dos espaços religiosos, como ela relata no trecho: *e eu tive a oportunidade de interpretar um vídeo institucional pra uma empresa muito bem reconhecida.*

Aliado a tudo que foi explicitado até então sobre o contato inicial e a atuação profissional, perguntei à Paula qual a importância que língua de sinais possui na sua vida. Ela respondeu: *como eu iniciei... né... na entrevista... o primeir/... o meu... a primeira decisão de aprender Libras era evangelística... e aí... conforme eu fui aprendendo a Libras eu fui AMANDO a Libras... e eu AMO a Libras... então... é... o que eu acho mais importante... eu entendo que é o mais importante... é a comunicação com o surdo... [...] eu costumo dizer... que quando eu converso com um surdo é como se realmente eu ouvisse a voz dele nos meus ouvidos...é uma experiência... assim... maravilhosa... e eu faço por amor... quando você ama mesmo... igual eu... eu AMO mesmo a Libras e vi que realmente era o que eu queria... isso não vai sair da gente...[...] realmente quando eu tô com o surdo eu envolvo e eu me sinto uma surda junto com ele.. é amor mesmo.* Em seu discurso o que nos chama a atenção é o sentimento de amor que Paula apresenta quando se refere à Libras, pois, apenas no excerto acima, o verbo aparece seis vezes. Esse verbo não aparece apenas nesse excerto, já tendo sido citado em outro anteriormente, portanto, podemos dizer que é o sentimento que define a relação da intérprete com a Libras. Quanto à definição de importância que Paula dá à língua de sinais, a comunicação é o primeiro ponto, visto que, sendo a língua da comunidade surda, deve ser primordial que se estabeleça uma forma de contato entre ambos sujeitos conversacionais. Esse processo comunicacional é chamado de enunciado, por Bakhtin (2016, p. 28-29), pois, a existência de um discurso se dá na “forma de enunciados concretos de determinados [...] sujeitos do discurso” e Paula defende que o processo conversacional é o que mais possui importância quando se trata da Libras, portanto a construção de enunciados concretos em sinais.

Se o processo de comunicação tem o valor que Paula emprega, perguntei a ela, quem é o intérprete de Libras considerando o papel que ele exerce nesse processo comunicativo entre surdos e ouvintes e entre surdos e surdos. Ela disse que: *o intérprete de Libras...ele:: tem uma grande responsabilidade... porque... quando você... faz a tradução simultânea ouve e passa a mensagem pro surdo... eu vejo que é uma GRANDE responsabilidade e é um profissional de grande importância... PORQUE... não é a minha opinião que vai ficar ali... mas é o que tá sendo dito... [...] então... o profissional mesmo o intérprete de Libras... ele é... ele tem o*

reconhecimento... né... porque cê preci/..., ele é especial. Ao falar do reconhecimento que o intérprete tem, pedi que ela explicasse um pouco mais a respeito. Ela afirmou que seria o reconhecimento *do esforço... né... porque eu tenho experiência na comunidade surda que os surdos... eles ficam GRAtos porque quando eles vêem... puxa vida uma pessoa tá aprendendo a minha língua... né... então eu vejo reconhecimento na comunidade surda.* No excerto não houve, com clareza, uma definição de quem é o intérprete, mas uma apresentação da responsabilidade que permeia a atuação profissional, o que pode ser visto quando Paula afirma que *não é a minha opinião que vai ficar ali... mas é o que tá sendo dito.* O trecho *minha opinião* nos apresenta um cuidado ético na interpretação para que o surdo possa receber fielmente as informações repassadas. O Código de Conduta e Ética aprovado pela Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guiaintérpretes da Língua de Sinais, prevê em seu artigo 9º que é vedado ao TILS e ao GI³¹ “dar conselhos ou opiniões pessoais, exceto quando requerido e com anuência do Solicitante ou Beneficiário”, ou que significa que deve se primar pela imparcialidade interpretativa. Paula afirma, também, que há um reconhecimento do intérprete de Libras *porque ele é especial*, dessa forma há uma diferenciação pelo fato de dominar uma língua visual, o que merece destaque junto à comunidade surda. Ao explicar que reconhecimento seria esse, Paula volta a se situar no campo dos sentimentos e afirma que é a gratidão dos surdos pelos intérpretes aprenderem sua língua que os faz receber o devido reconhecimento.

O primeiro bloco encerrou-se com as contribuições de Paula acerca da sua atuação como intérprete. A partir das análises foi possível perceber que a língua de sinais não é apenas outro idioma aprendido, mas vai além do signo linguístico e perpassa a cultura, a história e a vida dos sujeitos surdos deixados à margem pela sociedade.

O bloco seguinte, denominado Língua de Sinais, busca saber sobre essa língua, enquanto signo linguístico para uma comunidade, na visão da intérprete. A primeira pergunta é O que a Libras para você? A partir da questão, buscamos compreender como a participante a define. Paula responde: *a Libras... é a língua... fundamental pro contato com os surdos... né... é conhecida como L2 pra nós... ouvintes... né... e pra mim... a Libras... é uma língua extremamente importante... alguns pensam assim...ah... um dia eu vou aprender a Libras...ah, é uma... é... são gestos...não são gestos meu deus do céu... não são gestos... ou alguém chega e fala assim...ah... não... faz o seguinte...eu vou falar só isso e isso e você resume... e põe só isso... isso... e isso... aí você tem que...com toda calma explicar... olha... Libras é uma*

³¹ Sigla para Guiaintérprete

LÍNGUA... oficial... brasileira e... não tem como resumir... eu vou interpretar o que tá sendo dito. Em seu relato, a resposta vem ao encontro do que a legislação apresenta, ou seja, é a língua oficial da comunidade surda brasileira (BRASIL, 2005), porém há um adendo quando ela afirma que *é conhecida como L2 pra nós... ouvintes.* Ao se incluir como ouvinte, por meio do pronome *nós*, Paula se reconhece usuária da Língua Portuguesa como primeira língua e utiliza o termo *L2*, que é a sigla para língua dois ou segunda língua para se incluir como usuária da língua de sinais como segundo idioma fluente. No trecho *é a língua... fundamental pro contato com os surdos*, podemos compreender que Paula quer trazer os surdos para próximo da comunidade ouvintes e que, sem uma língua conhecida por essas pessoas, não há forma de se estabelecer contato. Portanto, a Libras, em sua visão, é uma ferramenta de comunicação com os surdos e que é considerada *uma língua extremamente importante.*

Interessante como Paula se coloca na posição de defensora dos direitos linguísticos dos surdos ao dizer *não são gestos meu deus do céu... não são gestos.* Gesser explica que em seus estudos sobre o ensino da Libras para ouvintes percebeu várias crenças e mitos, entre eles a de que a língua de sinais é mímica. Ela afirma que nesse conceito está implícito

um preconceito muito grave, que vai além da legitimidade linguística ou mesmo sobre quaisquer relações que ela possa ter (ou não) com a língua de sinais [...] está associada [...] uma visão embasada na anormalidade, segundo a qual o máximo que o surdo consegue expressar é uma forma pantomímica indecifrável e somente compreensível entre eles. Não à toa, as nomeações pejorativas [...] têm sido equivocadamente atribuídas a esses indivíduos. (GESSER, 2009, p. 21)

Paula, portanto, quer que construções preconceituosas, como as apresentadas, sejam substituídas por nomenclaturas corretas e pertinentes à cultura e à comunidade surda. A expressão *meu deus do céu* nos faz compreender que não há mais tanta calma para corrigir ouvintes desinformados que não parecem se interessar pelo contexto no qual ela se insere e, portanto, é preciso recorrer à uma entidade religiosa para que haja esse momento de lucidez que permita explicar, mais uma vez, a forma certa de se nomear os sinais da Libras. Nesse sentido, Bakhtin (Volóchinov) (2012, p. 96) diz que “para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma linguística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta”, assim como a Libras significa para Paula. (BAKHTIN (VOLÓCHINOV), 2012, p. 96)

Aproveitando a construção final dessa resposta, quis saber como a língua de sinais era vista nos ambientes que ela frequentava. Pela resposta: *as pessoas que estão envolvidas*

mesmo... né... pra trabalhar no ministério... elas... é... realmente veem a Libras como LÍNGUA... e eles têm o mesmo desejo que eu... de comunicar... [...] não se ser intérprete, mas de comunicar com o surdo, vemos que na igreja há grande envolvimento dos fiéis que participam do ministério no qual ela é líder, em respeitar a Libras e respeitar o surdo, assim, buscam realizar exclusivamente a comunicação. Nesse momento, no trecho e eles têm o mesmo desejo que eu... de comunicar... [...] não se ser intérprete, Paula nos demonstra que a interpretação não seria seu objetivo principal ao usar a língua de sinais e retoma o que disse na questão anterior sobre a Libras ser uma língua para comunicação entre surdos e ouvintes. Esse termo – comunicar – voltou na próxima pergunta. Perguntei a ela qual o seu entendimento do termo língua. Percebemos certa insegurança de sua parte, de forma que houve uma tentativa de reformulação da pergunta, mas não foi necessário. Ela afirmou no começo da resposta eu vou tentar responder e disse: a língua em si o papel fundamental dela, é a comunicação... tanto a língua de... verbal... não sei se é assim que eu posso dizer... quanto a de sinais...e não só... brasileira só o português... eu gosto MUITO de idiomas... isso pra mim é fascinante...é a oportunidade de você poder comunicar com... outros povos... outras nações... e eu quero... mesmo... eu tenho desejo... de trabalhar mais... outros idiomas. Para ela, a comunicação entre povos e usuários de línguas diversas é que a fascina e deixa possibilidades de atuação profissional futuras, mas no que tange ao termo língua, em si, a comunicação é o que Paula usa para construir sua resposta.

As discussões acerca da língua de sinais e da Língua Portuguesa permeiam o universo das participantes que integram a pesquisa e, com Paula, não foi diferente. Ao se considerar que o Brasil possui dois idiomas oficiais, o valor legal que os documentos oferecem ainda está distante do ideal quando se trata do valor social que a Libras possui, ou seja, são 16 anos de reconhecimento por meio da Lei 10.436/2002 e ainda precisamos pesquisa e defender o tema perante a comunidade ouvinte. Quanto à dualidade que existe entre ambas línguas oficiais do Brasil, a partir da contextualização apresentada juntamente com a pergunta, Paula se posiciona: *a língua brasileira... que nós falamos... juntamente com a Libras... isso fica um pouco... assim... a indignação... né... a gente fica entristecido... nossa língua... a L1... né... pra nós... ela é fundamental... mas a L2... pra nós... não deixa de ser tão fundamental quanto... isso dá um sentimento de indignação, porque não é a língua do futuro... é do PRESENTE... é HOJE... é o que nós vivemos...é muito triste essa realidade que a gente... né... a gente depara... mas ambas pra mim tem muita importância... pena que nem todos entendem assim. Sua defesa se dá a partir do entendimento de que as duas línguas merecem o mesmo peso e valor perante a sociedade e resume seu sentimento nos termos indignação e tristeza, como mostra o trecho a indignação...*

né... a gente fica entristecido. O pronome *nós* aparece com dois sentidos possíveis, em sua resposta. O primeiro, no trecho *a L1... né... pra nós*, tem como objetivo se dirigir aos ouvintes, aos quais nos coloca como integrantes, uma vez que a sigla L1, ou primeira língua, se refere à Língua Portuguesa. Já no segundo momento em que o pronome aparece – *mas a L2... pra nós* – coloca Paula na condição de intérprete de Libras, usuária de uma segunda língua e aqui, talvez, também haja a intenção de nos incluir como usuários de uma segunda língua. Assim, Paula encerra sua resposta reafirmando seu sentimento de indignação, justificando que a Libras deve ser considerada como idioma oficial neste momento e não com a intenção de uma valorização futura.

Pedi que Paula fizesse uma exposição sobre como o intérprete de Libras é visto nos ambientes os quais ela frequenta, já que a pergunta elaborada como roteiro visava os espaços educacionais e este não é o seu local de fala. Paula explicou que na sua igreja há uma acolhida das pessoas com deficiência de maneira geral, não apenas surdos, mas de forma que todos se sintam integrados na comunidade religiosa e possam fazer parte dela, conforme mostra o trecho: *Deus dando condições... a gente pode trabalhar com eles ali também... inseri-los... é uma inclusão... mas uma inclusão... uma inclusão MESMO... todos participando... ali juntos...tentando ajudar um ao outro... aprendendo... nem que seja um pouquinho* e, quanto à figura do intérprete, especificamente, ela afirma: *eu vejo que falta... mais... iniciativa das pessoas pra poder divulgar a questão do intérprete de Libras... eu penso que PODE haver uma iniciativa maior... mas a igreja em si, no meio que eu vivo... né... é importante divulgar.* A importância de se divulgar a participação dos intérpretes nos espaços frequentados por surdos é a grande preocupação de Paula, uma vez que, no ambiente em que ela está, existe a iniciativa a partir da sua liderança da formação de outros intérpretes de Libras. Isso explica o motivo pelo “seja tão comum encontrar comunidades surdas vinculadas a organizações religiosas e, nestes contextos, a presença mais marcante dos TILS”, já que há empenho das organizações em receberem os surdos e conhecerem a língua de sinais. (LARCEDA, 2009, p. 28)

As análises apresentadas até o momento são referentes aos dois primeiros blocos da entrevista, os quais foram coletados, como apresentado no início da seção, na residência de Paula. A última etapa da entrevista foi realizada em seu ambiente de trabalho. As anotações do diário de campo relatam as impressões sobre o momento e apresenta outras reflexões:

Após um ano e três meses do primeiro contato, nos reunimos para encerrarmos a entrevista. A forma que encontramos para atender aos nossos horários disponíveis foi utilizar seu local de trabalho, no intervalo do almoço. Não era o melhor lugar, pois havia muito barulho externo, mas eu precisava utilizar o

tempo e o espaço disponíveis. A ideia inicial era realizar todo o terceiro bloco em um encontro, no entanto, Paula se confundiu com a data e no dia marcado almoçou fora da empresa. Isso nos fez perder um pouco de tempo, porém conseguimos conversar sobre a primeira pergunta do bloco. Marcamos para o dia seguinte a continuação da entrevista, porém dessa vez fui eu que passei por uma situação pessoal e não tive como comparecer. Assim, remarcamos para quatro dias depois e conseguimos conversar sobre as últimas perguntas do terceiro bloco. Preciso registrar que Paula não é mais a mesma do primeiro encontro e percebi um amadurecimento técnico, se é que posso chamar assim, a partir das respostas que ela me apresentou. Encerramos, portanto, um ciclo que teve diversas situações pessoais envolvidas, entre elas, o nascimento da filha de Paula e a morte de minha avó. Vejo que realizar pesquisa em Linguística Aplicada é muito mais do que coletar dados e fazer análise, pois as pessoas envolvidas também fazem a pesquisa acontecer. (DIÁRIO DA PESQUISA, 05/11/2018)

Acreditamos que as reflexões apresentadas demonstram o caminho percorrido na construção da pesquisa, pois a participação dos profissionais intérpretes de Libras é o principal material desta pesquisadora e, sem eles, não há análises tampouco um instrumento de luta pelo reconhecimento e valorização da língua de sinais e da comunidade surda. Celani (2005, p. 109) define muito bem a pesquisa em Linguística Aplicada, ao dizer que “não existe, portanto, linguagem ‘científica’ para descrever a vida social do lado de fora, para olhar e interpretar os dados. A construção dos significados é feita pelo pesquisador e pelos participantes em negociação”, por isso a necessidade de um diário de pesquisa fiel aos acontecimentos. (CELANI, 2005, p. 109)

A primeira pergunta do terceiro bloco busca saber sobre a inclusão da pessoa surda na educação formal. É importante situar que Paula nunca atuou na educação formal, conforme mostramos nas análises anteriores. Seu local de atuação é na igreja. No entanto, ela trabalha em uma instituição de educação profissionalizante, na área administrativa, que possui estudantes surdos. Sobre o tema, ela respondeu: *na escola realmente eu não conheço... agora aqui... nós estamos com... T. e M. ... e... eu tenho acompanhado... é... o G. tá aí como intérprete... e eu tenho acompanhado que o pessoal tem dedicado... eles estão renDENdo... sabe... você vê que eles estão evoluindo... [...] você VÊ que todos estão empenhados.* Com sua colocação, nos é permitido inferir sobre a necessidade de acompanhamento de surdos inseridos nas instituições de educação profissional privadas, uma vez que as públicas devem seguir a legislação em vigor. Paula percebe que a atuação do intérprete possibilita o avanço dos estudantes, pois se vê a dedicação e *vê que eles estão evoluindo... [...] você VÊ que todos estão empenhados.* Ao ler a resposta apresentada, não foi possível aprofundar na análise pois não há dados suficientes, no entanto, buscando trazer Paula para o universo da pesquisa, perguntei a ela sobre educação

bilíngue para surdos. Ela não conhece o método de ensino, portanto, não faremos análise da resposta apresentada.

De acordo com o que Celani (2005, p. 109) discute acerca de pesquisas em Linguística Aplicada, situação como a que aconteceu na pergunta anterior deve ser considerada como riscos e problemas imprevistos “pois se trata de uma situação aberta, com um fim não previsível”, já que a elaboração das perguntas é o primeiro passo da pesquisa, antes mesmo do contato com os futuros participantes.

A próxima pergunta busca saber como Paula enxerga o surdo a partir do contato externo aos momentos de interpretação. Ela relata: *o contato que eu tenho fora é o J. ... e o T. ... [...] são só eles... eu não tenho contato assim... direto... então os momentos que eu tenho... quando eu vou em algum evento que tem surdo...[...] o que eu tinha muito contato mesmo... foi o C... foi até ele que me deu o sinal... acho que é essa dificuldade... ir ao médico... no dentista... chegar na farmácia e comprar um medicamento... e aí... darem o medicamento incorreto pra eles... acho que a parte de saúde é o que mais pesa... agora... uma experiência que eu tive também fora foi o teatro... aí eu fique LÁ: em cima... eu fique lá em cima... e o teatro acontecendo assim do lado e eu fiz tudo... do jeito que eu entendia que tava certo... assim... acho que fiz surtir efeito.* Percebemos que Paula percebe o surdo como um sujeito inserido socialmente, mas que ainda demanda algumas necessidades, principalmente direcionadas à saúde, a qual ela considera mais importante, conforme o trecho *acho que a parte de saúde é o que mais pesa*. Em função do seu pouco contato, Paula não consegue definir claramente como se dá relação dos surdos com os ouvintes. Ela percebe que aqueles que estão próximos a ela são independentes e conseguem realizar ações cotidianas com facilidade. A partir da sua vivência nos espaços religiosos, vimos, também, que há grande interesse de sua parte que os surdos sejam respeitados e incluídos.

A partir dos relatos do contato que Paula tem com os surdos fora da igreja, perguntei sobre a relação dos surdos com os ouvintes em sociedade. Ela diz: *do J. e do C. eles têm facilidade... muita facilidade... com ouvinte... surdo... independente... eles têm muita facilidade também de te ensinar... o T. eu acredito que ele tenha mais dificuldade... por que:.... ele... não CHEga na gente... [...] ele fica receoso de o ouvinte não dá um bom retorno pra ele.* O termo *facilidade* foi utilizado para caracterizar a relação surdo-ouvinte em sua resposta, ou seja, com os surdos os quais ela convive ou conviveu, não há problemas comunicacionais, além de ambos serem caracterizados como professores. Entendemos que a facilidade comunicacional se justifica por terem que lidar com pessoas diversas em situação de sala de aula, o que faz com que estejam preparados para qualquer situação cotidiana. Quando Paula cita T. é utilizado o

oposto do primeiro termo, ou seja, *dificuldade*, porém ela é justificada pela insegurança de não saber como o ouvinte vai agir no processo comunicativo, conforme o trecho *ele... não CHEga na gente... [...] ele fica receoso*.

Já sobre a imagem que o surdo tem do ouvinte, Paula nos apresentou dois pontos de vista: *relativo... tem surdo que ele se enturma... com o ouvinte... pra ele não tem diferença nenhuma... mas tem surdo que fica com DÓ... do ouVINte... vamos supor tá num grupo de surdos.. e aí eles zoam... entendeu?.. ah... nossa... a lá fulano... o que talvez o ouvinte poderia zoar o SURdo... os surdos zoam os ouvintes... [...] eu tive contato com uma surda... é:... em Três Corações... ela... não tem muita paciência com ouvinte também não... pois é... não tem paciência... acha que o ouvinte é burro... mas na verdade é a FORma como ele foi educada... porque.. aí ela tem as limitações DEla*. De acordo com seu relato, podemos perceber que sua visão se constrói no sentido de uma superioridade que se dá em ambas comunidades, permeado por certas brincadeiras inapropriadas que surdos fazem com ouvintes e que estes também podem fazer com aqueles. No entanto, com um exemplo uma surda que não demonstra uma preocupação em conviver com o ouvinte promovendo um diálogo, visto que este pode não saber se comunicar em Libras, Paula justifica seu entendimento. Construir uma posição discursiva a partir da visão de outro sujeito é complexo, pois “o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto”. (BAKHTIN (VOLÓCHINOV), 2012, p. 109) A pergunta busca perceber até que ponto Paula reconhece-se como parte da comunidade surda participando e reconhecendo suas particularidades. Lacerda (2009, p. 20) explica que a relação do intérprete com a língua de sinais deve ir além do conhecimento técnico, da língua em si, pois é necessário “desenvolver conhecimentos para além do conteúdo mais óbvio da mensagem, compreender as sutilezas dos significados, os valores emocionais e outros envolvidos”, dessa forma Paula se posiciona de maneira assertiva nessa relação linguística na construção desse ponto de vista de quem se encontra fora da situação analisada. (LACERDA, 2009, p. 20)

Invertendo o olhar e partindo de quem se encontra inserida na relação do surdo com a Libras, perguntei a ela qual sua imagem do surdo. Ela não se alongou na construção da resposta e disse apenas: *é indiferente... porque:... como eu GOSTO MUito... eu me sinto ali envolvida realmente na comunidade... surda*. Ao usar o termo *indiferente*, inferimos que Paula não quis minimizar a relação com o surdo, pelo contrário, buscou afirmar que não vê o surdo com piedade, mas provido de toda capacidade de desenvolver sua relação com o ouvinte de forma satisfatória desde que haja o uso da língua de sinais. E, novamente, no trecho *como eu GOSTO Muito*, há a verbalização do sentimento que estabelece sua relação com a Libras, análise que foi apresentada no primeiro excerto da seção.

A pergunta que encerra o terceiro bloco tem como tema central o ideal de inclusão do surdo nos âmbitos social e educacional, buscando saber se esse ele pode ser tornar uma realidade. Paula nos conta que seu ideal de inclusão passa por ações políticas, no entanto, é genérica ao dizer quais ações seriam importantes para o surdo ser incluído, efetivamente. Ela responde: *primeiro é... tem que partir do local... vamos supor escola... aqui... como eu disse... todos são muito envolvidos... na igreja também a gente tem que PROcurar inCENTivar as pessoas... [...] envolver as pessoas porque sempre tem um que conhece o surdo... agora na sociedade é... pode ser que agora né... há uma espeRANça... no quadro atual do país... porque::... a Michele Bolsonaro ela é muito envolvida nessa área de inclusão né... [...] eu fiquei... eu fiquei feliz por essa situação porque::... de uma certa FORma...vai ganhar uma força MAIOr pra que a LEI se cumpra... na lei não fala que todo estabelecimento comercial DEVe ter um intérprete? então acredito que ISSO a partir de 2019 possa ser um quadro que vai melhorar.* Em seu ponto de vista, instituições educacionais e religiosas devem continuar a se envolver com as questões da inclusão de surdos buscando oferecer o melhor acesso ao conhecimento, além do mais, é necessário que haja incentivo por parte das instituições pra que os surdos não percam o espaço já conquistado. A palavra que nos chama atenção no excerto é *esperança*, cuja ênfase apareceu sutilmente na terceira sílaba, mostrando, a partir da construção de sentidos, que o desejo de melhora é aquilo move Paula rumo à realização desse ideal apresentado, mesmo que para isso seja preciso ancorar seus sonhos na futura primeira dama presidencial.

A entrevista de Paula se encerra mostrando que há busca de um futuro que dê condições, à comunidade surda, de exercer com dignidade seus direitos cidadãos. Assim, ao realizar a análise total do *corpus* coletado junto à ela, percebemos que a igreja possui papel fundamental na sua formação como intérprete e, dentro desse espaço, busca retribuir o que aprendeu com outros integrantes que iniciaram na caminhada da inclusão surda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazemos, nessas considerações finais, uma síntese do que foi elaborado até aqui, considerando as etapas da pesquisa e da produção do texto. Procuramos mostrar ao leitor o que alcançamos nesse percurso e aquilo que, por algumas razões, não foi possível apresentar satisfatoriamente durante o tempo do curso. Dessa forma, deixamos que as incompletudes se tornem reflexões e propostas para futuras pesquisas.

Na elaboração do projeto de pesquisa, delineamos um trabalho que possuía, como uma das etapas, a coleta de dados de forma individual e intimista, pois o contato com as participantes demandava cuidado e dedicação. Em pesquisas ancoradas na Linguística Aplicada, o relacionamento com as participantes para a geração de dados, a tabulação e a análise do *corpus* são processos lentos e de imersão, uma vez que lidamos com histórias pessoais.

No capítulo introdutório buscamos apresentar a razão pela qual escolhemos pesquisar sobre a Libras e os intérpretes, justificada pelos poucos estudos que focalizam os discursos e as práticas dos profissionais intérpretes de Libras que trabalham em contextos multilíngues. Dessa forma, construímos nosso objetivo buscando compreender as ideias, os valores e os conceitos sobre a língua de sinais que perpassam os discursos de um grupo de intérpretes de Libras atuantes em Varginha/MG, além de reconhecer quais representações as participantes fazem de si e do outro enquanto mediadores da comunicação, para responder às perguntas: (a) como o intérprete de Libras compreende e valora a língua de sinais? (b) como essas representações apontam para a construção identitária desses intérpretes de Libras?

Ainda no capítulo introdutório, apresentamos a incorporação da pesquisa no escopo da Linguística Aplicada. De acordo com Moita Lopes (1994, p. 329) a discussão sobre a produção de conhecimento nesse campo é necessária, “principalmente porque em uma área de investigação tão nova a discussão contribui para definir a LA através da análise de novas formas de investigação”. (MOITA LOPES, 1994, p. 329) Inicialmente, o percurso metodológico constituiria um capítulo exclusivo do trabalho, no entanto, com as proposições na qualificação, foram incorporados à parte introdutória. A pesquisa se constitui aplicada quanto à interdisciplinaridade/transdisciplinaridade que apresentamos na discussão teórica. Tendo em vista o objetivo da pesquisa, mobilizamos referências que pudessem dar conta das compreensões, das crenças e dos sentimentos sobre a língua de sinais. Tais contribuições nos trouxeram para dentro desse campo da ciência da linguagem que tem a visão de que os participantes da pesquisa também desempenham um papel ativo no desenrolar do processo.

No primeiro capítulo, apresentamos as teorias que foram os princípios balizadores da pesquisa. A começar pelos estudos ideológicos da linguagem, que mostraram que a Libras é um signo ideológico, uma vez que se coloca como instrumento de reconhecimento e valorização dos membros da comunidade surda. Ela se torna ideológica, também, quando utilizada em espaços multilíngues majoritariamente orais disputando lugar com a Língua Portuguesa, como dentro das escolas regulares em que há surdos incluídos ou nas instituições religiosas em que há intérpretes nas solenidades.

Nos estudos sobre línguas minoritárias, incluindo nesse contexto a Libras, compreendemos que essa língua se constrói nos embates sociais e políticos para se sustentar enquanto símbolo ideológico e de luta das comunidades surdas brasileiras. Demonstramos como o percurso de apagamentos das línguas minoritarizadas se deu no Brasil desde a invasão portuguesa, incluindo comunidades indígenas e, posteriormente, africanas, a partir do posicionamento político-linguístico brasileiro, interno e externamente, de valorização da língua do colonizador. Este é um ponto de grande importância na pesquisa, pois a sustentação do *status* linguístico da Libras, amparado cientificamente por pesquisadores, ainda precisa do apoio da categoria profissional dos intérpretes de Libras para continuar progredindo e obtendo êxito na comunidade ouvinte.

Assim, na última seção do capítulo teórico, discutimos sobre o percurso histórico da Libras e dos intérpretes, culminando com o reconhecimento da profissão de intérprete e suas alterações, incluindo a mais recente, com o Projeto de Lei 9.382, em tramitação no Congresso Nacional. A história da Libras é recente se considerarmos as conquistas amparadas na legislação, há quase 17 anos, mas, antiga, se levarmos em conta os primeiros interesses da Corte Portuguesa em se ensinar a língua no Brasil, no ano de 1800.

O capítulo destinado às análises do *corpus* foi organizado por intérprete, pois buscamos analisar os discursos individualmente, assim como foi feito na geração dos dados. A metodologia possuiu papel determinante no desenrolar desse processo de construção da pesquisa. A partir das entrevistas fui desenvolvendo laços com as participantes, conhecendo-as mais profundamente no que diz respeito à relação com a língua de sinais em seu ambiente profissional ou, no caso específico de Paula, no espaço religioso, de modo que estendi o olhar de pesquisadora participante para construir as análises apresentadas.

A pesquisa, qualitativa interpretativista, possui meu olhar não apenas como pesquisadora, mas como membro da comunidade surda, portanto, pude adentrar na realidade vivida pelas intérpretes por meio de seus relatos e criar significados subjetivamente. Moita Lopes (1994, p. 332) explica que, na visão interpretativista, os significados são construídos, destruídos e

reconstruídos, possibilitando chegar mais próximo da realidade das participantes e das crenças, dos sentimentos e dos valores sobre a Libras.

Na primeira subseção do capítulo, apresentamos a entrevista de Márcia. Seu discurso mostrou que o engajamento com a língua de sinais se deu após um processo de amadurecimento profissional. Reconhecemos que a Libras não era um objetivo, tampouco foi ela quem teve a iniciativa de estudar e aprender uma língua nova, no entanto, seu envolvimento se deu pouco a pouco, mas de forma profunda caminhando, inclusive, para o outro lado do processo, já que se tornou professora de Libras. Em seu discurso, reforça a necessidade de pertença com pessoas do seu convívio profissional, seja como intérprete seja como professora. No papel de professora da Libras, o ensino não é apenas da língua em si, mas dos aspectos históricos, das conquistas dos surdos, dos aspectos políticos que envolvem inclusive o ensino da língua nos espaços educacionais. Assim, percebemos que os valores e as crenças que a língua de sinais possui no discurso da intérprete reforçam a necessidade de uma valorização por parte do poder público para que os surdos tenham acesso digno aos direitos básicos, assim como a valorização dos profissionais intérpretes de Libras que atuam em escolas regulares mediando a aprendizagem desses estudantes. E, logicamente, espera a independência dos surdos, que ao serem inseridos na comunidade ouvinte possam ter sua língua respeitada e reconhecida. A intérprete Márcia deixou as mãos que mediam se tornarem mãos que ensinam fazendo chegar longe toda sua crença, seus valores e seu ideal em prol da comunidade surda por meio dos estudantes os quais ensinou.

Luana nos mostrou que os espaços de atuação dos intérpretes precisam se adequar às necessidades dos profissionais e às demandas dos estudantes atendidos. Em seu discurso há um sentimento de tristeza em função do descaso por parte dos governantes, especialmente do Governo de Minas Gerais, realidade a qual pertence. Não à toa, busca outras oportunidades ainda no campo educacional ao realizar outras graduações esperando oportunidades que reconheçam seu esforço. No entanto, seu discurso mostra uma profissional de excelência, dedicada e preocupada com a aprendizagem dos estudantes surdos os quais acompanha e já acompanhou. Como militante em prol da comunidade surda, reconhece que a Libras é a língua que a comunidade ouvinte deve respeitar e aprender para usar na comunicação com os surdos. Dito isso, espera-se que Luana não desista de se dedicar aos estudantes surdos, tampouco da comunidade surda mesmo que alce voos para outras áreas da educação.

A entrevista de Paula nos mostrou um outro campo de atuação e relação dos intérpretes de Libras: os espaços religiosos. Sua participação apresentou a realidade que existe nas instituições em que ela esteve. Nesses espaços, vimos que a intérprete ainda possui uma atuação

assistencialista, principalmente por não receber pelos serviços prestados à comunidade, além de se responsabilizar por levar os ensinamentos aos surdos. O discurso de Paula é marcado pelo amor: à Libras, aos surdos e à palavra de Deus, assim, se dedica a aprender a língua e compartilhar o que sabe com outros fiéis. Sua aprendizagem se dá no contato com os surdos que frequentam a igreja, em cursos de aperfeiçoamento e por meio da internet, nesta, de maneira autodidata. No entanto, o conhecimento especializado da língua pareceu estar imaturo, necessitando de um direcionamento às fontes de estudo para que estas sejam incorporadas aos conhecimentos já adquiridos. O envolvimento de Paula com a comunidade surda e com a comunidade religiosa, parece ter como objetivo fazer com que a Libras seja reconhecida e valorizada em todos os espaços, visando o bem estar dos surdos na sociedade e o acolhimento destes dentro da igreja.

Voltamos, assim, aos objetivos da pesquisa e concluímos que a valoração da língua de sinais enquanto signo linguístico se deu juntamente com a atuação profissional como intérpretes de Libras. A representação construída pelas três participantes mostrou que esse profissional ainda não está definido quanto às suas funções nos espaços educacionais e religiosos, dessa forma, a atuação se dá de forma intuitiva, porém, sempre privilegiando o surdo. Quanto à Libras, todas a reconhecem como língua oficial da comunidade surda, mesmo que grande parte da comunidade ouvinte ainda a desconheça. Portanto, defendem a necessidade do ensino da Libras aos surdos para que consigam desenvolver com sucesso o caminho do conhecimento, e aos ouvintes, para que possam ter acesso à informação e desconstruir as crenças arraigadas. Os sentimentos sobre a Libras se alternam entre a defesa da língua perante a comunidade ouvinte – buscando integrar o surdo socialmente e desenvolver nele a língua de sinais – e o assistencialismo, com a acolhida nas instituições religiosas.

Diante do que me propus, acredito ter alcançado meu objetivo, ainda que muitos excertos não puderam ser analisados pelo tempo e espaço que esta pesquisa permite e ficarão como dados para uma proposta de trabalho futuro. A pesquisa em LA, com análise qualitativa interpretativista e viés etnográfico, me desperta real interesse, pois há a inserção dos pesquisadores nos espaços e o contato direto com os sujeitos da pesquisa para a construção dos dados.

Assim, consideramos urgente a necessidade de se pesquisar sobre a temática da Libras e dos intérpretes, uma vez que mudanças importantes já estão sendo implementadas pelos governantes, vide Projeto de Lei citado nessa pesquisa e a recentíssima alteração do Decreto 5.626, sancionada pelo ex-presidente Michel Temer, no dia 27 de Dezembro de 2018 (em anexo), alterando o artigo 26 e parágrafos. Tais mudanças demandam empenho das

comunidades surda e ouvinte com vistas a proporcionar aos surdos acesso de qualidade aos serviços de interpretação e tradução da Língua Brasileira de Sinais, assim como a valorização dos profissionais.

Portanto, como palavras finais, minhas expectativas para este estudo são no intuito de contribuir para o campo das pesquisas aplicadas, assim como para os estudos da surdez proporcionando melhor compreensão do sujeito intérprete e sua relação com a Libras.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *O português não procede do latim: uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego*. p. 34-36, 2011. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/10/bagno-o-portuguc3aas-nc3a3o-procede-do-latim.pdf>. Acesso em 21/06/2018.

BAGNO, Marcos. A caverna implodida: por uma concepção não platônica de língua. In: BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo, Parábola, 2012, p. 37-79

BAKHTIN, Mikhail. (VOLOSHINOV) *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13.ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Hucitec, 2012, 203 p.

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. Paulo Bezerra (organização, Tradução, Posfácio e Notas da edição russa: Serguei Botcharov). São Paulo: Editora 34, 2016. p. 11-69.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. v. 2, nº 1 (3), p. 68-80, jan/jul., 2005.

BRASIL. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 de jun. de 2018.

BRASIL. Casa Civil. *Lei 10.098*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em 28 de nov. de 2017

BRASIL. Casa Civil. *Lei n.º 10.436*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 01 de set de 2017.

BRASIL. Casa Civil. *Decreto n.º 5.626*. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 01 de set de 2017.

BRASIL. Casa Civil. *Lei n.º 12.319*. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS Brasília: 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 20 de set de 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 9.382*. Dispõe sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras, revogando a Lei n.º 12.319, de 1º de setembro de 2010. 2017. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1634551. Acesso em 18/12/2018

CAVALCANTI, Marilda. Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias lingüísticas no Brasil *DELTA*, vol. 15, nº especial, 1999, p. 385-417. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v15nspe/4023.pdf>. Acesso em 18 de jun. de 2018.

CAVALCANTI, Marilda; CÉSAR, América L. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In.: BORTONI-RICARDO, Stela Maris; CAVALCANTI, Marilda (Orgs). *Transculturalidade, Linguagem e Educação*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007. p. 45-66.

CELANI, Maria Antonieta Alba. Transdisciplinaridade na lingüística aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda (Orgs). *Lingüística Aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998. p. 129-142

CELANI, Maria Antonieta Alba. Questões de ética na pesquisa em lingüística aplicada. *Linguagem e ensino*. Pelotas, 2005. v. 8, n. 1, p. 101-122.

COSTA, Luis Rosalvo. *A questão da ideologia no Círculo de Bakhtin e os embates no discurso de divulgação científica da revista Ciência Hoje*. Cotia: Ateilê/Fapesp, 2017. Vol. 1. p. 89-95; 132-138; 152-156.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*. PUC. Rio de Janeiro, 2002, n. 117, p. 139-154. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000100005>. Acesso em 21/09/2018.

FRITZEN, Maristela Pereira; RISTAU, Jaqueline. Muitas coisas eles falam errado porque tem essa mistura da língua alemã: vozes de professores sobre a educação em contextos de línguas de imigração. *Fórum lingüístico*. Florianópolis, 2013, v. 10, n. 4, p. 259-270. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/download/1984-8412.2013v10n4p259/26088>. Acesso em 18 de jun. de 2018.

GESSER, Audrei. *LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009. 87 p.

GESSER, Audrei. *O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS*. São Paulo: Parábola, 2012. 187 p.

GRILLO, Shiela Vieira de Camargo; COSTA, Luiz Rosalvo. Gêneros jornalísticos na perspectiva bakhtiniana. In: SEIXAS, Lia; PINHEIRO, Najara Ferreira (org). *Gêneros: um diálogo entre a comunicação e a lingüística*. 1ª ed. Florianópolis. Insular, 2013, p. 147-171

GUMPERZ, John. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T. & GARCEZ, P. M. (Horas.), *Sociolingüística Interacional: Antropologia, Lingüística e Sociologia em Análise do Discurso*. Porto Alegre: AGE, 2002. p. 149-182.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 63-170. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo->

2007/T1-SF/Canrobert/Medologias_Qualitativas.pdf. Acesso em 4 de out. 2017.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. *Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. Porto Alegre: Mediação, 2009. 96 p.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Pesquisa Interpretativista em linguística aplicada: a linguagem como condição e solução. *DELTA*, vol 10, n° 2, 1994, p. 329-338. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/315214851/MOITA-LOPES-Pesquisa-Interpretativista-Em-LA-1994>. Acesso em 20/09/2018

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Ideologia Linguística: como construir discursivamente o português do século XXI. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org). *O Português no Século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013.

MONDADA, Lorenza. A entrevista como acontecimento interacional: abordagem linguística e conversacional. *RUA*, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 59-86, 1997 Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640619/8171>

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Brasileiro fala português: monolinguismo e preconceito linguístico. *Revista Linguagem*. 11 ed. UFSCAR: 2009. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao11/artigo12.pdf>. Acesso em 05 de set de 2017.

OMS adverte que 900 milhões de pessoas podem ter surdez até 2050. *Agência Brasil*. Genebra, 01 de mar de 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/internacional/noticia/2018-03/oms-adverte-que-900-milhoes-de-pessoas-podem-ter-surdez-ate-2050>. Acesso em: 10 de out. de 2018

PINTO, Joana Plaza. Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org). *O Português no Século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013

QUADROS, Ronice Müller de. *Educação de surdos: efeitos de modalidade e práticas pedagógicas*. EDUFSCar, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ronice_Quadros/publication/242258822_Educacao_de_surdos_efeitos_de_modalidade_e_praticas_pedagogicas/links/5487fe02cf289302e2ee6fe.pdf Acesso em 29 de dez. de 2018

QUADROS, Ronice Müller. *O tradutor e intérprete de Libras de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEE, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acesso em 18 de abr. de 2018

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. *Ideias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 120 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf. Acesso em 15 de abr. de 2018

QUADROS, Ronice; STUMPF, Marianne Rossi. O primeiro curso de graduação em letras língua brasileira de sinais: educação a distância. *Revista EDT – Educação Temática Digital*. UNICAMP: 2009, v.10, n.2, p.169-185 Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/984/999>

RODRIGUES JUNIOR, Adail Sebastião. Etnografia e ensino de línguas estrangeiras: uma análise exploratória de seu estado-da-arte no Brasil. *Linguagem & Ensino*, [S.l], v. 10, n.2, p. 527-552, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.ucpel.tche.br/index.php/rle/article/view/152/119>. Acessado em 05/09/2017.

SANTANA, Ana Paula. *Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas*. São Paulo: Plexus, 2007, 268 p.

SANTO, Diogo Oliveira do Espírito; SANTOS, Kelly Barros. *A invenção do monolinguismo no Brasil: por uma orientação translíngua em aulas de “línguas”*. UNISINOS, 2018, v. 16, n. 1, p. 152-162. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/viewFile/cld.2018.161.14/60746157>. Acesso em 21/06/2018.

SAUSSURE, Ferdinand. Objeto da linguística. In: SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo, Cultrix, 1969, p. 15-25.

SILVA, Adriana Pucci Penteadó de Faria e. Bakhtin. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral. (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013, p 45-69.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. *O curso*. Disponível em: <http://letraslibras.grad.ufsc.br/o-curso/>. Acesso em 04/09/2018

VOLÓCHINOV, Valentin N. (Do círculo de Bakhtin). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Org., Trad., Notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017. p. 91-102; 173-200.

ANEXO A: DECRETO Nº 9.659/2018**DECRETO Nº 9.656, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**

Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, *caput*, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 26. O Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, deverão garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o seu efetivo e amplo atendimento, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º Para garantir a difusão da Libras, as instituições de que trata o *caput* deverão dispor de, no mínimo, cinco por cento de servidores, funcionários ou empregados com capacitação básica em Libras.

§ 2º Para garantir o efetivo e amplo atendimento das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, o Poder Público, as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, poderão utilizar intérpretes contratados especificamente para essa função ou central de intermediação de comunicação que garanta a oferta de atendimento presencial ou remoto, com intermediação por meio de recursos de videoconferência on-line e webchat, à pessoa surda ou com deficiência auditiva.

§ 3º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e distrital e as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o efetivo e amplo atendimento previsto no *caput*." (NR)

"Art. 27. No âmbito da administração pública federal, direta e indireta, e das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos federais, o atendimento prestado conforme o disposto no § 2º do art. 26 estará sujeito a padrões de controle de atendimento e de avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em conformidade com o disposto no Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017.

§ 1º Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, e as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos federais deverão publicar em seus sítios eletrônicos, inclusive em formato de vídeo em Libras, e em suas cartas de serviço as formas de atendimento disponibilizadas para as pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

§ 2º Caberá à administração pública no âmbito estadual, municipal e distrital disciplinar, em regulamento próprio, os padrões de controle de atendimento e de avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos referidos no *caput*." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de dezembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER

Esteves Pedro Colnago Junior

Gustavo do Vale Rocha

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 28/12/2018

Publicação:

Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/12/2018, Página 17 (Publicação Original)

APÊNDICE A: ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1) Identificação

- a) Qual seu nome?
- b) Qual sua formação?
- c) Há quanto tempo você atua como Intérprete de língua de sinais?

2) Questionário:

Bloco 1 – Contato inicial

- 1.1 – Como foi seu contato inicial com a língua de sinais? (Como começou, por quê?)
- 1.2 – Como é a sua atuação como TILS neste ambiente?
- 1.3 – Por que o envolvimento com a língua de sinais é importante para você? (Qual a relevância/importância dela na vida pessoal e/ou profissional).
- 1.4 – Quem é o intérprete de Libras?

Bloco 2 – A Língua de Sinais

- 2.1 – O que é a Libras para você?
- 2.2 – Como a Libras é vista neste (s) ambiente(s) que você atua?
- 2.3 – O que você entende por língua, qual a importância dela pra você? (Língua Portuguesa, Língua de Sinais)
- 2.4 – Como você vê a dualidade Libras/Língua Portuguesa, sendo esta a língua majoritária no nosso país?
- 2.5 – O que você pensa sobre a dicotomia língua/linguagem, em relação à Libras?
- 2.6 – Como você analisa a atuação (situação/condição) do intérprete de Libras em ambientes educacionais majoritariamente ouvintes?

Bloco 3 - Representação

- 3.1 - Como você entende a inclusão da pessoa surda na educação formal? (escola regular, escola especial, educação bilíngue...)
- 3.2 – E na sociedade, como você vê essa pessoa surda? Você tem contato com os surdos e as surdas fora do ambiente de tradução e interpretação? (Inclusão, exclusão)
- 3.3 – Como você percebe a relação do surdo com os ouvintes em relação à língua?
- 3.4 – Como o ouvinte vê a Libras (institucionalmente, educacionalmente, socialmente)?
- 3.5 – Qual a imagem que você acha que o surdo tem do ouvinte?

3.6 – E qual a imagem você tem do surdo?

3.7 – Pra você, como seria o ideal de inclusão social e educacional do surdo? (esse ideal pode se tornar real?)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA LÍNGUA DE SINAIS EM UMA COMUNIDADE DE INTÉRPRETES DE LIBRAS DO SUL DE MINAS.

Pesquisador: GABRIELA SERENINI PRADO SANTOS SALGADO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 83377318.4.0000.5158

Instituição Proponente: Universidade Vale do Rio Verde - UNINCOR

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.143.020

Apresentação do Projeto:

Ao falarmos sobre uma língua não estamos comunicando apenas palavras no mundo, mas falando de uma posição particular, que nos coloca ideologicamente em relação a essa língua e em relação aos sujeitos que a utilizam. Decorrente dessa visão está a compreensão de que a língua e um projeto discursivo orientado por ideologias (MOITA LOPES, 2013) e, assim como qualquer língua, a Língua Brasileira de Sinais, em meio a grandes embates para se legitimar, está sujeita a dinâmica social e a interesses conflituosos. Desse ponto de vista, as ideias que os falantes e intérpretes tem da LIBRAS mobilizam modelos socioculturais da língua em uso e podem influenciar na produção do conhecimento sobre essa língua e nas mudanças de crenças arraigadas. Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa é compreender as ideias, os valores e os conceitos sobre Língua de Sinais mobilizados nos discursos de um grupo de Intérprete de Libras. A pesquisa qualitativa interpretativista terá como corpus um conjunto de entrevistas semiestruturadas realizadas com três intérpretes de Libras que atuam em duas cidades do Sul de Minas.

Correto

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primario:

Compreender as ideias, valores e conceitos sobre Língua Sinais que perpassam os discursos de um grupo de tradutores e intérprete de Libras atuantes na região do Sul de Minas Gerais;

Endereço: Avenida Castelo Branco, 82
Bairro: Chácara das Rosas **CEP:** 37.410-000
UF: MG **Município:** TRES CORACOES
Telefone: (35)3239-1246 **Fax:** (35)3239-1246 **E-mail:** cepunincor@unincor.edu.br



Continuação do Parecer: 3.143.020

Objetivo Secundario:

- Buscar nos discursos dos interpretes de Libras as compreensoes, as crencas ou sentimentos sobre a Lingua de Sinais;
- Reconhecer quais representacoes os interpretes de Libras fazem de si e do outro enquanto mediadores de comunicacao, assim como da lingua. - Contribuir para o aprofundamento teorico acerca dos TILS sobre os conceitos de lingua e ideologia linguistica.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Riscos psicologicos ou profissionais caso suas identidades sejam divulgadas. Desta forma, este documento da a anuencia dos participantes e assegura-lhes todo sigilo necessario, sendo possivel demonstrar e explicar pormenorizadamente a natureza da pesquisa.

Benefícios:

A pesquisa gera beneficios no sentido de colaborar com as pesquisas na area de Lingua de Sinais, ainda tao recente e necessitada de novos dados, sendo que o contato com o interprete de Libras pode proporcionar uma gama de novos conhecimentos. Sendo assim, os dados gerados serao divulgados pra a comunidade por meio de publicacoes e participacao em eventos.

Corretos

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Corretos

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Corretos

Recomendações:

Aprovado

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Após aprovação o projeto não poderá ser modificado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Avenida Castelo Branco, 82
 Bairro: Chácara das Rosas CEP: 37.410-000
 UF: MG Município: TRES CORACOES
 Telefone: (35)3239-1246 Fax: (35)3239-1246 E-mail: cepunincor@unincor.edu.br



Continuação do Parecer: 3.143.020

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1008086.pdf	17/12/2018 10:58:07		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TLCE_rubricado.pdf	10/12/2018 23:27:21	GABRIELA SERENINI PRADO SANTOS SALGADO	Aceito
Outros	Entr.docx	20/04/2018 14:56:16	THAYSE FIGUEIRA GUIMARÃES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.docx	15/02/2018 16:54:56	GABRIELA SERENINI PRADO SANTOS SALGADO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido.docx	15/02/2018 16:54:26	GABRIELA SERENINI PRADO SANTOS SALGADO	Aceito
Folha de Rosto	Scan08112017144747.pdf	29/11/2017 16:23:46	GABRIELA SERENINI PRADO SANTOS SALGADO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita apreciação da CONEP:

Não

TRES CORACOES, 12 de Fevereiro de 2019

Assinado por:
Alexandre Tourino Mendonça
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Castelo Branco, 82
Bairro: Chácara das Rosas CEP: 37.410-000
UF: MG Município: TRES CORACOES
Telefone: (35)3239-1246 Fax: (35)3239-1246 E-mail: cepunincor@unincor.edu.br